

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio-Branco

1985



INSTITUTO RIO-BRANCO

INSTITUTO RIO-BRANCO
1985

Diretor

Embaixador Lauro Escorel de Moraes

Coordenador de Ensino

Conselheira Heloisa Vilhena de Araújo (até 01.07.85)

Ministro Luiz Claudio Pereira Cardoso (a partir de 04.11.85)

Chefe da Secretaria

Duse Abreu Moura (até 15.02.85)

Secretário Alexandre Ruben Milito Gueiros (a partir de 16.04.85)

Assessor do Diretor

Conselheira Heloisa Vilhena de Araujo (até 18.04.85)

Secretário Alexandre Ruben Milito Gueiros (até 26.04.85)

Secretária Cecilia de Biase Bidart (a partir de 24.04.85)

Assistente do Diretor

Secretária Cecilia de Biase Bidart (até 24.04.85)

Coordenadora de Ensino Adjunta

Clarisse Ferreira da Silva (até 08.11.85)

Duse Abreu Moura (a partir de 08.11.85)

Assessora Técnico-Pedagógica

Sebastiana Maria de Azevedo

Orientadora dos Alunos Estrangeiros

Marlene Pereira da Silva

Encarregada da Contabilidade

Jureni Figueira de Azevedo

Técnico de Contabilidade

Maria Gorette Pereira de Macedo

Secretária Administrativa

Vera Lúcia Rodrigues de Farias

Oficial de Chancelaria

Hubert da Silva Neiva

Agentes Administrativos

Angela Ribeiro dos Santos

Lucy Fortes da Silva Freitas

Paulo Sérgio Bonfim Gomes Rodrigues

Datilógrafos

Célia Maria Pereira Santos

Myrian Salles de Rezende Campos

Agentes de Portaria

Israel Derrudt Rodrigues

Luiz Paixão de Souza Costa

SUMÁRIO

Instituto Rio-Branco

Histórico	11
Organização	15
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata	17
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)	19
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e Curso de Altos Estudos (CAE)	23

Atividades do Instituto Rio-Branco em 1985

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	29
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	47
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	91
Curso de Formação e Aperfeiçoamento em Diplomacia em Guiné Bissau	101
Formatura da Turma de 1984	103

<i>Professores do IRBr</i>	111
----------------------------------	-----

<i>Legislação</i>	149
-------------------------	-----

INSTITUTO RIO-BRANCO

Histórico
Organização

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD)
e Curso de Altos Estudos (CAE)

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco — única escola autorizada ao recrutamento, formação e aperfeiçoamento de funcionários diplomáticos no Brasil — foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco, Patrono da diplomacia brasileira, a partir de idéia lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, e por ele mesmo dinamizada mais tarde.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo decreto-Lei de sua criação, ocorreram durante o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no âmbito do Decreto-Lei nº 9.032, de 06 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e regularam seu funcionamento mantiveram o sistema de seleção por Concurso de Provas — que vinha sendo realizado desde 1918 a intervalos irregulares, e, a partir de 1938, em caráter regular — e criaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de dois anos, com ingresso por meio de exames vestibulares — forma que vem prevalecendo sobre a anterior, a fim de atender à necessidade de prover os futuros diplomatas com treinamento profissional adequado, recorrendo-se ao Concurso de Provas apenas quando o número de vagas na classe inicial o exige.

Por despacho de 5 de junho de 1975, o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como Curso de graduação de nível superior, atribuindo ao Instituto Rio-Branco a designação de “estabelecimento de nível superior”. Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão “permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior”.

Durante seus 40 anos de funcionamento, o Instituto sofreu uma série de reorganizações destinadas a melhorar sua eficiência e a adaptar seus currículos às necessidades cambiantes da diplomacia brasileira. A última reforma data de 1976 e coincidiu com a transferência do IRBr para Brasília, onde o Ministério das Relações Exteriores já se encontrava há alguns anos.

Inovação importante introduzida pela reforma de 1976 foi a aceitação no CPCD de estudantes estrangeiros, oriundos de países em desenvolvimento que solicitam a assistência brasileira na preparação de seus funcionários diplomáticos. O Governo brasileiro concede a tais estudantes uma bolsa de manutenção e facilidade de moradia idênticas àquelas concedidas aos estudantes

brasileiros. Por sua parte, os Governos que solicitam essa assistência comprometem-se a incluir os seus alunos no seu serviço diplomático, tão logo terminem o CPCD.

Os estudantes estrangeiros devem preencher os mesmos requisitos de idade e de formação acadêmica exigidos dos candidatos brasileiros, além de serem fluentes em Inglês ou Francês. A fim de habilitar aqueles que não falam Português a seguir o Curso, o IRBr organiza um período de seis meses, prévio ao início do ano acadêmico, destinado ao aprendizado intensivo da língua, em que o estudante recebe uma bolsa especial.

Desde o início do programa até 1985, concluíram o CPCD 49 bolsistas estrangeiros, oriundos de Barbados (1), Bolívia (5), Cabo Verde (7), Colômbia (1), Costa do Marfim (4), Costa Rica (2), El Salvador (1), Equador (3), Gabão (3), Gana (3), Guiana (1), Guiné-Bissau (4), Haiti (3), Honduras (3), Mali (2), Panamá (1), Quênia (1), Togo (2), Venezuela (1) e Zimbábue (1). Em 1985, 9 alunos concluíram o 1º ano, e para 1986 estão inscritos 9 novos bolsistas.

Como consequência da reforma de 1976, salientam-se ainda a expansão da carga de matérias profissionalizantes e a realização de estágios práticos em departamentos do MRE. Em 1982, esse estágio de treinamento profissional para os alunos recém-formados foi ampliado, sendo dividido em duas partes, a primeira, na Secretaria de Estado, e a segunda, de 45 dias, em postos no exterior, principalmente na América Latina e Caribe, antes de os novos Terceiros-Secretários serem lotados nas unidades da SERE.

Os quadros abaixo apresentam os números de diplomatas formados pelo IRBr e de candidatos aprovados nos Exames Vestibulares nos últimos dez anos:

Quadro I
Diplomatas recrutados através
do IRBr até dez/85:

CPCD	852	88,9%
Exame Direto	104	10,9%
TOTAL	956	100,0%

Quadro II
Número de candidatos e de
aprovados no CPCD 1976/85:

Candidatos:	Aprovados	
1976	240	34
1977	665	32
1978	797	52
1979	974	33
1980	918	36
1981	1.194	37
1982	1.426	35
1983	797	34
1984	914	44
1985	893	20

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Suas atividades e estrutura estão regulamentadas no Capítulo VIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 554, de 12 de novembro de 1984, e por seu Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 473, de 11.01.78, com as alterações introduzidas pelas Portarias nºs 482, de 17.01.79, e 553, de 27.12.83, e 556, de 05.12.84.

Segundo o Artigo 197 do citado Regimento Interno do MRE, "compete ao Instituto Rio-Branco incumbir-se:

- I) do recrutamento, seleção, formação e aperfeiçoamento do pessoal da Carreira de Diplomata;
- II) do recrutamento e seleção, mediante delegação dos órgãos competentes, dos funcionários de categorias profissionais exclusivas do Ministério das Relações Exteriores;
- III) do treinamento e aperfeiçoamento, em matérias específicas, que relevem da função diplomática, dos servidores do Ministério das Relações Exteriores;
- IV) do processamento dos pedidos de autorização para que alunos estrangeiros possam freqüentar o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, bem como da concessão das respectivas bolsas de estudo e expedição de documentação comprobatória de conclusão do Curso;
- V) da organização e realização de cursos de extensão, seminários e estágios, mediante convênios com universidades e outras entidades, destinados a pessoas com interesse ou atuação na área de política externa; e
- VI) da organização e realização, no exterior, de cursos de extensão, seminários e estágios, eventualmente executados como forma de cooperação técnica junto a órgãos governamentais estrangeiros que venham a solicitá-la."

O Instituto, sob chefia do Diretor, compreende a Secretaria e a Coordenação de Ensino. O Diretor é nomeado pelo Presidente da República, e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classes. O Chefe da Secretaria e o Coordenador

de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário.

Para preencher suas finalidades, o Instituto mantém os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE); e
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

O Instituto poderá organizar cursos e financiar programas de estudos (e.g. o Programa de Incentivo a Estudos no Exterior), no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organiza concurso de provas para o ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA E CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

Disposições Gerais

O exame Vestibular ao CPCD realiza-se todos os anos, com um número limitado de vagas, fixadas em Edital, segundo a necessidade de pessoal diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

As condições para inscrição são as seguintes: a) ser brasileiro nato (artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal); b) contar no mínimo 19 anos, e no máximo 30 anos, no dia 31 de dezembro do ano do concurso; c) estar em dia com o serviço militar; d) possuir título de eleitor, em dia; e) ter bons antecedentes; e f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso superior, ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado a série ou período de semestres de curso de graduação de nível superior, exigido pelo Edital do concurso; caso se trate de documento expedido por universidade estrangeira, é indispensável comprovar a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Divulgação do Vestibular

A divulgação do Vestibular é feita por funcionários da Carreira Diplomática, nas diversas Capitais onde funcionam os centros de inscrição: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Admissão

A admissão ao CPCD faz-se mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases:

1ª fase – Provas Vestibulares Iniciais: Português, Francês e Inglês. Realizam-se, concomitantemente, na sede do Instituto Rio-Branco e nas Capitais dos Estados onde o IRBr mantém Centros Regionais de Inscrição.

A prova de Português é eliminatória, exigindo-se nota mínima de 60; nas

provas de Francês e de Inglês, exige-se dos candidatos a nota mínima de 50 numa delas. Será aprovado o candidato que perfizer o mínimo de 150 pontos nas três línguas.

2ª fase — Provas Vestibulares Finais: História do Brasil, História Mundial, Geografia do Brasil (eliminatórias). Realizam-se na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes em outras cidades, habilitados para a segunda fase, o IRBr provê transporte e hospedagem em Brasília até a última fase, ou, em caso de eliminação, até a data da divulgação do resultado da prova em que o candidato for eliminado. Nas provas eliminatórias é exigido o mínimo de 50 pontos em cada uma.

3ª fase — As provas vestibulares da 3ª fase (classificatórias) são escritas e orais. Escritas de: Geografia Geral, Noções de Direito, Noções de Economia; orais de: Português, Francês e Inglês. São considerados aprovados os candidatos com média global igual ou superior a 60 no total das provas. Os candidatos aprovados nas 3 fases das provas vestibulares são submetidos, ainda em Brasília, a exames de sanidade e capacidade física e psíquica a cargo de entidade oficial ou oficializada ou junta especializada, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco.

Os candidatos aprovados ficam habilitados à matrícula no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, segundo sua classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital da abertura das inscrições. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

Quanto ao Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata, a única exigência diferente das do Exame Vestibular é a de que o candidato tenha completado o curso universitário e não apenas três anos ou seis semestres.

O concurso compreende provas de Português, Francês e Inglês, na primeira fase, todas eliminatórias, inclusive as orais das línguas estrangeiras. A segunda fase consta de exames de História Mundial e do Brasil, Direito Internacional Público e Privado (eliminatórios), Geografia, Direito Civil, Comercial e Constitucional, Ciência Política e Relações Internacionais (classificatórios).

É feito o mesmo processo de divulgação do Exame Vestibular nas principais capitais brasileiras, onde também são realizadas as provas escritas de línguas, fazendo os que passarem nestas os exames orais e demais provas em Brasília.

Até o presente foram realizados Concursos de Provas em 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978, tendo sido aprovados 104 candidatos.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o espanhol, o francês e o inglês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos principais do estudo dessas línguas são desenvolver a expressão oral dos que têm expressão apenas escrita, consolidar o conhecimento básico dos idiomas, procurando, dentro do possível, homogeneizar as turmas, e ensinar, principalmente no segundo ano, a utilização profissional das três línguas.

As línguas estrangeiras complementares (alemão, árabe, italiano, japonês, russo, etc.) têm por objetivo didático mais modesto dar ao aluno o conhecimento básico estrutural, que possa servir para posterior desenvolvimento.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico básico necessário para sua atividade profissional. Inclui matérias de Direito, Ciência Política, Economia, Estudos Brasileiros, Relações Internacionais e Relações Diplomáticas do Brasil, distribuídas em várias cadeiras nos dois anos do curso. (*)

Seção Profissionalizante

Inclui cursos em forma de conferências e seminários diretamente relacionados às atividades diplomáticas, dando ao aluno conhecimento essencialmente prático da profissão que futuramente irá exercer.

(*) O plano de estudos do CPCD encontra-se na página 46.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio-Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do curso viagens de estudos pelo Brasil, em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do país, com o objetivo de inteirá-los dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao país nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a carreira.

O Instituto proporciona conferências pronunciadas por professores convidados e palestras dos alunos bolsistas sobre seus respectivos países.

Os alunos fazem estágios profissionalizantes nos diversos Departamentos do Itamaraty, em dois ou três períodos, distribuídos pelo ano letivo. Tais estágios são parte essencial do CPCD e se destinam a dar ao aluno oportunidade de contato direto com a realidade e a sistemática de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria, e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após

aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio-Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas, respectivamente, medalha de ouro (vermel) e medalha de prata ao 1º e 2º colocados no CPCD, classificados de acordo com a média final obtida nos termos do Artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio-Branco.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidas, respectivamente, medalhas de prata e de bronze.

O prêmio foi estendido aos candidatos aprovados em 1º e 2º lugares no Concurso de Provas para Ingresso Direto à Carreira de Diplomata, e, com efeito retroativo, também aos diplomatas ingressados por Concurso de Provas anteriores que obtiveram, no respectivo Concurso, aquelas classificações, de acordo com a Portaria nº 476, de 31.05.78.

Prêmio de Viagem

Para cada turma que conclui o CPCD, há prêmios de viagem, na proporção de um premiado para 15 alunos ou fração. São considerados os alunos que tenham obtido as melhores médias para o conjunto dos dois anos do CPCD, excluídas as notas do Exame Vestibular.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD) CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 que estabelece:

“A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.”

O CAD tem por objetivo treinar os Segundos Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A inovação trazida pelo Decreto nº 79.556 refere-se somente ao nível próprio para o primeiro daqueles Cursos, que passou a ser o de Conselheiro — classe inexistente em 1961. Esta alteração foi feita dentro do espírito da reforma instituída pelo Decreto-Lei nº 200, de 29 de setembro de 1969, pelo qual cabe ao Executivo regular, por Decreto, os critérios para a progressão funcional, *ex-vi* do Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 1970, acima citado.

O CAD é fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos Secretários nele matriculados recebem textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exame escrito, posteriormente, em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de provas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames, havendo, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio-Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca

Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília, constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, viagens, etc, propiciando atualização nos principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir os temas a área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não há publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação é por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto nº 79.556 e pelas Portarias nºs 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso, as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, dá-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

QUADRO III
Diplomatas aprovadas no CAD:

1977	I CAD	11
1978	II CAD	7
1979	III CAD	12
1980	IV CAD	25
1981	V CAD	40
1982	VI CAD	41
1983	VII CAD	29
1984	VIII CAD	11
1984	IX CAD	6
1985	X CAD	8
1985	XI CAD	12
TOTAL		202

QUADRO IV
Diplomatas aprovadas no CAE:

1977	I CAE	11
1978	II CAE	2
1979	III CAE	6
1980	IV CAE	11
1981	V CAE	19
1982	VI CAE (I)	14
1983	VI CAE (II)	11
1983	VII CAE	18
1984	VIII CAE	9
1984	IX CAE	8
1985	X CAE	8
1985	XI CAE	4
TOTAL		121

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO EM 1985
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos
Curso de Formação e Aperfeiçoamento em Diplomacia em Guiné Bissau
Formatura da Turma de 1984

EXAME VESTIBULAR AO CPCD 1985

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 08 de março a 08 de abril, em Brasília e nos centros regionais de inscrição de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

As provas da primeira fase realizaram-se nessas mesmas capitais nos dias 3, 4 e 5 de maio (Português, Francês e Inglês, respectivamente).

A Banca Examinadora foi formada pelos seguintes professores:

Português: Secretário Gerson Machado Pires Filho, Professora Denise de Aragão Costa Martins

Francês: Secretária Débora Vainer Baremboim, Professora Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva

Inglês: Secretária Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, Professor Bruce Le Roy Leininger

Movimento:

Inscritos	893
Compareceram	389
Aprovados	26

As provas da segunda e terceira fases realizaram-se em julho, nos dias 2 (História do Brasil), 5 (História Mundial), 9 (Geografia do Brasil), 12 (Geografia Geral), 15 (Noções de Direito), 16 (Noções de Economia), 17, 18 e 19 (Exames Orais de Português, Francês e Inglês).

As Bancas Examinadoras foram assim constituídas:

2ª fase:

História do Brasil: Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello

História Mundial: Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil: Marília Luiza Peluso de Oliveira

3ª fase:

Geografia Geral: Marília Luiza Peluso de Oliveira

Noções de Direito: Antonio Augusto Cançado Trindade

Noções de Economia: Ministro Raphael Valentino Sobrinho, Secretário Virgílio Antonio Coutinho França

Orais de Português: Secretário Gerson Machado Pires Filho, Professora Denise de Aragão Costa Martins, Professora Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo

Francês: Secretária Débora Vainer Baremboim, Professora Clarisse J.F.F. Ferreira da Silva, Professora Irene Zohra Serero Cervo

Inglês: Secretária Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, Professor Bruce Le Roy Leininger, Professor Ofal Ribeiro Fialho.

Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, realizados entre os dias 23 e 29 de julho, coordenados pelo Doutor Antonio Teixeira, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Itamaraty, estiveram a cargo do pessoal do Hospital Naval de Brasília, dos Doutores José Geraldo Pereira, Henrique Cesar Vianna Magalhães e Albano Silvio de Freitas. Os exames psíquicos foram realizados pela Comissão de Seleção de Pessoal da Marinha.

Foram os seguintes os aprovados, em ordem de classificação final:

- 1º — Márcia Donner Abreu
- 2º — Benedicto Fonseca Filho
- 3º — Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
- 4º — Ricardo André Vieira Diniz
- 5º — Ronaldo Costa Filho
- 6º — Antônio Carlos de Salles Menezes
- 7º — Reinaldo José de Almeida Salgado
- 8º — Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz
- 9º — Maria Cristina Pereira da Silva
- 10º — Sônia Regina Guimarães Gomes
- 11º — Flávio Soares Damico
- 12º — Pedro Fernando Saraiva Etchebarne
- 13º — Gilberto Gonçalves de Siqueira
- 14º — Renata Prata Saint-Clair Pimentel
- 15º — Silvio José Albuquerque e Silva
- 16º — Rubens Gama Dias Filho
- 17º — Júlio César Fontes Laranjeira
- 18º — Ricardo José Lustosa Leal
- 19º — Fernando Luís Lemos Igreja
- 20º — Rodrigo de Lima Baena Soares

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Márcia Donner Abreu (1º lugar, medalha de prata) e Benedicto Fonseca Filho (2º lugar, medalha de bronze).

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS — PROGRAMAS

Prova de Português: a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão mínima de 450 palavras (60 pontos) e b) Resumo de um texto (40 pontos), visando avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxico, ortografia, acentuação e pontuação), como também sua estruturação, a relevância e adequação das idéias com respeito ao tema.

Provas de Francês e Inglês: a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão mínima de 400 palavras (60 pontos) e b) Versão de um texto (40 pontos).

Demais provas: a) Dissertação principal, de cerca de 100 linhas (40 pontos) e b) três Pequenas Dissertações, de cerca de 30 linhas (20 pontos cada uma).

Todas as provas escritas têm a duração de quatro horas e meia.

As provas orais de Português, Francês e Inglês visam avaliar a capacidade de expressão dos candidatos. Na prova de Português, o candidato escolherá, de três temas da atualidade nacional e internacional sorteados, um tema para exposição oral perante a Banca durante 10 (dez) minutos. Nas provas de Francês e Inglês, o candidato deverá ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte

1. *A Independência e seus antecedentes:* A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.
2. *O Brasil Imperial — Política e Administração:* A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. *O Brasil Imperial — Economia:* A estrutura econômica: a política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfândegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. *O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura:* A população. A estrutura social. Vida cultural.

5. *O Brasil Imperial* — Política Externa: O reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. *O advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2ª Parte

7. *O Brasil Republicano* — Política e Administração:
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) — O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. *O Brasil Republicano* — Economia:
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) — A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) — A Industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na Economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
9. *O Brasil Republicano* — Sociedade e Cultura: a população; a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas; a urbanização. A legislação trabalhista.
10. *O Brasil Republicano* — Política Externa:
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) — o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-Americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) — A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTORIA MUNDIAL

1ª Parte

1. Transformações do Século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da era napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no Século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.

4. A expansão da Europa no Século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do Século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte

7. A primeira Guerra Mundial e suas consequências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A crise Econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas consequências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O mundo, de 1945 a nossos dias. As principais questões econômicas, políticas e militares, no quadro das relações internacionais.

3ª Parte

15. Os movimentos de independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo. Roosevelt e o "New Deal". Evolução interna após a segunda Guerra Mundial.
19. A América Latina, após a Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Argentina, Chile e México.
20. As relações interamericanas, desde a Independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos platinos no século XIX. Solidariedade continental, pan-americanismo, sistema interamericano.

A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Teodoro Roosevelt.

GEOGRAFIA DO BRASIL

1. Os domínios naturais sul-americanos e a posição geográfica do Brasil.
2. A dinâmica climática e os tipos regionais de climas no Brasil.
3. Distribuição espacial das províncias de vegetação: os quadros naturais e as formas de uso dos solos.
4. O homem e a sociedade no domínio das caatingas.
5. Modificações recentes na organização do espaço e no uso do solo no Brasil Central.
6. A Amazônia: da economia de coleta aos grandes eixos viários e à diversificação da vida econômica.
7. Tendências de urbanização e desenvolvimento da industrialização no Brasil.
8. Infra-estrutura para o desenvolvimento: espaços agrícolas, potencialidades energéticas, rede de transportes.
9. Distribuição geográfica da população, estrutura etária e estrutura profissional.
10. Tendências de crescimento, áreas de influência e diferenciação de funções das áreas metropolitanas.

GEOGRAFIA GERAL

1. O espaço natural:
 - a) Dinâmica dos elementos geográficos: clima, vegetação, solo e relevo.
 - b) Os grandes domínios naturais e superfície terrestre.
2. O comportamento humano diante dos eventos naturais:
 - a) Impacto do crescimento econômico sobre o meio ambiente: a devastação da natureza pelo homem.
 - b) o desenvolvimento científico-tecnológico e os eventos naturais.
 - Previsão, controle e transformação das condições naturais.
 - Eventos naturais e perda de safras agrícolas.
3. O espaço industrial:
 - a) A industrialização e seu papel na organização do espaço. A formação de grandes complexos industriais: concentração econômica e concentração espacial. A ação das companhias transnacionais.
 - b) A indústria do mundo: Anglo-América, Europa Ocidental e Japão; URSS e RPC; América Latina.
4. Os recursos naturais e seu papel na industrialização e no comércio internacional. As relações entre países industrializados e países fornecedores de matérias-primas. A crise energética e a busca de fontes alternativas de energia.

5. A localização humana na superfície da terra: distribuição, estrutura, mobilidade e crescimento da população.
6. O espaço urbano:
 - a) O processo de urbanização e suas interligações com a indústria: nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.
 - b) Problemática espacial da urbanização no Terceiro Mundo: o crescimento urbano e o processo de metropolização.
 - c) Modernização, terciarização e inchaço urbana: o subemprego e a pobreza humana.
7. A agricultura e o uso da terra: Anglo-América e Europa Ocidental; URSS e Europa Oriental; América Latina, África e Extremo Oriente.
8. Os problemas do desenvolvimento e da organização espacial nos países do Terceiro Mundo: Oriente Médio, África e América Latina.

NOÇÕES DE DIREITO

1. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação. Fontes do direito objetivo.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
3. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
4. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.
5. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Direito internacional público e Direito internacional privado.
6. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
7. Organização nacional. Regime Republicano. Forma Federativa do Estado e sistema presidencial de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.
8. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
9. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa; procedimento ordinário e procedimentos especiais.
10. Fontes do Direito internacional público. Classificação. Manifestações do Direito internacional contemporâneo.
11. Tratados internacionais: natureza jurídica, espécies, processo de elaboração, efeitos, extinção.
12. A condição dos Estados no direito internacional. Reconhecimento de Estado e Governo. Sucessão de Estado.
13. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.

14. Responsabilidade internacional do Estado. Elementos essenciais. Implementação: requisitos para o exercício da proteção diplomática.
15. A regulamentação dos espaços no direito internacional: direito do mar; canais, estreitos e rios internacionais; espaço aéreo; espaço exterior.
16. Organizações internacionais: personalidade jurídica, estrutura, delimitação de competências. Mecanismos internos de controle. Classificação dos atos das organizações internacionais.
17. A condição dos indivíduos no direito internacional, Direito de Asilo.
18. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Métodos político-diplomáticos. Solução arbitral e judicial.
19. A regulamentação do uso da força no direito internacional.
20. Codificação e desenvolvimento progressivo do direito internacional.

NOÇÕES DE ECONOMIA

1. O objeto da Economia. A natureza do problema econômico. Os estágios da aquisição do conhecimento econômico. As funções da Teoria Econômica e seus instrumentos de análise.
2. O processo produtivo: produção e troca; bens e serviços; consumo, poupança e investimento.
3. Os fatores de produção. O trabalho; aspectos demográficos e econômicos. A terra e o capital. Tipos de bens de capital. O capital nacional.
4. O produto social e a renda social. Pagamentos do exterior a renda nacional; o balanço de pagamentos; empréstimos internacionais. O Estado e a renda nacional; as funções primárias do governo; a definição do consumo público; despesa social: consumo semipúblico e transferência; a dívida nacional e os juros; as empresas estatais. A renda nacional em termos reais — números índices. Custo de vida e índices de preços ao consumidor.
5. O sistema de contabilidade social: a abordagem contábil. Formas-padrões de contabilidade. Contabilidade setorial e o processo de consolidação.
6. Elementos da teoria dos preços: visão geral do sistema de preços. A procura. A oferta. O preço do equilíbrio. O sistema de preços como mecanismo decisório.
7. As reações do mercado: interdependências na demanda e na oferta. A elasticidade.
8. A estrutura do mercado; tipos de mercado e situações intermediárias. A estrutura da procura. A estrutura da oferta. A oferta em mercados competitivos. Custos variáveis. Análise marginal. A oferta em sistema monopolístico. Estrutura de mercado e eficiência econômica.
9. Os agregados econômicos e o setor real. A determinação do equilí-

- brio do fluxo econômico. Variações nos investimentos. O Governo e o nível de renda. A inflação. O multiplicador.
10. O setor monetário: a moeda — suas funções. O setor monetário e o setor real. A preferência pela liquidez e a taxa de juros. A oferta monetária. Tipos de política monetária.
 11. O setor externo: a determinação da taxa de câmbio. Vantagens absolutas e vantagens comparativas. Os termos de intercâmbio, o setor externo e o nível interno da renda.
 12. Desenvolvimento econômico e crescimento econômico. A renda nacional real como medida do crescimento econômico. Acumulação de capital e progresso técnico. Flutuações no crescimento econômico. O problema da oferta de trabalho. O problema do desenvolvimento nos países menos desenvolvidos: a natureza do processo e os obstáculos. O planejamento econômico.
 13. Igualdade e desigualdade econômica. Os efeitos da tributação direta. Taxas marginais de impostos. A tributação indireta.

História Econômica do Brasil

14. As perspectivas econômicas do Brasil em meados do século XIX: os condicionamentos externos e internos. O Brasil na divisão internacional do trabalho.
15. Capital cafeeiro e capital industrial: a dinâmica da acumulação entre 1886 e 1918. A expansão da cultura cafeeira no final do século XIX. A dinâmica da acumulação entre 1919 e 1932. O auge da economia de exportação (1919-1928).
16. O Brasil e a hegemonia britânica no mercado mundial de capitais. O Brasil e o início da ascendência americana no mercado mundial de capitais.
17. A crise de 1929 e os mecanismos de defesa. O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira. A propagação de desequilíbrio externo.
18. O crescimento da renda real durante a Segunda Guerra Mundial; a política agrícola, o comércio exterior e a produção industrial.
19. A aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no pós-guerra e o reajustamento do coeficiente de importações. O processo inflacionário entre 1948 e 1952.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR 1985

PORTUGUÊS

A – Redação

Comente o texto abaixo:

“Não há monarca tão absoluto que possa reunir em suas mãos todas as forças da sociedade e vencer resistências, como pode fazê-lo a maioria... Um rei, aliás, tem apenas um poder material que age sobre ações e não poderia atingir vontades; mas a maioria está revestida de uma força ao mesmo tempo material e moral, que age sobre a vontade como sobre as ações, e que impede, ao mesmo tempo, o fato e a vontade de fazer... Grilhões e algozes são os instrumentos grosseiros que a tirania outrora utilizou; contudo, em nossos dias, a civilização aperfeiçoou até o próprio despotismo, que, no entanto, parecia não ter mais nada o que aprender. Os príncipes haviam, por assim dizer, materializado a violência; as repúblicas democráticas de nossos dias tornaram-na tão intelectual quanto a vontade humana que ela pretende coagir. Sob o governo absoluto de um só, o despotismo, para chegar à alma, golpeava rudemente o corpo; e a alma, fugindo aos golpes, elevava-se gloriosamente acima dele; mas nas repúblicas democráticas, a tirania não procede do mesmo modo; ela deixa o corpo e vai direto à alma. O senhor não diz mais: — Pensa como eu, ou morrerás —; ele diz: — És livre de não pensar como eu; tua vida, teus bens, tudo preservarás; mas de hoje em diante serás um estranho entre nós...”

Alexis de Tocqueville — *A Democracia na América* (1835)

B – Resumo

Resumir o texto abaixo:

“A diferença essencial que salta aos olhos de quem procura contrapor a Antígona de Sófocles à Antígona de Anouilh é que, se a primeira morre impelida pela necessidade de afirmar alguma coisa, a segunda se deixa matar porque não renuncia ao direito de dizer não. Assim, diante da lucidez majestosa da heroína grega, sacrificando-se para que prevaleça a verdade divina, a figura frágil da personagem de Anouilh, morrendo sem saber por que, poderia parecer anêmica e incoerente. A prioridade na tragédia caberia deste modo a

Creon, eclipsando com a lógica de seu raciocínio e das suas ações o anarquismo lírico da sobrinha. Foi este contraste que chamou a atenção da crítica na época da estréia da peça. E se bem que Anouilh, fiel à sua concepção de tragédia, se mantivesse imparcial, não escolhendo entre uma e outra de suas criaturas, a simpatia do público ia quase sempre para o tirano, mais conseqüente na aparência do que a rebelde.

Mas — é preciso não esquecer — o tema da fuga ou da renúncia incoerente é muito querido de Anouilh. A maioria das suas “peças negras” caracteriza-se pelo fato de, num determinado momento do enredo, o herói ou a heroína dizer inesperadamente *não*, ao que parece ser o seu destino, fugindo sem saber por que, ao apelo da felicidade. É o caso, por exemplo, de *La Sauvage*, de *Le Voyageur sans Bagage*, de *Eurydice*. Ora, se isso é em Anouilh uma obsessão, presente até nas “peças róseas” (onde o dilema se resolve, é verdade, num gracioso acordo final), a tarefa do crítico é procurar o sentido que o autor atribui a esse gesto tantas vezes repetido.

O primeiro esboço mais sério desse conflito se encontra em *La Sauvage* e Teresa já é a personagem contraditória que, mais tarde, desabrochará em Antígona. Filha de dois músicos reles de coreto, é uma pobre menina que acaba sacrificando tudo a que aspirava na vida — amor, decência, fartura — por causa da fidelidade devida aos pais e a Gosta, indivíduos desprezíveis, que nada significavam para ela. No entanto, estão unidos por um passado comum de misérias, que continuará a uni-los para sempre, aconteça o que acontecer, interferindo em sua felicidade.

“Eu podia ter fingido e fechado os olhos com toda a força...”, diz ela. Mas sempre haveria por aí um cão sem dono, atrapalhando a minha felicidade...” Esse compromisso com o passado, com as pessoas que a amam e que necessitam dela é um compromisso consigo mesma, um caso de consciência. A renúncia de Teresa é, na verdade, uma escolha.

O problema central de *Antígona* não parece muito diverso. Mas *La Sauvage* foi escrita em 1934 e *Antígona* em 1943, durante a guerra; os tempos eram outros e, com a chegada dos dias sombrios, a questão vai colocar-se de maneira mais áspera. A escolha já não pode ser feita entre uma e outra vida, mas será entre a vida e a morte.

Quando a tragédia começa, Antígona vai morrer, porque, desobedecendo às leis de seu tio Creon, ousou enterrar Polínice, o irmão rebelde. Mas Polínice não é uma razão; como os pais de Teresa em *La Sauvage*, é apenas um pretexto — um pretexto que só existe para dar lugar à escolha. O próprio Anouilh o afirma pela boca de Creon, já no final da peça: “Polínice foi apenas um pretexto. Tendo de renunciar a ele, Antígona encontrou outro, logo em seguida. Para ela o que importa era recusar e morrer.” Ora, se o motivo da escolha é um pretexto, o que vale é a escolha em si, o gesto de escolher. Mas a peça de Anouilh é construída de acordo com uma lógica inexorável. E, para acentuar o caráter lúcido da escolha assumido pela recusa, o autor coloca três vezes em seguida a heroína em face do dilema, tornando-lhe a decisão gradativamente mais difícil.

Da primeira vez, Antígona se defronta com Ismênia; é acenando-lhe com o medo que a irmã tenta demovê-la. “— Eles vão nos acuar. Vão nos prender com mil braços, mil caras e um só olhar. Vão cuspir em nosso rosto. E teremos de desafiar seu ódio, na carreta; seu cheiro e seu riso nos acompanharão até o suplício. E lá estarão os guardas, com as cabeças torpes entaladas nos colarinhos duros, as mãos grossas e limpas, o olhar bovino (...) E sofrer? Vai ser preciso sofrer, sentir a dor subindo até ao ponto de não a podermos mais suportar.”

Mas Antígona já pensou em tudo e venceu o medo: vai de novo lançar terra sobre o corpo do irmão.

O segundo momento na escolha é o diálogo com Hemon. A presença do noivo propõe-lhe de maneira lancinante o problema da frustração no amor, da vida que se deixa vazia, das noites desperdiçadas. No entanto, como se sentiria orgulhosa de ser sua mulher, aquela em que “à noite, quando ele chegasse em casa, pousasse a mão distraído, como num objeto familiar”.

Mas Hemon é um caso liquidado e, pela segunda vez, Antígona escolhe: “— Você jurou, Hemon. Vá embora. Vá embora depressa, sem dizer nada.”

O diálogo mais doloroso é o terceiro, com Creon. Este oferece-lhes a vida em troca do silêncio. O sacrifício que insiste em fazer é absurdo: Polínice não valia mais que Etéocles. “Eram dois trapaceiros, querendo passar a perna um no outro e por isso acabaram se esganando num ajuste de contas.” Além disso, tem certeza que vai morrer por Polínice? Precisando de um dos irmãos para transformar em herói, Creon mandou procurá-los entre os mortos. Encontraram os dois abraçados, irreconhecíveis. Então os soldados trouxeram para os funerais o corpo mais conservado, deixando que o outro acabasse apodrecendo onde estava. Pela primeira vez, sentido a fragilidade do motivo que a leva à morte, Antígona titubeia e hesita como quem vai voltar atrás. Mas logo se retesa e insiste na escolha: não, jamais se agarrará à felicidade como quem defende um osso.

Parece que já não há mais dúvida possível. Se nem o medo nem o amor, nem a razão conseguiram demovê-la da escolha; se colocada três vezes diante do dilema, três vezes disse “não”; se aceitou Polínice como um pretexto e não como um motivo — o gesto de Antígona deve ser mais conseqüente que a lucidez fria de Creon.

Com efeito, que fez Creon — ele que “gostava de música, encadernações raras, passeios lentos pelos minúsculos antiquários de Tebas”? Um dia “abandonou os livros, as coleções, arregaçou as mangas” e tomou o poder. Não porque acreditasse no mando, mas porque não teve coragem de recusá-lo. Recusar seria agir como “um operário que recusa a tarefa”, diz ele. No entanto, como pactuou, dizendo “sim” e aceitando um poder que o afastava de si, não pode mais olhar nos olhos a menina magrinha que se ergue poderosa, na sua frente, dizendo “não”. Como disse “sim” sem querer, vai ser obrigado a matar Antígona sem desejar. “Você disse sim. Agora nunca mais deixará de pagar.”

Antígona também amava a vida e as coisas simples: o ar fresco na pele,

“todos os bichinhos e todas as flores do campo que não podia colher”. Como Creon, também não acreditava em nenhum dos valores que a rodeavam, os ritos funerários, a lei da cidade. Mas não quis, como o tirano, aceitar o poder e suas conseqüências como um mal necessário; não quis proferir as palavras que sabia mentirosas, sob o pretexto de que “só é verdade aquilo que não se diz”. Se Creon não acredita e cala, Antígona não acredita e proclama “não”. “Eu ainda posso dizer ‘não’ a tudo o que não amo, ainda sou o meu único juiz.” E é por essa razão que sabe rejeitar, num último alento, a pobre felicidade que Creon lhe oferece e que ela teria de defender com usura, a troco de si mesma. “O que seria a minha felicidade? Em que mulher feliz, Antígona iria se transformar? Que miudezas teria de fazer, dia a dia, para arrancar com os dentes o seu naco de felicidade? A quem deveria mentir, a quem deveria sorrir, vender-se? Quem teria de deixar morrer, desviando o olhar?” É muito caro o preço da felicidade. E levantando-se pálida e solitária contra a força do tirano, Antígona pede a Creon que mande chamar os guardas.”

Gilda de Mello e Souza,
A Escolha de Antígona

FRANÇÊS

A – Rédaction

Commentez cette *Pensée* de Pascal:

“Puisqu'on ne peut être universel en sachant tout ce qui se peut savoir sur tout, il faut savoir peu de tout. Car il est bien plus beau de savoir quelque chose de tout que de savoir tout d'une chose; cette universalité est la plus belle. Si on pouvait avoir les deux, encore mieux, mais s'il faut choisir, il faut choisir celle-là, et le monde le sent et le fait, car le monde est un bon juge souvent.”

Blaise Pascal,
Pensées, 37.

B – Thème

Trauduire en français le texte suivant:

O caminhão criou na economia brasileira uma condição básica para o seu desenvolvimento. Deram-lhe estradas e isto assegurou-lhe o predomínio dos transportes através de extensões que se ampliam cada vez mais. Tornou-se a característica de um bandeirismo singular, que as estradas levam ao sertão, permitindo o progresso, irradiando por regiões, outrora obscuras, as vantagens da civilização.

O caminhão contribuiu para a transformação de hábitos arraigados na

alma popular, emprestando nova *facies* aos vilarejos remotos, aos cantos esquecidos, fazendo mais que o transporte de utilidades: transportando sobre rodas os fluxos de uma vitalidade inesperada. O sertão, a terra adusta, o oeste ou o nordeste, regiões e sub-regiões do país, tiveram em seu recesso o despertar de uma energia alvissareira, a invasão dos carros motorizados, restringindo aos trabalhos domésticos as alimárias, outrora tão indispensáveis às longas caminhadas. Era um elemento novo que se integrava na paisagem, condicionando o homem a um *processus* de vida mais eficiente e definitivo. Sua presença repercutia intensamente nos costumes, oferecendo às populações do interior o descortino de novas possibilidades.

Implicitamente, um novo corolário filosófico viria modificar o comportamento das gentes, criando esquemas diferentes à solução e continuidade de seus problemas... E, assim, também o sentimento humano teria oportunidade de revelar suas inumeráveis virtualidades.

Objeto de incipiente literatura, já alguns autores têm mencionado o sentido profundo dos pitorescos *slogans* que respingam as estradas, à ré de uma carroçaria superlotada ou apostos, ostensivamente nos para-choques dos motores de caminhão. Aí está uma das facetas verificadas nesse meio de transporte, bastante evidente e cheia de significado, especialmente na Região Nordeste, onde a sua verificação é mais abundante. É algo que complementa a fisionomia das estradas na variedade dos matizes de uma psicologia eminentemente local.

Francisco Barboza Leite — *Legendas de Caminhões nas Estradas Nordestinas*.

Obs.: Le mot “sertão” ne doit pas être traduit et doit être mis entre guillemets.

INGLES

A – Composition

Discuss the following idea of History:

“The purpose of History is to dissect it into various planes, or, to put it another way, to divide historical time into geographical time, social time, and individual time. Geographic time is history whose passage is almost imperceptible, that of man in his relationship to the environment, a history in which all change is slow, a history of constant repetition, and ever-recurring cycles. Social time is history at another level, this time with slow but perceptible rhythms, it is the history of groups and groupings, economic systems, states, societies, civilizations and war. Individual time is history in its traditional sense, which is on the scale not of man, but of individual men; that is, the history of events: surface disturbances, crests of foam that the tides of history carry on their strong backs. It is a history of brief, rapid, nervous fluctuation,

by definition ultra-sensitive: the least little tremor sets all its antennae quivering."

Adapted from Fernand Braudel

— *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II.*

B – Translation

Translate the following text into English:

Muita gente supõe que a Liga das Nações foi uma criação generosa, mas arbitrária, do presidente Wilson; e os adversários da grande instituição especulam com essa lenda, inculcando contra a sua aceitação um argumento de "autoridade", tirado da suposta oposição dos estadistas europeus, cuja experiência devia ser do maior peso, e, no entanto, ter-se-ia dobrado ante a imperiosa vontade do Presidente dos Estados Unidos, verdadeiro árbitro das negociações para o Tratado de Versalhes.

É possível que entre os principais negociadores da paz de 1919 houvesse algum espírito imbuído de pretenso "realismo", disposto a explorar a fundo a vitória militar contra os impérios Centrais, e não considerando firme e proveitosa senão a paz segundo os modelos anteriores, a despeito do lamentável naufrágio em que esses modelos se haviam despedaçado. Mas é historicamente inexato que a concepção de uma Liga ou Sociedade das Nações fosse, nesse momento, o fruto da elocubração individual e exclusiva de Wilson.

Este teve colaboradores e precursores em muitos países, não só publicistas, sociólogos e pensadores, mas também estadistas de consagrada reputação. Não nos referimos aos planos, mais ou menos engenhosos, concebidos por filósofos e filantropos no remate de outras guerras devastadoras, como a guerra dos Trinta Anos ou as guerras napoleônicas, para assegurar a paz entre as nações, planos a que estão ligados os nomes de Henrique IV e Sully, do abade de St. Pierre e de Kant, e que repousavam na idéia puramente especulativa, e por isso mesmo utópica, de uma federação dos Estados. Falamos de precursores e colaboradores de um sistema de organização propriamente jurídica das relações internacionais entre Estados independentes, tal como o Pacto o ensaiou.

Raul Fernandes

— *Sociedade das Nações.*

HISTÓRIA DO BRASIL

A – Dissertação

A desintegração do sistema monárquico.

B – Pequenas dissertações

1. A estrutura coronelística: fundamentos sócio-econômicos, bases políticas e decadência.
2. A Revolução Constitucionalista de 1932.
3. A questão trabalhista no Estado Novo.

HISTÓRIA MUNDIAL

A – Dissertação

O Japão de 1850 a 1945: evolução interna e relações exteriores.

B – Pequenas dissertações

1. Os antecedentes do conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.
2. A construção do sistema norte-americano de alianças, após a Segunda Guerra Mundial.
3. As causas da descolonização afro-asiática.

GEOGRAFIA DO BRASIL

A – Dissertação

Trace, em linhas gerais, o desenvolvimento da industrialização brasileira, acentuando suas principais características espaciais.

B – Pequenas dissertações

1. Como você desenvolveria a proposta de encarar o meio ambiente como recurso econômico num país subdesenvolvido, como o Brasil?
2. O crescimento da população brasileira atinge índices muito altos, se comparados aos países desenvolvidos. Por quê?
3. Destaque a influência do rio São Francisco na integração nacional, na renovação da agricultura brasileira e na geração de emprego.

GEOGRAFIA GERAL

A – Dissertação

A economia mundial, apesar da pesquisa de fontes alternativas, continua extremamente dependente do petróleo. Analise as principais questões referentes a esta fonte de energia.

B – Pequenas dissertações

1. Explique a amplitude e as limitações da ação humana como modificadora das condições naturais.

2. Por que se poderia afirmar, ou não, que o superpovoamento é sempre relativo?
3. Quais os elementos comuns que dão individualidade física à Região Platina?

NOÇÕES DE DIREITO

A – Dissertação

Fontes do Direito Internacional Público contemporâneo: os atos jurídicos unilaterais dos Estados e as resoluções das organizações internacionais como novas manifestações do Direito Internacional Público.

B – Pequenas dissertações

1. As formas do processo legislativo no Brasil.
2. Evolução do conceito de plataforma continental no direito do mar contemporâneo.
3. O domínio reservado dos Estados e a proteção internacional dos direitos do indivíduo.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A – Dissertação

Exponha e inter-relacione criticamente as principais teorias explicativas da inflação e discuta a sua aplicabilidade à atual situação inflacionária brasileira.

B – Pequenas dissertações

1. Especifique e conceitue os métodos mais comumente usados para o cálculo do produto nacional (ou da renda nacional).
2. Em que consiste a elasticidade-preço da procura e quais são os fatores que a influenciam?
3. Em que medida as pré-condições para a industrialização brasileira foram estabelecidas na segunda metade do século XIX?

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

1º ANO

Corpo docente

Estudos Brasileiros – Geografia do Brasil (1º semestre) – Marília Peluso de Oliveira
Estudos Brasileiros – Política Externa Brasileira Contemporânea (2º semestre) – Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, Fernando José Marroni de Abreu
Ciência Política (1º semestre) – José Carlos Brandi Aleixo
Economia (1º e 2º semestres) – Raphael Valentino Sobrinho, Virgílio Antonio Coutinho França
Introdução ao Direito: (1º sem.) – Carlos Roberto Mota Pelegrino
Direito Internacional Público – Extradução e Asilo (1º semestre) – Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano
Direito Internacional Público (2º semestre) – Antônio Augusto Cançado Trindade
Direito Internacional Privado (2º semestre) – Anna Maria Villela
Português – Expressão e Redação Profissional (1º e 2º semestres) – Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo
Espanhol (1º e 2º semestres) – Encarnación Ponce Lopes de Pesquero, Kori Carrasco Dorado
Francês (1º e 2º semestres) – Ileana Florica Ghiatza e Associação de Cultura Franco-Brasileira
Inglês (1º e 2º semestres) – Sara Burkitt Walker, James Crawford Ferguson, John Trzeciak, Patrick Kevin Redmond
Português para Estrangeiros (1º e 2º semestres) – Dad Abi Chahine Squarisi
Alemão (1º e 2º semestres) – Instituto Cultural Brasil-Alemanha
Árabe (1º e 2º semestres) – Issa Antonio Bonduki
Italiano (1º e 2º semestres) – Instituto de Língua Italiana
Japonês (1º e 2º semestres) – Michio Yamaguchi
Russo (1º e 2º semestres) – Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Corpo discente (por ordem de classificação)

Fernando Apparicio da Silva

Luis Antonio Balduino Carneiro
 Maria Luisa Escorel de Moraes
 Carlos Marcio Bicalho Cozendey
 Carlos Alfonso Iglesias Puentes
 Julio Glinternick Bitelli
 Marcia Loureiro
 Claudio Raja Gabaglia Lins
 Ronald Cardoso Mendes Junior
 Claudia Fonseca Buzzi
 Glivânia Maria de Oliveira
 Geraldo Veiga Rivello Junior
 Sergio Ricoy Pena
 Irene Vida Gala
 Luis Claudio Villafane Gomes Santos
 Roberto Furian Ardenghy
 Paulo Marcos Almeida de Moraes
 José Augusto Silveira de Andrade Filho
 Marco Cesar Moura Daniel
 Paulo Roberto Amora Alvarenga
 Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França
 Evaldo Freire
 Alexandre Campello de Siqueira
 Ana Maria Mulser Parada
 Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes
 Flavio Marega
 Claudio Roberto Poles
 Licinio Delgado Pahim
 Antonio Otavio Sá Ricarte
 Maria Theresa Vieira Diniz
 Márcia Maro da Silva
 Paulo Fernando Dias Feres
 Jandira Gill Chalu Pacheco
 Ruy Pacheco de Azevedo Amaral
 João Marcelo de Aguiar Teixeira
 Nestor José Forster Junior
 Ricardo de Souza Franco Peixoto
 João Alberto Dourado Quintaes
 Paulino Franco de Carvalho Neto
 Sabine Nadja Popoff
 José Marcos Nogueira Viana
 João Tabajara de Oliveira Junior
 Alexandre da Silva Barbedo

Bolsistas estrangeiros

Daniel Leopoldina Soares Oliveira (Cabo Verde)

Domingos Augusto Ferreira (São Tomé e Príncipe)
 Gerald Musilekwa Wakumelo (Zâmbia)
 Jean Allogo Nguema (Gabão)
 Manuel Estuardo Roldán Barillas (Guatemala)
 María de Jesús Díaz Obregón (República Dominicana)
 Michael Adipo Okoth Oyugi (Quênia)
 Natasha Eugenie Maria Halfhuid (Suriname)
 Winston Guno Lackin (Suriname)

2º ANO

Corpo docente

Relações Internacionais (1º e 2º semestres) – Gelson Fonseca Junior
História das Relações Diplomáticas do Brasil (1º e 2º semestres) – Buben Ricupero, Sérgio França Danese
Economia – Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico (1º e 2º semestres) – Dorothea Fonseca Furquim Werneck
Economia – Relações Econômicas Internacionais (2º semestre) – Ricardo Drumond de Mello
Direito dos Tratados (1º semestre) – José Francisco Rezek
Português – Correspondência Oficial e Métodos de Informação (1º e 2º semestres) – Heloisa Vilhena de Araujo
Espanhol (1º e 2º semestres) – Encarnación Ponce Lopes de Pesquero, Kori Carrasco Dorado
Francês (1º e 2º semestres) – Ileana Florica Ghiatza e Associação de Cultura Franco-Brasileira
Inglês (1º e 2º semestres) – Sara Burkitt Walker, James Crawford Ferguson, John Trzeciak, Patrick Kevin Redmond
Português para Estrangeiros (1º e 2º semestres) – Dad Abi Chahinne Squarisi
Alemão (1º e 2º semestres) – Instituto Cultural Brasil-Alemanha
Árabe (1º e 2º semestres) – Issa Antonio Bonduki
Italiano (1º e 2º semestres) – Instituto de Língua Italiana
Japonês (1º e 2º semestres) – Michio Yamaguchi
Russo (1º e 2º semestres) – Roberto Wanderley de Souza Ferreira

2º ANO

Corpo Discente (por ordem de classificação)

José Humberto de Brito Cruz
 Paulo Estivallet de Mesquita
 Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa
 Antonio de Moraes Mesplé

Hervelter de Mattos
 Antonio Alves Júnior
 Carlos Alexandre Ferreira
 Guilherme Vasconcellos Coimbra
 Olyntho Vieira
 Aurélio Afrânio Garcia Avelino
 Terezinha Bassani Campos
 Carlos Vinicius Vizioli
 Maria Izabel Vieira
 Geraldo Miniucci Ferreira Junior
 Guilherme de Aguiar Patriota
 Carlos Eduardo de Ribas Guedes
 Flavio Hugo de Lima Rocha Junior
 Maria Cristina Martins dos Anjos
 Cesario Marcos Lopes de Alexandria
 Sérgio Luis Lebedeff Rocha
 Helena Maria Gasparian
 Jairo Luiz Collier de Oliveira
 Antonio Baptista Luz Filho
 Felix Valois Pires
 Pery Machado
 Luciano Helmold Macieira
 Maria Aparecida de Góis Fernandes Weiss
 Márcio Catunda Ferreira Gomes
 Dijalma Mariano da Silva
 Ana Suza Cartaxo de Sá
 Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso
 Luis Fernando Abbott Galvão
 Sergio da Fonseca Costa Couto

Bolsistas estrangeiros

Júlio César Herbert Duarte Lopes (Cabo Verde)
 Raul Jorge Vera-Cruz Barbosa (Cabo Verde)
 Carlos Alberto Vargas Solís (Costa Rica)
 Kofi-Patu Defor (Gana)
 Gonzalo Daniel Bernal Brito (Bolívia)
 Wilfred Eduard Christopher (Suriname)
 Sergio Arturo Escobar Solórzano (Colômbia)
 Hellen Kafumba (Tanzânia)

Classificação final da turma de 1984/1985

José Humberto de Brito Cruz
 Paulo Estivallet de Mesquita

Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa
 Antonio de Moraes Mesplé
 Antonio Alves Júnior
 Guilherme Vasconcellos Coimbra
 Aurélio Afrânio Garcia Avelino
 Carlos Vinicius Vizioli
 Carlos Alexandre Ferreira
 Hervelter de Mattos
 Geraldo Miniucci Ferreira Junior
 Guilherme de Aguiar Patriota
 Terezinha Bassani Campos
 Olyntho Vieira
 Carlos Eduardo de Ribas Guedes
 Maria Izabel Vieira
 Flavio Hugo Lima Rocha Junior
 Luciano Helmold Macieira
 Helena Maria Gasparian
 Sergio Luis Lebedeff Rocha
 Antonio Baptista Luz Filho
 Jairo Luiz Collier de Oliveira
 Maria Aparecida de Góis Fernandes Weiss
 Pery Machado
 Maria Cristina Martins dos Anjos
 Felix Valois Pires
 Cesário Marcos Lopes de Alexandria
 Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso
 Luis Fernando Abbott Galvão
 Dijalma Mariano da Silva
 Sérgio da Fonseca Costa Couto
 Márcio Catunda Ferreira Gomes
 Ana Suza Cartaxo de Sá

José Humberto de Brito Cruz fez jus à medalha de vermeil do prêmio Rio-Branco, por sua primeira colocação no CPCD, e Paulo Estivallet de Mesquita, à medalha de prata, por sua segunda colocação. O prêmio de viagem coube a José Humberto de Brito Cruz, Paulo Estivallet de Mesquita, Antonio de Moraes Mesplé e Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa.

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Viagens de estudo

A primeira viagem de estudos do 2º ano realizou-se em julho às regiões Sul e Sudeste do Brasil, em que tiveram ênfase a solução do problema energé-

tico (visita à hidrelétrica de Itaipu e à usina nuclear de Angra dos Reis), o desenvolvimento da tecnologia e da indústria de material militar (visita ao CTA, à Avibrás, Embraer e Engesa, em São José dos Campos), a história da diplomacia brasileira (visita ao Museu Histórico e Diplomático no ERERIO) e a indústria automobilística brasileira (visita à FIAT).

Os pontos altos do programa da segunda viagem de estudos realizada após a conclusão do CPCD, entre novembro e dezembro, às regiões Norte e Nordeste do Brasil foram: em Manaus, visita à SUFRAMA, ao Centro de Instrução de Guerra na Selva e ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; a descida do Rio Amazonas em navio de guerra, com paradas em Santarém e no Projeto Jari; em Belém, as visitas à SUDAM, ao Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar, ao Museu Emilio Goeldi e à sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; as visitas ao Projeto Carajás e à Usina Hidrelétrica de Tucuruí; em Recife, a conferência na SUDENE e a visita à Fundação Joaquim Nabuco; em Salvador, as visitas ao Centro Industrial de Aratu, à Refinaria Landulpho Alves, ao Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara e ao Distrito Norte de Produção, da PETROBRÁS.

Seminário de Estudos Latino-Americanos

Foi promovido, em agosto e setembro de 1985, ciclo de conferências sobre aspectos políticos, econômicos e históricos da América Latina, pronunciadas por diversos estudiosos, brasileiros e estrangeiros, a convite do Instituto Rio-Branco:

“O Brasil e a América Latina” (duas conferências), pelo Embaixador Rubens Ricupero; “Tendências Políticas e Econômicas (internas e externas) da América Latina”, pelo Professor Hélio Jaguaribe; “Radiografia da América Latina”, pelo Embaixador Celso Furtado; “O Brasil e a Bacia do Prata”, pelo Professor Celso Lafer; “Os Direitos Humanos na América Latina”, pelo Professor Hector Gross Espiell; “Geografia da América Latina” (duas conferências), pela Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira; “O Brasil e os Países Amazônicos” (duas conferências), pelo Conselheiro José Antônio Macedo Soares; “Peru-Ecuador”, pelo Secretário Marcello Vasconcellos, da DAM-II; “Argentina-Chile”, pelo Secretário Eduardo dos Santos, da DAM-I; “Malvinas”, pelo Secretário Luís Felipe Mendonça Filho, da DAM-I; “América Central e Caribe”, pelo Secretário Armando Vitor Boisson Cardoso, Chefe, substituto, da DCS.

FORMANDOS EM 1985

Ana Suza Cartaxo de Sá

Letras (Português e Inglês), UFRJ. Letras (tradução/interpretação), 5º semestre, PUC/RJ. Direito, 5º semestre, PUC/RJ. Certificado expedido pela Universidade de Michigan – Proficiência e em Inglês. 1º Certificado da Universidade de Nancy. IBEU – Curso de Inglês.

Antonio Alves Junior

Ciências Econômicas, USP. Ciências Sociais, USP. Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge. Diplôme Supérieur de Français des Affaires de la Chambre de Commerce et d'Industrie de Paris. Zertifikat Deutsch als Fremdsprache – Goethe Institut.

Antonio de Moraes Mesplé

Direito, PUC/RJ. Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas/SP. Lettres Françaises, Institut Français du Royaume-Uni, Londres, Grã Bretanha. Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge; Arels, Certificate in Spoken English.

Antonio Baptista Luz Filho

Direito, 7º semestre, UnB/DF.

Aurélio Afrânio Garcia Avelino

Ciências Econômicas, UFMG, 6º semestre. Geologia, UFMG, 2º semestre.

Carlos Alexandre Ferreira

Curso de Graduação em Administração, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas 7º período.

Carlos Eduardo de Ribas Guedes

Curso de Comunicação Social, PUC/RJ. Curso de Economia, UnB/DF, 2º Ano.

Carlos Vinicius Vizioli

Curso de Relações Internacionais, UnB/DF

Cesário Marcos Lopes de Alexandria

Letras, 8º semestre, USP. Economia, 1º semestre, USP.

Dijalma Mariano da Silva

Letras (Licenciatura em Vernáculo e Francês), Universidade Católica de Pernambuco. Diplôme d'Etudes Françaises — Nancy I — II — III, Université de Nancy. Français Scientifique et Technique. Cepal — Certificat Pratique de l'Alliance Française, Aliança Francesa de Recife.

Felix Valois Pires

Engenharia Mecânica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Flávio Hugo Lima Rocha Junior

História, UFRJ.

Geraldo Miniuci Ferreira Junior

Direito, PUC/SP, 6º semestre.

Guilherme de Aguiar Patriota

Ciências Biológicas (Biologia Marinha), UFRJ, 3 anos cursados. Ciências Biológicas (Ecologia) UnB/DF, 4 anos cursados. Inglês, Public School 6, NY., 3 anos. Saint Mary's College, Trinidad Tobago, 1 ano. International School of Geneva, 2 anos. Francês, Escola Pública de Genebra, Suíça, 2 anos.

Guilherme Vasconcellos Coimbra

Arquitetura, UFRJ. Jornalismo, CEUB (7º sem.). Economia, AEUDF (4º sem.).

Helena Maria Gasparian

História, PUC/RJ. Programa de Mestrado da Faculdade de História da Universidade de São Paulo — 2º período. Programa de Mestrado da Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense — 3º período. Proficiency Certificate. Metodologia em Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas.

Hervelter de Mattos

Economia, 6º semestre, UFRJ. Certificate of Proficiency in English, Michigan. Teacher Training Course, 3º semestre, IBEU. Certificat d'Etudes Pratiques de l'Alliance Française. Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises, Nancy III. Cours du Degré Supérieur et Civilisation, Ecole Internationale de Langue et de Civilisation Françaises, Paris.

Jairo Luiz Collier de Oliveira

Direito, 6º período, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

José Humberto de Brito Cruz

Bacharel em Filosofia, Universidade de São Paulo.

Luciano Helmold Macieira

Engenharia Mecânica, Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense. First Certificate in English.

Luis Fernando Abbott Galvão

Ciências Econômicas, 6º período, UnB/DF.

Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedrosa

Direito, 7º semestre, UnB/DF. Francês, Aliança Francesa (Nancy II). Inglês (Lower), Cultura Inglesa.

Márcio Catunda Ferreira Gomes

Direito, Universidade Federal do Ceará. IBEU — Advanced 1, 2 e 3. Aliança Francesa (Capelle; Nancy I).

Maria Aparecida de Góis Fernandes Weiss

Comunicação Social (Jornalismo), UnB/DF. First Certificate in English, University of Cambridge.

Maria Cristina Martins dos Anjos

Letras (Bacharel em Português e Francês), UFRJ. Tulane University, Newcomb College, Linguística (New Orleans, Louisiana, EUA). Bachelor of Arts. Aliança Francesa (Nancy I).

Maria Izabel Vieira

Língua e Literatura Inglesa, Tradutor Português/Inglês, PUC/SP. Economia, 3º semestre, USP/FEA. Aliança Francesa (Nancy I e II). Proficiency in English, University of Michigan. First Certificate of Proficiency in English, Cambridge.

Olyntho Vieira

Engenharia Mecânica, Faculdade de Engenharia Industrial da Fundação de Ciências Aplicadas/SP. Curso de Especialização em Administração para Graduados, Fundação Getúlio Vargas/SP. V Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE), Brasília/DF. Estágio na Embaixada em Estocolmo, First Certificate of Proficiency in English, Cambridge. Aliança Francesa (Nancy I).

Paulo Estivallet de Mesquita

Engenharia Agrônoma, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ciências Econômicas, 4º semestre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pery Machado

Direito, 8º período, Faculdade Estácio de Sá/RJ. General Certificate of Education (Inglês, Francês, Espanhol e Geografia), da Universidade de Cambridge. School Certificate em História, da Universidade de Cambridge. Lower Cambridge English Certificate.

Sergio da Fonseca Costa Couto

Letras, 5º semestre, UnB/DF.

Sergio Luis Lebedeff Rocha

Direito, 7º período, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa

Direito, 8º período, UFPE.

Terezinha Bassani Campos

Bacharel em Letras (Português, Inglês, Hebraico e Alemão). Licenciada em Letras (Inglês e Alemão).

CPCD – Planos de Estudo – 1985

	1º ANO	2º ANO
Línguas Estrangeiras	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º)	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º)
Disciplinas Acadêmicas	Estudos Brasileiros: - Geografia do Brasil (1º) - Política Externa Brasileira Contemporânea (2º) Ciência Política (1º) Economia I (1º) Economia II (2º) Introdução ao Direito (1º) Direito Internacional Público I (1º) Direito Internacional Público II (2º) Direito Internacional Privado (1º)	Estudos Brasileiros: História das Relações Diplomáticas do Brasil (1º, 2º) Relações Internacionais (1º, 2º) Comércio Internacional (1º) Desenvolvimento Econômico Internacional (2º) Direito dos Tratados (1º)
Matérias Profissionalizantes	Português: Expressão e Redação Profissional Organização e Métodos de Trabalho do MRE	Português: Correspondência Oficial (1º, 2º) Prática Diplomática Prática Consular Cerimonial Promoção Comercial Negociação Diplomática
Atividades Extracurriculares	Cursos de Reforço (Francês, Inglês e Espanhol) Curso de Dactilografia Línguas Opcionais: Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo	3 Estágios (80 hs. cada um) 2 Viagens de estudos: Sul/Sudeste (julho) Norte/Nordeste (nov/dez) Línguas Opcionais: Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo.

Obs.: Os parênteses indicam os semestres durante os quais as matérias foram lecionadas

PROGRAMAS

1º Ano

ESTUDOS BRASILEIROS – GEOGRAFIA DO BRASIL
(Marília Luiza Peluso de Oliveira)

Tema: *Introdução aos Problemas Espaciais Brasileiros*

Unidade I – O espaço brasileiro

- o espaço social;
- espaços centrais e periféricos: a dependência.

Unidade II – A questão agrícola e a organização do espaço brasileiro

- produtos agrícolas de exportação e de consumo interno: a extroversão da economia brasileira;
- o problema fundiário;
- modernização da agricultura;
- a fronteira agrícola.

Unidade III – Movimentos migratórios

- migrações rurais/rurais;
- migrações rurais/urbanas.

Unidade IV – A industrialização brasileira e a organização do espaço brasileiro

- a concentração industrial no Sudeste;
- integração nacional dentro do sistema centro/periferia;
- importância dos transportes para a integração nacional.

Unidade V – A questão urbana e a organização do espaço brasileiro

- distribuição espacial das cidades;
- evolução populacional;
- metropolização;
- problemas urbanos: meios de consumo coletivos, periferia e pobreza.

ESTUDOS BRASILEIROS – POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM-TEMPORÂNEA

(Hildebrando Tadeu N. Valladares)

Temário:

1. Norte-Sul
2. Ocidente
3. América Latina
4. África Ocidental e Meridional
5. Oriente Médio
6. Ásia

Cada bloco conterá três partes:

1. Apresentação da política externa brasileira;
2. Exposição com participação de diplomata da área, seguida de debate e comentário;
3. Apreciação de texto internacional sobre o tema, seguida de rápida prova.

CIÊNCIA POLÍTICA

(José Carlos Brandi Aleixo)

I – Política e Ciência Política

1. Introdução. Obras de referência. Bibliografia. Problemas de Sociologia do Conhecimento. Conceitos básicos. Política como arte e como ciência. Relações com outras ciências. Fatores de luta e de cooperação.

Curso de Introdução à Ciência Política, 2ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, volumes 1 a 7, 1984.

SCHMITTER, Phillippe C. – “Reflexões sobre o conceito de Política”. *Revista do Direito Público e Ciência Política*. Rio de Janeiro, VIII (2): 45-60, mai/ago, 1965.

DUVERGER, Maurice – *Introduction à la Politique*. Paris, Gallimard, 1964, Primeira Parte, p. 15-151, ou a tradução *Introdução à Política*. Lisboa, Estudos Cor, 1977.

DAHL, Robert. – *Análise Política Moderna*. Brasília, Editora Universidade de Brasília 1981. Caps. I (p. 3-11); II (13-22); IX (105-113) e X (115-120).

MANNHEIM, Karl – *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, ou texto inglês: *Ideology and Utopia. An Introduction to the Sociocology of Knowledge*. New York, Harcourt Brace & World, Inc. A Harvest Book. Primeira publicação 1936.

II – Poder político

- 2 – Poder, autoridade, dominação, influência.
- 3 – Legitimidade, legalidade.

DAHL, Robert – *Op. cit.*, caps. III (13-34) e IV (35-44).

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio, Forense, 1970, cap. IV, item III, nº (173-185).

III – A análise de sistemas políticos

- 4 – Sistema social, sistema político, sistema econômico

ALMOND, Gabriel e POWEL Jr., Bingham – *Uma Teoria de Política Comparada*. Rio, Zahar, 1972, caps. I, II e III (1-52).

IV – Instituições políticas

5. Formas, regimes, sistemas, tipos de governo
ALMEIDA PAIVA, Alfredo de – “Regimes Políticos e Sistemas de Governo Contemporâneos”. *Revista de Direito Público e Ciência Política*. Rio, VIII (3): 101-128, set/dez 1965.
ALEIXO, José Carlos Brandi – “Democracia Representativa”, *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Senado Federal, 14 (53): 67-93, jan/mar 1977.
BARACHO, José Alfredo de Oliveira – *Regimes Políticos*. São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1977.

V – A análise de elites políticas

6. Elites políticas
BOTTOMORE, T.B. – *As Elites e a Sociedade*. Rio, Zahar, 1965, cap. I (p. 7-21).
MICHELS, Robert – “A Lei de Ferro da Oligarquia”, in Amaury de Souza (org.) *Sociologia Política, I*. Rio Zahar, 1966 (89-104).

VI – Envolvimento político

7. O homem político. Sufrágio.
8. Partidos políticos.
9. Grupos de interesse e grupos de pressão.
10. Opinião pública e propaganda política.
DAHL, Robert – *Op. cit.* cap. VII (85-104).
BURDEAU, Georges – *Traité de Science Politique*. Paris, L.G.D.J., 1968, Tome III, chap. III: Les Partis Politiques (263-284).

ECONOMIA

(Raphael Valentino Sobrinho)

I – Introdução

1. A Economia nacional moderna como tipo ideal. Elementos modernos

e não-modernos nas sociedades contemporâneas. A sociedade capitalista, a sociedade socialista e a economia mista. A reprodução populacional, a reprodução da riqueza e a integração nacional. Os atores da vida econômica: mecanismos de preços e planejamento.

2. O objeto e método da economia. O método histórico e o método geométrico. Os instrumentos da análise teórica. Economia positiva, economia normativa e política econômica. Os problemas da teoria econômica. Apreciação sucinta das etapas históricas da ciência econômica. As "quatro revoluções científicas" da ciência econômica: os cameralistas e os mercantilistas, os fisiocratas, a economia clássica, o keynesianismo. As origens da presente "crise da teoria econômica". A relevância da teoria econômica para os países em desenvolvimento: racionalidade e subdesenvolvimento, tecnologia, ética puritana e legado colonial.

3. O funcionamento do sistema econômico. A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II – Análise microeconômica

1. Os mercados e o mecanismo de preços; a visão de Marx e a de Walras. A formulação dos economistas. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística. Os dois tipos de economia de mercado: a economia industrial (*full-cost principle*) e a economia agrícola. As economias *fixprice* e as economias *flexprice*. Os antecedentes históricos das economias *fixprice*. As camadas múltiplas das economias de mercado. As quatro categorias de países no mundo contemporâneo.

2. Teoria do consumidor:

a) A versão marshalliana da teoria do consumidor. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.

b) Análises críticas da teoria marshalliana do comportamento do consumidor. O tratamento cardinal da função utilidade. A teoria ordinal do comportamento do consumidor.

3. Teoria da produção:

a) Genealogia da produção. A função de produção. A função de produção agregada. A lei dos rendimentos decrescentes. A procura de fatores de produção.

b) Instrumentos fundamentais de análise da produção: produtividade média, produtividade marginal, curvas de produtividade, curvas de custo.

c) A maximização do lucro. A distribuição dos lucros: distribuição e ideologia. A irracionalidade da ideologia.

4. A formação dos preços dos bens:

a) A teoria do comportamento do mercado. Bens substitutivos e bens

complementares. As curvas de equilíbrio parcial. Existência e estabilidade do equilíbrio geral: as três leis de Hicks.

b) A economia *flexprice* e os dois métodos de determinação dos preços: concorrência e transações negociadas. A existência de preços de equilíbrio. O processo de formação de preços.

c) A economia *fixprice*. O advento de Keynes. A rigidez dos salários no sentido da baixa. A generalização da lei de Walras. O princípio da demanda efetiva.

d) A teoria da concorrência perfeita. A teoria do monopólio. Teorias da concorrência imperfeita. O oligopólio e a concorrência monopolística.

e) Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. O teorema da "teia de aranha". Preços mínimos e controles de preços.

5. Preços dos fatores de produção:

a) Fatores de produção. Determinantes da demanda de um fator. A oferta de fatores. Salários e negociações coletivas. A interferência institucional do salário mínimo.

b) Juros e retorno do capital. A produtividade do capital.

c) As teorias da distribuição. A teoria tradicional. A teoria da produtividade marginal e a macrodistribuição da renda. As teorias keynesianas.

d) A renda da terra. A teoria de Ricardo.

6. A formação dos preços, o equilíbrio geral e a maximização do bem-estar social.

III – A atividade econômica no quadro nacional

1. As categorias de sujeitos econômicos. Os planos e decisões dos sujeitos econômicos. Morfologia da atividade econômica: sistemas e tipos de organização. A estrutura da economia nacional.

2. Os métodos de análise da atividade econômica nacional. A pluralidade metodológica. Os modernos esforços da síntese.

3. Os conceitos básicos da contabilidade nacional. Produto, renda e despesa. A contabilidade social em termos de estoques. A contabilidade social retrospectiva em termos de fluxo. A contabilidade nacional prospectiva.

4. Sistemas de contas nacionais no Brasil.

IV – Moeda e Crédito

1. Conceituação e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamento.

2. Sistemas monetários.

3. Os bancos e a criação de moeda. Os Bancos Centrais.

4. A estrutura do sistema monetário no Brasil. As contas monetárias no Brasil.

5. Os instrumentos da política monetária.

— Análise Macroeconômica

2. Os instrumentos da análise macroeconômica:

- a) A função global de produção.
- b) A função de consumo e o multiplicador.
- c) A função de investimento.
- d) A função de liquidez e o equilíbrio monetário.

3. Elementos e fundamentos da teoria do equilíbrio agregativo a curto prazo

4. A teoria neoclássica do equilíbrio agregativo a curto prazo:

- a) As bases da teoria quantitativa da moeda.
- b) A equação quantitativa do equilíbrio.
- c) A lei de Say.
- d) A identidade de Walras.
- e) O mecanismo cumulativo de Wicksell.
- f) As equações gerais de equilíbrio do modelo neoclássico.

5. A teoria keynesiana do equilíbrio agregativo a curto prazo:

a) Fundamentos e conceitos básicos da teoria keynesiana. Os tipos de desemprego. O princípio da demanda efetiva.

b) O abandono da dicotomia clássica: a introdução do salário monetário e da moeda nas escolhas econômicas.

c) A análise keynesiana da opção consumo ou poupança e entesouramento ou empréstimo. A preferência pela liquidez. A propensão marginal a consumir e a poupar.

d) O modelo keynesiano simplificado.

e) A teoria keynesiana do investimento.

f) O modelo keynesiano generalizado. A curva LS e a curva LM.

g) As políticas anticíclicas.

h) Keynes, o fim do *laissez-faire* e a economia planificada.

i) O keynesianismo no Brasil.

6. A teoria da inflação:

a) O hiato inflacionário.

b) A teoria quantitativa e a revolução keynesiana.

c) Inflação salarial e demanda excedentária: a curva de Phillips.

d) A inflação de custos e os sindicatos.

e) A inflação e as expectativas.

f) Inflação e monetarismo.

g) Os efeitos da inflação. Inflação e crescimento econômico.

h) Evolução e características do processo inflacionário no Brasil.

V — Política fiscal

1. A conduta econômica do Governo.

2. A teoria do multiplicador do dispêndio.

3. O dispêndio público eficiente.

4. Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.

5. Efeitos econômicos da tributação.

6. Política fiscal, ciclos econômicos e desenvolvimento.

VI — Revisão sucinta das grandes correntes do pensamento econômico discutidas durante o curso

1. A Economia Pré-Adamita:

a) O Mercantilismo.

b) Os Fisiocratas.

c) As influências escolásticas.

2. A Economia política clássica: as idéias fundamentais e os pensadores:

a) A acumulação da riqueza e a divisão do trabalho: Adam Smith.

b) O sistema ricardiano.

c) A demanda efetiva: Say e Malthus.

d) John Stuart Mill.

e) A economia marxista.

3. A era neoclássica — as idéias fundamentais e os pensadores:

a) A revolução marginalista.

b) Stanley Jevons.

c) A Economia marshalliana: a utilidade e a demanda, custo e oferta.

d) A escola austríaca do capital e do juro.

e) O equilíbrio geral walrasiano e a economia do bem-estar de Paseto.

f) A teoria neoclássica da moeda, do juro e dos preços.

4. A Economia keynesiana.

5. A "Revolução de Cambridge".

6. A epistemologia popperiana e o pensamento econômico: a aplicação e os limites do critério de falsificabilidade em Economia. Os juízos de valor: seu papel na Economia. A institucionalização americana. Paradigmas e programas de pesquisa. As revoluções científicas na Economia.

INTRODUÇÃO AO DIREITO

(Carlos Roberto Mota Pelegrino)

1ª Conferência: Direito de sociedade: o entendimento da ordem jurídica.

Seminário 1 — Direito, ética e moral. Estrutura, validade e classificação das normas jurídicas.

Seminário 2 — Fontes do Direito. Fatos e atos jurídicos. Personalidade jurídica.

2ª Conferência: A importância do Direito na vida diplomática.

Seminário 3 — A sociedade internacional contemporânea. Direito e poder. Perspectivas da sociedade internacional.

Seminário 4 – Direito e prática da diplomacia. Negociação bilateral e multilateral.

3ª Conferência: Os grandes sistemas de Direito contemporâneos.

Seminário 5 – O mundo romano-germânico.

Seminário 6 – A *common law*. O Sistema socialista.

4ª Conferência: Organização do Estado brasileiro.

Seminário 7 – O regime republicano e a forma federativa do Estado. Poderes da União e autonomia dos Estados federados.

Seminário 8 – Federação e descentralização. Sistema presidencialista de governo.

5ª Conferência: O Poder Legislativo.

Seminário 9 – Sistema eleitoral. Partidos políticos.

Seminário 10 – Competência legislativa. Processo legislativo.

6ª Conferência: O Poder Executivo.

Seminário 11 – Condutores políticos e servidores públicos. Ordem hierárquica. Administração pública.

Seminário 12 – O Executivo sob o controle do Congresso: formas de controle *a priori* e *a posteriori*.

7ª Conferência: O Poder Judiciário.

Seminário 13 – Estrutura judiciária. Jurisdição. Vias recursais. Judiciário *poder* e Judiciário *função*.

Seminário 14 – O controle da constitucionalidade das leis e da legalidade dos atos da administração.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I

(Gilda Corrêa Meyer Russomano)

1ª Unidade

Noções introdutórias ao estudo do Direito Internacional Público.

- a) Conceito e definições atuais e antigas.
- b) Relações com o Direito Internacional Privado e os demais ramos do Direito positivo interno.
- c) Terminologia.
- d) Divisões.
- e) Realidade de sua existência.
- f) Fundamentos.
- g) Importância.
- h) O problema do primado do Direito externo sobre o Direito interno.
- i) O problema das fontes.

2ª Unidade

Evolução histórica das relações internacionais e do Direito Internacional Público.

- a) A Antiguidade.
- b) O Cristianismo.
- c) A Idade Média.
- d) A Idade Contemporânea.
- e) A obra de Francisco de Vitória e de Grotius.

3ª Unidade

As pessoas de Direito Internacional Público.

- a) Personalidade ativa e passiva.
- b) Os Estados.
- c) As organizações internacionais.
- d) O indivíduo.
- e) As teorias mais autorizadas e a realidade internacional contemporânea.

4ª Unidade

Os Estados no Direito Internacional Público.

- a) Nascimento e reconhecimento.
- b) Classificação.
- c) Transformações e extinção.
- d) Sucessão.
- e) Direitos dos Estados.
- f) Restrições aos direitos dos Estados.
- g) Deveres dos Estados.

5ª Unidade

Relações pacíficas entre os Estados.

- a) Os órgãos das relações entre os Estados.
- b) Os Chefes de Estado e os Ministros das Relações Exteriores.
- c) Os agentes diplomáticos.
- d) Os funcionários consulares.
- e) A imunidade de jurisdição local.

6ª Unidade

Domínio do Estado.

- a) O domínio terrestre.
- b) O domínio marítimo.
- c) O domínio aéreo.

7ª Unidade

O Mar em Direito Internacional Público.

- a) O mar territorial.

- b) A plataforma continental.
- c) A zona contígua.
- d) O alto mar.
- e) As concepções atuais de *zona de pesca e conservação dos recursos naturais* e do *mar patrimonial*.
- f) O fundo do mar.

8ª Unidade

O Homem das relações internacionais.

- a) Personalidade internacional.
- b) Nacionais e estrangeiros.
- c) Proteção concedida ao indivíduo pelo Direito Internacional Público contemporâneo.
- d) Direitos fundamentais do Homem.

9ª Unidade

O problema dos direitos humanos no sistema interamericano.

- a) Evolução histórica.
- b) Instrumentos internacionais para garantir-lhes o respeito.
- c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).
- d) O Pacto de São José da Costa Rica.
- e) O Tratado Interamericano de Direitos Humanos.
- f) Realidades e expectativas.

10ª Unidade

A cooperação internacional entre os Estados.

- a) Em sentido lato.
- b) No terreno específico da repressão aos delitos.
- c) Expulsão, deportação e extradição de estrangeiros.
- d) Princípios que regem a extradição no mundo contemporâneo.
- e) O sistema brasileiro de extradição.
- f) Extradição e direito de asilo.

Bibliografia aconselhada:

- a) Accioly, Hildebrando — “Tratado de Direito Internacional Público”, 3 vols., Rio de Janeiro, 1956.
- 2) Albuquerque Mello, Celso — “Curso de Direito Internacional Público”, Rio de Janeiro, 1970.
- 3) Rousseau, Charles — “Droit International Public”, Paris, 1965.
- 4) Kimenez de Arechaga, Eduardo — “Curso de Derecho Internacional Público”, 2 vols., Montevideo, 1961.
- 5) Sibert, Marcel — “Traité de Droit International Public”, 2 vols., Paris, 1951.
- 6) Verdross, Alfred — “Derecho Internacional Público”, tradução espanhola por Antônio Truyol y Sierra, Madrid, 1974.

7) Ituassú, Oyama Cesar — “Curso de Direito Internacional Público”, 2 vols., Manaus, 1982.

8) Russomano, Gilda C.M. — “A Extradicação no Direito Internacional e no Direito Brasileiro”, 1 vol., 3ª ed., São Paulo, 1981.

9) Podestá Costa — “Derecho Internacional Público”, 2 volumes, Buenos Aires, 1979.

10) Velasco Vallejo, Manuel Diez de — “Curso de Derecho Internacional Público”, Madrid, 1973.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II

(Antônio Augusto Cançado Trindade)

SUMÁRIO

Unidade I: Reavaliação das fontes do Direito Internacional Público contemporâneo.

Unidade II: Responsabilidade internacional dos Estados: fundamentos.

Unidade III: Responsabilidade internacional dos Estados: implementação; novos desenvolvimentos.

Unidade IV: A condição dos particulares no Direito Internacional Público.

Unidade V: Organizações internacionais: personalidade e interpretação de poderes.

Unidade VI: Organizações internacionais: estrutura e delimitação de competências.

Unidade VII: Solução pacífica de controvérsias internacionais.

Unidade VIII: Regulamentação do uso da força no plano internacional.

Unidade IX: Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional Público.

Bibliografia por Unidade.

Bibliografia geral (comum às Unidades I a IX): cursos gerais; prática dos estudos; estudos de casos; coletâneas de textos.

Unidade I

Reavaliação das fontes do Direito Internacional Público contemporâneo

I. O costume internacional e a sistematização da prática dos Estados.

II. Os tratados internacionais.

III. Os princípios gerais do Direito.

IV. Valor da jurisprudência internacional (decisões judiciais e arbitrais).

V. Valor da doutrina.

VI. O elemento de equidade.

VII. A questão dos atos jurídicos unilaterais.

VIII. A questão das resoluções das organizações internacionais.

IX. Reavaliação da enumeração das fontes no Artigo 38 do Estatuto da

Corte Internacional de Justiça e relação das distintas categorias entre si.

Unidade II

Responsabilidade internacional dos Estados: fundamentos

I. Noção de responsabilidade internacional.

II. Origem da responsabilidade internacional dos Estados.

III. Elementos essenciais da responsabilidade.

1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.

2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.

3. Dano resultante do ato ou omissão internacional ilícitos.

IV. A determinação do surgimento da responsabilidade internacional (no tempo).

V. Configuração da responsabilidade internacional do Estado.

1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos, judiciários).

2. Por atos de particulares.

VI. A reparação de danos.

1. Jurisprudência internacional.

2. Natureza e extensão.

3. Formas de reparação.

Unidade III

Responsabilidade internacional dos Estados: implementação; novos desenvolvimentos

I. Implementação da responsabilidade internacional, ou exercício da proteção diplomática: condições.

1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de Direito interno.

2. A regra da nacionalidade das reclamações.

3. O requisito de *clean hands*.

4. A Cláusula Calvo de renúncia prévia ao exercício da proteção diplomática.

5. A noção de denegação de justiça.

a) Teoria e prática europeias.

b) Teoria e prática latino-americanas.

II. Responsabilidade internacional dos Estados pelas consequências danosas de atos *não* proibidos pelo Direito internacional.

1. O novo contexto da responsabilidade.

2. Primeiros e recentes esforços de sistematização.

III. Os princípios da responsabilidade internacional e as organizações internacionais.

Unidade IV

A condição dos particulares no Direito Internacional Público

I. Condição dos particulares no direito internacional consuetudinário.

II. Capacidade processual dos particulares no plano internacional.

III. Experimentos internacionais outorgando status processual aos particulares.

1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.

2. No período de entre-guerras.

3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial.

a) No plano global.

b) No âmbito regional.

IV. Uma situação específica: a condição dos funcionários de organizações internacionais.

Unidade V

Organizações internacionais: personalidade e interpretação de poderes.

I. Enfoques distintos da matéria; projetos de sistematização pelas próprias organizações internacionais.

II. Criação e evolução histórica das organizações internacionais.

1. Antecedentes históricos (Concerto da Europa; Sistema de Haia; uniões públicas internacionais).

2. A Liga das Nações (e seus órgãos).

3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e as Agências Especializadas.

4. As organizações regionais.

a) Políticas.

b) De integração e cooperação econômicas.

c) De defesa coletiva.

III. Personalidade jurídica das organizações internacionais.

1. O debate acadêmico.

2. A jurisprudência internacional.

IV. Interpretação dos poderes atribuídos às organizações internacionais.

1. Métodos de interpretação.

2. A jurisprudência internacional.

V. Especificidade do Direito interno ou próprio das organizações internacionais (relação interna entre os órgãos da organização).

Unidade IV

Organizações internacionais: estrutura e delimitação de competências

I. Estrutura e funcionamento das organizações internacionais.

1. Composição: admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes.

2. Privilégios e imunidades.

3. Orçamento e finanças.

II. Mecanismos internos de controle nas organizações internacionais.

1. Relatórios periódicos.
2. Procedimentos para interpretação de acordos internacionais.
3. Reclamações: modalidade; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais.

III. Processo decisório das organizações internacionais.

1. A regra da unanimidade.
2. As maiorias simples e especial.
3. O veto.
4. O voto proporcional.
5. A técnica do consenso e suas aplicações.

IV. Capacidade das organizações internacionais de concluir acordos.

1. *Treaty-making power* explícito e implícito.
2. Relação entre a personalidade internacional e o *treaty-making power*.
3. Extensão funcional do *treaty-making power*.

V. Delimitação de competências, nas relações entre organizações internacionais e Estados-membros.

1. As jurisdições internacionais.
2. O domínio reservado dos Estados.
 - a) Na prática dos órgãos políticos das organizações internacionais.
 - b) Na prática dos órgãos judiciais das organizações internacionais.

VI. Atos das organizações internacionais.

1. Natureza jurídica.
2. Conteúdo e classificação das resoluções.
3. Efeitos das resoluções.
4. Observações quanto às relações entre organizações internacionais e Estados não-membros.

Unidade VII

Solução pacífica de controvérsias internacionais

- I. O problema básico da jurisdição compulsória.
- II. A questão da eficácia dos meios de solução pacífica.
- III. Interação ou complementaridade dos meios de solução pacífica.
- IV. Observações quanto à distinção entre conflitos "políticos" e "jurídicos".

V. Meios políticos de solução pacífica.

1. Negociação direta.
2. Sistema consultivo: congressos e conferências.
3. Conciliação.
4. Investigação; *fact-finding* e comissões de inquérito.
5. Bons ofícios.
6. Mediação.

VI. A solução arbitral.

1. Origem e evolução histórica.
2. O processo arbitral.
3. Sentença arbitral: natureza jurídica, efeitos, nulidade; avaliação.

VII. A solução judicial.

1. Evolução histórica.
2. Estrutura e funcionamento da Corte Internacional (Corte Permanente de Justiça Internacional e Corte Internacional de Justiça).
 - a) Problemas de competência.
 - b) Processo: iniciação, fases escrita e oral; demais questões processuais.
 - c) Julgamentos: natureza jurídica, efeitos, implementação.
 - d) Pareceres.
3. Visão panorâmica da jurisprudência da Corte Internacional (CPJI e CIJ); avaliação.

VIII. Perspectivas da solução pacífica: os trabalhos correntes do Comitê Especial da Carta das Nações Unidas e do fortalecimento do papel da Organização.

Unidade VIII

Regulamentação do uso da força no plano internacional

I. Evolução histórica (Congresso de Viena; Conferência de Paz de Versalhes; Pacto Briand-Kellogg; Conferência de São Francisco).

II. Empregos da força excepcionalmente permitidos pela carta e prática da Organização das Nações Unidas.

1. Cláusulas relativas aos antigos Estados inimigos.
2. Legítima defesa.
3. Aplicação do direito de autodeterminação dos povos.
4. Medidas coercitivas recomendadas pelos órgãos competentes.

III. O Estatuto Internacional da Agressão (definição da ONU de 1974).

1. *Travaux préparatoires*.
2. Conteúdo da definição.
3. Implicações.

IV. Referência à doutrina Drago e outras manifestações relativas ao princípio do dever de não-intervenção. A renúncia ao uso da força nas relações internacionais.

1. Os trabalhos correntes do Comitê Especial da ONU sobre o fortalecimento da eficácia do princípio do não-uso da força nas relações internacionais.

2. O projeto corrente da ONU de tratado mundial sobre o não-uso da força nas relações internacionais.

Unidade IX

Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional Público.

I. Os primeiros esforços de codificação, até a Conferência de Haia de 1930.

1. Temas tratados.

2. Resultados.

II. A obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

III. A obra da Comissão Jurídica Interamericana da OEA.

IV. A obra de associações científicas.

1. Institut de Droit International.

2. International Law Association.

V. Demais esforços de sistematização do Direito internacional.

1. Repertórios nacionais da prática dos Estados.

2. Repertórios da prática das organizações internacionais.

VI. Perspectivas.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

(Anna Maria Villela)

Unidade I: Os estudos comparativos e a noção de sistemas jurídicos.

Unidade II: Os principais sistemas jurídicos do mundo contemporâneo.

Unidade III: A formação histórica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.

Unidade IV: A expansão geográfica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.

Unidade V: A diversidade jurídica e os chamados conflitos de leis no espaço.

Unidade VI: O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais ou interjurisdicionais.

Unidade VII: As fontes internas e internacionais do Direito Internacional Privado.

Unidade VIII: O método do Direito Internacional Privado: a indicação dos elementos de conexão.

Unidade IX: Casos de não aplicação do direito indicado pelos elementos de conexão.

Unidade X: A contestação do método do Direito Internacional Privado e o desenvolvimento de um novo direito dos negócios internacionais.

Unidade XI: Domínios de aplicação do direito uniforme.

Unidade XII: Tentativas de harmonização dos direitos nacionais.

Unidade XIII: A competência internacional dos tribunais brasileiros.

Unidade XIV: A homologação das sentenças estrangeiras no Brasil.

Unidade XV: O estatuto jurídico dos estrangeiros no Brasil.

PORTUGUÊS:**EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL**

(Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo)

Unidade I: A língua portuguesa no Brasil contemporâneo. Variação linguística; o processo de padronização da língua; norma culta, níveis de formalidade; o purismo.

Unidade II: Regras variáveis da sintaxe do português culto do Brasil, com ênfase na sintaxe de colocação e de regência.

Unidade III: A arte de falar e escrever com eficiência. Formas de discurso; métodos expositivos; métodos argumentativos; normas técnicas; o discurso oral.

Unidade IV: Introdução à análise do discurso, com ênfase no discurso político e no discurso diplomático. Princípios de pragmática; a teoria dos atos de fala; língua e ideologia.

PROGRAMA DE LÍNGUA ESPANHOLA

(Kori Y.C. Dorado)

OBJETIVOS

A — Dar ao aluno um conhecimento básico ativo do idioma, que possibilite seu posterior desenvolvimento tanto no meio social como profissional.

B — Orientar o aluno no uso da língua oral e escrita, o mais corretamente possível, desenvolvendo a adequação e a ampliação vocabular.

CONTEÚDO PRAGMÁTICO

I — Introdução ao estudo da língua castelhana

1. Nascimento e evolução

2. Castelhana e espanhol

3. Diferenças dialetais: Espanha, Espanha-América.

II — O Som

1. Ponto e modo de articulação

2. Vogais e consoantes

3. Oposição r/r̄, yeísmo, fonemas /l/, /g/, /z/, /s/, /v/ e /b/.

4. Ditongos e tritongos em espanhol

III — O acento e a entonação

1. Regras

2. Entonação enunciativa, exclamativa e interrogativa

IV — Artigo

1. Determinado e indeterminado

2. Neutro *Lo*

V — Pronomes

1. Pessoas sujeitos

2. Complementos

3. Plurais fictícios

4. Objetivação do discurso no 3º campo

5. Possessivos

6. Demonstrativos
7. Relativos

VI – Advérbios

1. De tempo
2. De modo
3. De quantidade
4. De afirmação
5. De negação
6. De dúvida

VII – Adjetivos

1. Gênero e número
2. Casos especiais

VIII – Substantivos

1. Gênero e número

IX – Verbo

1. Formas pessoais
2. Formas não pessoais
3. Conjugação: simples e composta
4. Verbos regulares
5. Verbos irregulares

X – Interjeição

XI – Preposição

XII – Conjunção

XIII – Sintaxe elementar

XIV – Abreviações

FRANCÊS, INGLÊS

(Ileana Florica Ghiatza e ACFB; Sara Burkitt Walker, James Crawford Ferguson, John Tzeciak, Patrick Kevin Redmond)

Os objetivos do ensino de Francês e Inglês são:

1. Consolidar os conhecimentos fundamentais, mais especialmente no que se refere às estruturas gramaticais, sintaxe e vocabulário fundamental, mediante:
 - exercícios estruturais, orais e escritos;
 - dissertações, traduções e versões.
2. Desenvolver a compreensão auditiva e a expressão oral, com debates, discursos e trabalhos de conversação e composição oral.
3. Consolidar a noção de registro na língua oral e escrita, já com vistas ao domínio da linguagem diplomática.

4. Iniciar os estudantes no uso especializado da linguagem diplomática, mediante redação de cartas e discursos, ou debates e exercícios de simulação ligados à área profissional de diplomacia.

ALEMÃO, ÁRABE, ITALIANO, JAPONÊS, RUSSO

(ICBA; Issa Antonio Bonduki, Instituto de Língua Italiana; Michio Yamaguchi; Roberto Wanderley de Souza Ferreira)

O ensino das línguas estrangeiras complementares tem o objetivo didático mais modesto de dar ao aluno:

1. conhecimento básico estrutural, passivo, do que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;
2. capacidade de usar a língua minimamente, de forma passiva (reconhecimento do léxico essencial, leitura simples, entendimento de frases habituais, troca oral de informações práticas, e, na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais).

Na medida do possível, o ensino será feito mediante o tratamento de uma série de unidades de interesse, desenvolvidas de forma gradual e integrada, de modo a permitir o aprendizado dos principais fatos da língua (vocabulário, gramática, estruturas básicas, etc.), com vistas à futura utilização da mesma em condições profissionais.

(Os alunos estrangeiros seguem curso especial de língua portuguesa. Os de expressão portuguesa, isentos dessa atividade, podem seguir uma das línguas complementares, após consulta com a Coordenação de Ensino).

FRANÇAIS – 1^{ère} année

L'objectif de l'étude du français en 1^{ère} année est de réviser et d'enrichir les structures de la langue ainsi que d'acquérir le vocabulaire diplomatique.

PREMIER SEMESTRE

MODULE I – L'EXPRESSION EN LANGUE FRANÇAISE

Ce module a pour but d'enseigner à l'élève à s'exprimer oralement et par écrit en langue française dans sa vie professionnelle; il portera sur les besoins langagiers du diplomate et visera à l'acquisition d'une langue véhiculaire et professionnelle, l'accent étant mis sur le vocabulaire.

La progression sera la suivante:

1. S'identifier (se nommer, se présenter socialement et professionnellement, nommer l'autre et le présenter);
2. Se repérer dans l'espace (dans un palais des congrès, dans une ville, une région, dans le monde);
3. Se repérer dans le temps officiel (heures, jours, mois, fréquences);
4. Se situer dans le temps présent (dans un aéroport, dans un restaurant, décrire la situation de son pays...);

5. Se situer dans des situations courantes (dans un congrès international, dans un aéroport, à la douane...);

6. Se situer dans le temps passé (raconter des événements au passé, histoire de son pays);

7. Se situer dans le temps futur (annoncer un projet, ses intentions, faire des promesses, s'engager ou engager son pays);

8. Demander et échanger des informations;

9. Echanger des opinions, proposer, ordonner, accepter, refuser, etc...;

10. Echanger et exprimer des sentiments amicaux/hostiles, bienveillants, etc...

11. Exprimer l'accord et le désaccord.

L'étudiant apprendra à reconnaître l'interrelation entre deux ou plusieurs interlocuteurs (audition de dialogues), leurs intentions énonciatives, les niveaux de langue et les rapports entre la langue écrite et orale.

Les situations, prises dans "Le Français des Relations Internationales", donneront lieu à des exercices divers, une partie de ceux indiqués dans le manuel et d'autres préparés par le professeur. À l'occasion de la première classe, les élèves recevront la liste des pages et des exercices qui seront étudiés pendant le semestre et qui feront l'objet des contrôles périodiques.

Cette matière fera l'objet de 50% de chaque contrôle.

Parallèlement, se déroulera le

MODULE II – APPROCHE EXPLICITE DE LA LANGUE

L'objectif de ce module est de donner à chaque étudiant un cadre lui permettant de structurer la suite de ses acquisitions.

Il comporte l'étude systématique des structures de base sous forme d'une révision grammaticale qui sera enrichie par des exercices plus complexes. Cette étude sera éminemment pratique: les étudiants feront des exercices structuraux et des traductions de phrases en suivant la progression de la GRAMMAIRE DU FRANÇAIS CONTEMPORAIN, de CHEVALIER, BLANCHE-BENVENISTE, ARRIVÉ et PEYTARD, en ce qui concerne:

1. Le nom;
2. L'adjectif qualificatif;
3. La détermination;
4. Le système verbal;
5. Les mots invariables.

50% du contrôle portera sur la matière du module.

DEUXIÈME SEMESTRE

MODULE III – L'ACTE DE LIRE ET DE S'EXPRIMER EN FRANÇAIS

1. Lecture expressive (rythme, intonation, ponctuation, etc...).

2. Expression orale du factuel, du doute, de la causalité, du discours rapporté, de l'éventualité, de la restriction.

3. Résumés écrits et oraux de textes écoutés ou lus.

Le vocabulaire des lectures sera circonscrit au vocabulaire des sciences économiques et sociales. Les textes seront distribués, en début de semestre, à tous les étudiants qui pourront ainsi préparer les contrôles périodiques.

Parallèlement, se déroulera le

MODULE IV – L'ACTE D'ECRIRE EN FRANÇAIS

1. Exercices de niveaux de langue.

2. Reconnaître l'organisation de documents écrits (articles de journaux, de revues...).

3. Usage approfondi de dictionnaires et d'encyclopédies; recherche du vocabulaire.

4. Préparation du compte-rendu à partir d'exposés oraux, de conférences.

ENGLISH

(Sara B. Walker)

The First-Year English Course

Students will be arranged in groups according to their level of English. In the initial stages, this grouping will be flexible and changes may be made as necessary.

In all groups, the main emphasis of the course will be on the development of spoken English to the maximum, through regular major projects. These will take the form of simulated conferences, bilateral or multilateral negotiations, often based on situations set out in the manual 'Assignment Mornesia'. Simulations will normally be held in negotiating rooms, with full use of microphones, audio and video recording, to allow students to evaluate their own performances and to get feedback on their strong and weak points.

In addition, regular grammar revision and written exercises will be given to those groups which need them, translation classes will be held and remedial pronunciation classes will be arranged as necessary.

The English File

Since coursework will emphasise oral skills, students are expected to maintain, develop and improve their own written skills by means of an English File. This File should contain all texts and exercises done in class, notes and speeches prepared for simulated conferences, and extra work done on the student's own initiative. Extra work may take any suitable form: original compositions or creative writing, critical bibliographies of books read in English for other courses, commentaries on articles from magazines in English, etc. Students are asked to submit written exercises of their own choosing at regular intervals during the course, and the English File will be evaluated

towards the end of the year and will count for 30% of the mark for one of the years's written tests.

Evaluation and Testing

Each student will receive a detailed evaluation of his or her performance in all major oral projects, although these projects will not necessarily carry numerical marks. In addition, at least four marks will be given during the year (possibly more), divided equally between written work and oral work. Students are warned that since they have not all had equal opportunities of acquiring the same level of English before admission to the Instituto Rio-Branco, part of each mark may be expected to reflect effort or hard work, in addition to level of English.

It is hoped that a meeting can be held with representatives early in the year, to discuss in more detail the procedures to be used in testing and evaluation.

2º ANO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(Gelson Fonseca)

- I. Relações internacionais como campo de estudo
 1. Conteúdo e limite do campo de estudos
 - Concepção sobre relações internacionais
 - Relações internacionais e Ciências Sociais
 - Teoria, política e ideologia
 2. Níveis de análise
 3. Métodos e técnicas de análise
- II. Teorias de relações internacionais
 1. Teorias clássicas
 2. Teorias contemporâneas
 - Teorias gerais (realismo, idealismo, teoria de sistemas, marxismo, dependência)
 - Teorias sobre problemas particulares
- III. Atores do sistema internacional
 1. O Estado
 - O Estado como ator fundamental.
 - Objetivos do Estado no sistema internacional.
 - Condições internas da política externa.
 - O problema do poder e da força.
 - As formas de agir: a diplomacia.
 - As formas de agir: pressão e uso da força.
 - Ideologias: a questão do nacionalismo
- IV. Sistema internacional

1. Formas de interação entre Estados: conflito; cooperação e integração.
2. A organização do sistema internacional: simetria e assimetria.
3. As relações internacionais como relações de poder: balança do poder e suas diversas configurações.
4. As macro-estruturas internacionais no século XX e os subsistemas econômico, militar e político.
- V. Temas contemporâneos de relações internacionais
 1. Relações Leste-Oeste
 2. Relações Norte-Sul
 3. Subsistemas regionais: o europeu, o interamericano, o latino-americano, o do Oriente Médio, o asiático e o africano.
 4. Desarmamento.
 5. Papel das organizações internacionais: as Nações Unidas e a OEA.
 6. O não-alinhamento.
- VI. Análise acadêmica da política externa brasileira.
 - I. Programa: Sequência das aulas e leituras de apoio.
 1. Apresentação do curso: finalidades gerais.
 2. Problemática internacional, teoria das relações internacionais e trabalho diplomático.
 3. As diversas perspectivas analíticas: discussão preliminar.
 4. História sumária da reflexão sobre relações internacionais.
 - a) As concepções clássicas.
 - b) As concepções contemporâneas.
 5. Atores nas relações internacionais.
 - a) O Estado.
 - a.1. Realismo.
 - a.2. Política externa/política interna.
 - a.3. Processo decisório.
 - a.4. Instrumentos de ação: diplomacia.
 - b) Organizações internacionais.
 - c) Forças transnacionais.
 6. O sistema internacional.
 7. Marxismo.
 8. Concepções de relações internacionais no Terceiro Mundo.
 9. O pensamento brasileiro em relações internacionais.
 10. Evolução do sistema internacional no pós-guerra e uma análise da conjuntura internacional.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL

(Rubens Ricupero, Sérgio França Danese)

- I. Introdução
 - A diplomacia de nação independente

- definição das características da evolução da política externa brasileira.
- II. A política territorial
Princípios e tratados fundamentais
- III. A diplomacia da República Velha e a continuidade da tarefa diplomática.
- IV. As relações assimétricas com os países preponderantes do sistema internacional.
- V. Diplomacia da crise
A década de 30
- VI. O pós-guerra
De Dutra a Kubitschek
- VII. Esboço da política externa de Jânio Quadros a João Goulart
- VIII. A política externa do Governo Castello Branco
- IX. A política externa contemporânea:
Seus grandes temas e áreas de concentração.
 - Princípios básicos.
 - Conflito Leste-Oeste e não-alinhamento.
 - Diálogo Norte-Sul e nova ordem econômica internacional.
 - A política norte-americana.
 - A política africana.
 - A diplomacia brasileira e o mundo desenvolvido.
 - A política externa e a crise atual.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INTERNACIONAL (Dorothea F.F. Werneck)

O curso de Economia III deverá cobrir no 1º semestre temas gerais de interesse para a formação dos alunos na área de desenvolvimento econômico. No 2º semestre será dada maior ênfase à situação de crise externa dos países menos desenvolvidos. Por se tratar de um tema atual, a bibliografia sugerida poderá ser modificada ao longo do curso com a inclusão de novos textos.

É importante ressaltar que o curso não pretende formar economistas mas permitir aos futuros diplomatas uma melhor compreensão dos problemas e das diferentes alternativas de política (e de suas vantagens e desvantagens) com que se defronta um país menos desenvolvido.

Quanto à organização do curso, pretende-se intercalar aulas expositivas e palestras de especialistas na área. A participação dos alunos tanto em aula como através de críticas e sugestões quanto à estrutura do curso, será incentivada para que se possa chegar a um programa definitivo.

Considerando-se a variedade de temas e o reduzido número de aulas, pretende-se avaliar o desempenho dos alunos ao final de cada tópico. Serão portanto, marcadas 2 provas no 1º semestre, durante os meses de maio e julho. No segundo semestre, será também sugerida a mesma sistemática (provas em setembro e outubro).

Apresentam-se a seguir os temas que serão abordados no 1º semestre: A estrutura do curso segue de perto a do livro de David Colman e Frederick Nixon, *Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva Moderna*, Ed. Campus, 2ª edição, que será adotado como livro texto.

- I. *Desenvolvimento, Crescimento e Igualdade Econômica*. Colman e Nixon (1983), cap. 1, 2 e 3, pp. 19 a 91.
- II. *Transformação Agrícola e Desenvolvimento Industrial*. Colman e Nixon (1983), cap. 6, 7 e 8, pp. 143 a 228.
- III. *O Quadro Internacional e as Empresas Transnacionais*. Colman e Nixon (1983), cap. 4, 5, 9 e 10, pp. 93 a 141 e 229 a 278.

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

(Ricardo Drumond de Mello)

O Programa do segundo semestre do curso de Relações Econômicas Internacionais será dedicado à análise de temas protagônicos para a atuação da diplomacia brasileira. Cada tema seria apresentado em duas partes: a primeira, constante de descrição e análise, e a segunda, referente a alternativas de ação em foros bilaterais e multilaterais. Os alunos teriam oportunidade de se familiarizar com a bibliografia de referência, de cunho acadêmico, e com trabalhos realizados no Itamaraty. O sistema de aferição consistiria em duas provas escritas sobre temas já abordados. Mais do que propriamente veicular uma posição oficial, procurar-se-ia estimular a reflexões sobre alternativas de ação, a serem analisadas à luz da evolução conjuntural à época de cada estudo. Os temas seriam os seguintes (em parênteses, o número de aulas):

1. Dívida externa brasileira (2):
 - Histórico
 - O mercado financeiro internacional — suas instituições.
 - As negociações de 1982/83.
 - O Processo de Cartagena.
2. A situação econômica da América Latina (1).
3. Mercados para a exportação brasileira — experiência de promoção comercial (1).
4. A política monetária e fiscal dos Estados Unidos (1).
5. O contencioso econômico comercial com os EUA (1).
6. Protecionismo (1):
 - No mercado norte-americano e na CEE.
 - Atuação junto ao GATT.
 - A experiência de alguns países.
7. A questão da transferência tecnológica (1).
8. Organismos econômicos multilaterais (2):

SELA	IMO
CEPAL	CIT

ALADI GATT
OIC CEE

9. O diálogo Norte-Sul (1).

DIREITO DOS TRATADOS

(José Francisco Rezek)

I. Compreensão do tratado internacional.

1. Conceito de tratado.

Formalidade do acordo e realidade do resultado.

Sujeitos de Direito internacional público. Efeitos jurídicos. Regência do Direito internacional. Terminologia. Base instrumental.

2. Classificação dos tratados.

Critérios formais: o número de partes e a extensão do procedimento. Critérios materiais: a natureza das normas, a execução no espaço e no tempo, a estrutura da execução. Categorias especiais: os tratados institucionais e as convenções internacionais do trabalho.

II. Gênese do tratado internacional.

1. Processo de produção do texto convencional.

a. Negociação bilateral.

Roteiro e circunstâncias: iniciativa, lugar, idioma, procedimento, adoção do texto. Competência negocial: chefes de Estado e de Governo, plenipotenciários, delegações nacionais, representação das organizações internacionais.

b. Negociação coletiva comum.

Roteiro e circunstâncias.

c. Negociação coletiva no interior das organizações internacionais.

Tratados negociados *stricto sensu*. Tratados produzidos por método extra-negocial.

d. Estrutura do tratado.

Preâmbulo. Dispositivo. Anexos.

2. Expressão do consentimento.

a. Assinatura e troca de instrumentos constitutivos do tratado.

b. Ratificação.

Conceito. Fundamentos políticos. Competência. Discrecionalidade. Formas. Depósito.

c. Pressupostos constitucionais do consentimento. Sistemas de partilha do poder convencional. O poder convencional no Brasil republicano.

d. Reservas.

Espécies. Previsão tópica. Formulação: competência. Objeção: efeitos. Retirada.

e. Vícios do consentimento.

Agravo ao Direito público interno. Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador. Coação sobre o Estado.

3. Entrada em vigor.

a. Sistemas e situações especiais.

Vigência contemporânea do consentimento.

Vigência diferida. Problema das cláusulas finais.

Vigência provisória.

b. Registro e publicidade.

O sistema da Sociedade das Nações. O Sistema das Nações Unidas. Registros regionais e especializados.

c. Incorporação do tratado ao Direito nacional. Noções preliminares. Promulgação e publicação de tratados no Brasil.

III. Vigência e extinção do tratado internacional.

1. O tratado em vigor.

Efeitos sobre as partes e sobre terceiros. Duração. Ingresso por adesão.

Emendas. Violação. Interpretação.

Sistemas e métodos. Conflitos.

2. Extinção dos tratados.

A vontade comum (ab-rogação). A vontade unilateral (denúncia). Guerra.

Mudanças circunstanciais. O *jus cogens* da Convenção de Viena.

PORTUGUÊS

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL E MÉTODOS DE INFORMAÇÃO

(Heloisa Vilhena de Araújo)

I. Tipos de correspondência oficial do MRE:

a) Da SERE para Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior.

b) Das repartições no exterior para a SERE.

c) Da SERE com outros órgãos da administração pública e com entidades governamentais e não-governamentais.

d) Da SERE com as Missões diplomáticas estrangeiras.

e) Das repartições no exterior com a Chancelaria local e com outras entidades do país em que estão localizadas.

— Ocasões de seu uso, áreas de distribuição, andamento na SERE: em especial, o circuito exterior-SERE-andamento na SERE-exterior.

II. Métodos de informação:

a) Como identificar, localizar e classificar um fato;

b) 1ª informação: telegrama.

c) 2ª informação: ofício.

d) 3ª informação: relatório anual.

e) Outros tipos de informação.

f) Sistema articulado de diferentes informações.

III. Exercícios práticos de análise política, utilizando caso *in vitro*.

PROMOÇÃO COMERCIAL O SISTEMA DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO ITAMARATY

1. A promoção comercial no Itamaraty.
2. O programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE).
3. Os órgãos da promoção comercial do Itamaraty.
4. O entrosamento das atividades do Sistema de Promoção Comercial com as atividades a nível de política econômica e comercial do Itamaraty.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

1. Introdução: diplomacia.
2. Organização das Missões diplomáticas brasileiras.
3. Agentes diplomáticos.
4. Ação diplomática.
5. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

PRÁTICA CONSULAR

1. Introdução: Agentes consulares e Repartições consulares.
2. Prática consular: organização e atividades das Repartições consulares brasileiras.
3. Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

CERIMONIAL

1. Introdução.
2. O Cerimonial do Itamaraty e o Corpo Diplomático estrangeiro.
3. Normas do Cerimonial Público e Ordem de Precedência.
4. Privilégios e imunidades.

NEGOCIAÇÃO DIPLOMÁTICA

Palestras sobre experiências de negociação.

ESPANHOL

Objetivos:

1. Desenvolver los conocimientos adquiridos en el transcurso del primer año, reforzando la capacidad lingüística transformativa.
2. Consolidar el uso de la lengua oral y escrita con precisión y ampliación vocabular, de acuerdo a las necesidades de la carrera diplomática.

Contenido:

- I — 1. Uso de letras mayúsculas.
2. Abreviaturas más usadas.
3. Gradación del adjetivo.
4. Revisión de adverbios y su gradación.
5. Trabajos en textos de análisis.
6. Ejercicios.
- II — 1. Tipos de oraciones.
2. Voz pasiva, pasiva refleja y pseudorrefleja.
3. Redacción de correspondencia diplomática.
4. Redacción de artículos para periódicos.
5. Orientación sobre situaciones diplomáticas creadas con relación a asuntos consulares.
- III — 1. Revisión de correspondencia oficial.
2. Redacción sobre temas relativos a la carrera.
3. Matices de la lengua oral y escrita, vocativos intensivos y modismos más usados.
4. Formación de palabras: derivación, composición y parasíntesis.
5. Traducciones y versiones, análisis comparativo de textos oficiales.
6. Debates sobre temas diplomáticos.

Material de apoyo:

1. Apostilla de *Gramática práctica para extranjeros*, preparada por la profesora Kori Y.B.C. Dorado.
2. Textos avulsos de correspondencia diplomática, textos en otros idiomas para su traducción al español, acuerdos bilaterales para análisis comparativo, además de otros documentos oficiales.
3. Películas en video caset sobre los países de lengua española.
4. Cintas grabadas con poesía hispanoamericana y obras de teatro español (siglo de oro y contemporáneo).
5. Diccionarios: de Lengua española y Diplomático español.

Metodología:

- a. El uso de la lengua española será prioritario, recurriéndose al portugués, sólo cuando sea estrictamente necesario.
- b. El contenido gramatical será dado en la medida en que surjan los elementos dentro del texto.
- c. Se harán dictados, ejercicios gramaticales, traducciones y versiones, y se redactarán esquelas, cartas y resúmenes, además de sesiones de conversación y debate sobre asuntos de la actualidad internacional, bien como simulación de negociaciones diplomáticas.
- d. Durante el segundo semestre, serán suministradas conferencias sobre los distintos países de lengua española, realizadas por diplomáticos acreditados en Brasília, abarcando diversos temas.

FRANÇAIS

2^{ème} ANÉE

Après avoir acquis, en 1^{ère} année, la maîtrise de l'expression orale et écrite, en 2^{ème} année, l'étudiant apprendra à faire les travaux qu'il devra exécuter lorsqu'il sera dans la carrière.

Troisième et Dernier Semestre

Module I – Articles et Notes à la Presse (6 classes)

1. La prise de fonction du Président de la République.
2. Le barrage d'Itaipu et l'énergie hydroélectrique.
3. L'industrie aéronautique au Brésil.
4. La sidérurgie.
5. L'industrie des armes au Brésil.

L'étudiant devra apporter le matériel qu'il possède sur ces différents thèmes lequel lui servira de base pour rédiger, en classe, les articles sur les sujets ci-dessus.

Module II – Correspondance d'Ambassade (6 classes)

1. Note verbale, note signée et note circulaire et Aide-Mémoire.
2. Télégrammes divers (félicitations, condoléances, etc.).
3. Correspondance commerciale.
4. Correspondance personnelle (cartes de visite, lettres, invitations...).
5. Compte-rendu et communiqué.
6. Accords.

Module III – Gestions et interviews

Ce module préparera l'exercice de "simulation" d'une réunion bilatérale dont les sujets seront donnés en début d'année.

1. Gestions au sujet d'une réunion multilatérale (échange de voix, sondage de position, communication de venue de délégation, etc.).
2. Gestion commerciale (préparation de négociation d'une délégation, vendre, acheter).
3. Promotion d'un spectacle ou d'une exposition.
4. Visites de courtoisie.
5. Réponses aux journalistes.
6. Table-ronde à la télévision sur la position du Brésil dans le monde.

Module IV – Discours et Allocutions

Ce module prépare un des autres aspects de la "simulation".

1. Genre de discours et plan de discours – étude des instructions du MEM SG 278 – 27/9/1979 portant instructions pour l'élaboration de discours.
2. Retrouver le plan de discours lus (Malraux, De Gaulle). Etude du style oratoire (effets stylistiques: répétition de structures, de mots, de phonèmes...).
3. Préparation des discours pour l'exercice de "simulation".
4. Elaboration du plan.

5. Recherche des informations.
6. Rédaction du discours; répétition de la lecture du discours.
7. Compte-rendu de la "simulation".
8. Préparation de discours sur des sujets divers: inauguration; ouverture d'un stand d'exposition, d'un pavillon.
9. Préparation (suite): bienvenue, adieux, remerciements, réponses.
10. Préparation (suite).

INGLÈS

(Sara B. Walker)

The Second Year English Course

As the emphasis of the First Year English Course is on oral skills, some attempt is made in the Second Year Course to redress the balance, with the inclusion of more written exercises. Vocabulary study and language exercises are based on the semitechnical content of *International Business Topics* (David Cotton, Evans) and other related texts. Other written exercises will deal with the imitation of diplomatic models and with translation.

However, since oral skills remain the primary need of the diplomat, regular simulations will also be held. It is hoped that some of these will involve outside delegations (from Banco Central do Brasil or other institutions). Subjects for these simulations may include the following:

- A United Nations conference on population.
- A real or fictitious dispute involving members of the Organization of American States.
- Negotiations between the IMF and a developing country.
- Negotiations with the World Bank for financial backing for a specific development project.
- Negotiations between two Latin American countries on closer economic and cultural co-operation.
- A mock election.
- A public speaking competition.

It is hoped that the class representatives will work closely with the teachers in the selection and development of suitable projects.

Tests: there will be written tests, in each semester. These will be based on language from *International Business Topics* and may also include exercises involving the imitation of diplomatic models and/or translation. In addition, there will be one oral test each semester. These tests may take the form of individual oral exercises or collective simulations.

Optional courses: subject to the availability of space on the timetable, it is hoped that literature course begun in 1984 will continue. Other classe in pho-

netics, current affairs and other options may run if there is sufficient demand and if time is available.

ALEMÃO, ÁRABE, ITALIANO, JAPONÊS, RUSSO

(ICBA; Issa Antonio Bonduki; Instituto de Língua Italiana; Michio Yamaguchi; Roberto Wanderley de Souza Ferreira)

Com a mesma orientação do 1º ano.

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)
E CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)**

X CAD

As provas do X Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido efetuadas em 1984, realizaram-se em fevereiro, nos dias 13 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais), 14 (Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE) e 15 (Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira), em Brasília e nos postos no exterior, segundo a lotação dos candidatos.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Antonio Carlos Lopes

Luis Fernando Panelli César

Paulo Roberto da Costa Pacheco

José Wilson Moreira

José Fernando Valim

Vitor Hugo de Souza Irigaray

José Fiuza Neto

Miguel Júnior França Chaves de Magalhães.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

- 1) Disserte sobre o seguinte tópico:
 - . A consolidação das democracias e suas consequências sobre as relações internacionais na América Latina.
- 2) Discuta a seguinte afirmação:
 - . "São tantos os conflitos internos e tão diferenciados os interesses dos países que o compõem que o Terceiro Mundo não é hoje senão uma abstração política".

Responda a *uma* das seguintes questões:

- 3) Comente a seguinte afirmação:
 - . "Do ângulo da produção da política externa, a diferença básica entre a realidade interna e a internacional é que a primeira nos

aparece como transformável ou modificável através dos esforços diretos do governo e da sociedade, enquanto se apresenta fundamentalmente como dada. Deve-se evitar, contudo, ver essa situação de forma compartimentada e estática.”

4) Comente a seguinte afirmação:

“Uma Potência européia no século XIX tinha mais poder do que uma Super Potência em meados do século XX.”

**PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR
E OMT DO MRE**

Prática Diplomática

I. Discorra sobre o direito de legação, examinando sua natureza, evolução e a doutrina moderna sobre o assunto.

II. Todos os atos internacionais, para que tenham validade, devem ser aprovados pelo Poder Legislativo. Comente, concordando ou discordando, e justifique sua posição.

Prática Consular

I. O Artigo 5º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em Viena em 1963, trata das funções consulares. Mais de duas décadas já transcorreram, desde a assinatura da Convenção, e o mundo assistiu a transformações sem precedentes no campo dos transportes, das comunicações, das finanças e do comércio internacional. Você proporia, hoje, modificações no Artigo 5º da Convenção de Viena? Discorra sobre o assunto, justificando suas opiniões.

II. O Capítulo III da Convenção de Viena sobre Relações Consulares trata dos cônsules honorários. À luz de sua experiência pessoal, opine sobre o funcionamento da rede consular honorária brasileira no exterior, sugerindo modificações, se julgar conveniente.

Observação: É permitida consulta a textos das Convenções de Viena.

OMT do MRE

I. “Em 1982, foi abolida o ‘dólar orçamentário’, que garantia aos órgãos da Administração com despesa no exterior um montante pré-estabelecido de dólares em sua Programação Financeira. Atualmente, é concedido um valor fixo em cruzeiros, com base em um dólar médio estabelecido pela SEPLAN. Para o exercício de 1985, além de escassos, esses recursos baseiam-se em um dólar médio de Cr\$ 3.550, o qual deverá estar ultrapassando já no primeiro trimestre.” (Parte do parágrafo inicial da Circular Postal nº 8.147, de 11.1.85).

Pede-se: Relacione, justificando, as providências que você adotaria, conside-

rado-se o problema acima apontado, caso estivesse desempenhando as funções de: a) agente, no MRE, do Sistema Brasileiro de Planejamento Federal; b) agente, no MRE, do Sistema Brasileiro de Programação Financeira do Tesouro Nacional.

II. “Entre as competências da Secretaria Especial de Planejamento Orçamentário e Programação Financeira, descritas no Regimento Interno do Itamaraty, estão as de “receber e descentralizar os créditos orçamentários postos à disposição do Ministério das Relações Exteriores”. (Art. 187, III).

Pede-se: Com base nas informações contidas no material de estudo distribuído:

a) explique, de forma esquemática, como se processa no MRE esse recebimento e descentralização, no País e no exterior; b) cite os instrumentos que formalizam essas operações.

**COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
E ECONOMIA BRASILEIRA**

Parte I

Desenvolva uma dentre as duas questões abaixo:

1. Em artigo publicado na revista “Foreign Affairs”, autoridade norte-americana em assuntos econômico-comerciais externos trata do problema do comércio internacional relacionando-o à questão do endividamento externo dos países em desenvolvimento.

Segundo o autor, os países com problemas de liquidez externa vão necessitar, sobretudo, de:

— maior acesso aos mercados dos países industrializados, em especial no mercado estadunidense, com vistas a aumentarem significativamente suas exportações de bens e serviços, com que fazer face ao serviço da dívida.

As necessidades de acesso a mercados só poderiam ser satisfeitas com a seguinte reformulação, entre outras, de política econômica nos países com problemas de endividamento externo:

— liberalização do comércio exterior desses países, via redução drástica de todo tipo de barreiras e entraves à importação, tais como barreiras tarifárias, não-tarifárias, controles quantitativos, suspensão de importação, controle de taxas de câmbio, etc.; ou, dito em outras palavras, abandono de políticas restritivas de importação — que promoveram a substituição de importações — em favor de uma política de livre concorrência e melhor alocação de recursos, segundo índices internacionais de produtividade e eficiência, com vistas a restabelecer o livre jogo da “lei de vantagens comparativas”.

Suponha que tais argumentos tenham sido apresentados por representante de país-credor durante uma Conferência sobre o problema de dívida externa. Coloque-se na posição de representante do Brasil na referida Conferência

e esboce texto de intervenção com comentários sobre os argumentos apresentados.

2. Nas duas primeiras reuniões do "Grupo de Cartagena" estabeleceram-se certos princípios gerais a nortear o encaminhamento com os países-credores da questão da dívida externa, princípios naturalmente adaptáveis às circunstâncias de cada nação. São eles, entre outros:

— a co-responsabilidade entre credores e devedores; a equidade na distribuição dos custos do ajustamento econômico; a vinculação entre problemas de dívida externa, financiamento e comércio exterior; a eliminação de medidas protecionistas nos mercados dos países industrializados mais avançados.

Análise e comente as razões que estariam fundamentando esta seleção de princípios.

Parte II

Desenvolva uma dentre as duas questões abaixo:

1. A recuperação débil e insuficiente da atividade econômica, a forte aceleração da inflação pelo quarto ano consecutivo, a significativa melhora na situação do setor externo foram as características centrais que caracterizaram a evolução econômica na América Latina em 1984.

Esta súmula de conclusões refere-se à América Latina em geral, mas se aplica, em particular, ao desempenho da economia brasileira em 1984. Discorra sobre as razões, internas e externas, que teriam condicionado o referido comportamento da economia brasileira.

2. Alguns analistas sustentam que o revigoramento de medidas protecionistas nos países industrializados seria decorrente, sobretudo, dos elevados desequilíbrios ocorridos no intercâmbio comercial entre esses mesmos países (o *superávit* do Japão com relação aos Estados Unidos da América, por exemplo).

De que maneira poder-se-ia tirar partido do referido argumento, no contexto do diálogo Norte-Sul, sob o prisma dos interesses da diplomacia econômica brasileira?

XI CAD

O XI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, para o qual o IRBr recebeu inscrições em 1984, realizou exames em agosto, nos dias 14 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais), 15 (Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE) e 16 (Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira), em Brasília e nos postos no exterior, segundo a lotação dos candidatos.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo
Evandro de Sampaio Didonet
Ana Candida Perez

Ricardo Neiva Tavares
George Monteiro Prata
Hélio Póvoas Júnior
Durval Carvalho de Barros
Pedro Henrique Eduardo Magalhães
José Borges dos Santos Júnior
Sérgio França Danese
Arthur Henrique Villanova Nogueira
Débora Vainer Barenboim.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Escolha e responda duas das quatro questões abaixo:

1. Comente a seguinte afirmação:

"Quando se analisa a política externa de um país em desenvolvimento, são os fatores externos que devem ser considerados determinantes; quando se analisa a política externa das Super Potências, são os internos."

2. Que efeitos teria, para a formulação da política externa, a condição democrática? Comente a situação de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento.

3. Tomando por base acontecimentos recentes, procure discutir as causas profundas da rivalidade entre as Super Potências. Serão causas políticas, ideológicas, estratégicas ou econômicas? A diferença na análise das causas traz implicações para o comportamento diplomático de um país do Terceiro Mundo?

4. Procure fazer um balanço sumário da atuação dos países em desenvolvimento no sistema internacional nos últimos vinte anos. É fundamental *avaliar diplomaticamente* os resultados.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR E OMT DO MRE

Prática Diplomática

1. O veto, segundo o Embaixador H. de Souza Gomes, "foi o preço que as nações médias e pequenas pagaram em São Francisco para ter uma Carta, pela qual os grandes se empenharam em manter a paz e a segurança internacionais". Você concorda?

2. Comente as diversas etapas por que passam os atos internacionais, segundo a doutrina brasileira, desde a negociação até a promulgação e publicação.

Observação: É permitida a consulta à apostila de Prática Diplomática.

Prática Consular

1. O Senhor X, nascido em Amsterdam em 15 de julho de 1967, de pai brasileiro e mãe holandesa, não estando o pai a serviço do Governo brasileiro, nem tendo sido registrado em Repartição Consular brasileira, compareceu ao Consulado do Brasil em Paris a fim de solicitar passaporte brasileiro. Tem amparo legal o pedido?

2. Descreva como funciona o mecanismo de cobrança e remessa à Secretaria de Estado dos emolumentos consulares arrecadados pelos Postos no exterior sugerindo, se for o caso, o aperfeiçoamento do sistema.

Observação: É permitida a consulta ao Manual de Serviço.

OMT do MRE

1. "Imagine-se responsável, como ordenador de despesas, pela gestão de uma área de atuação específica do Ministério das Relações Exteriores e para a qual são necessários anualmente recursos a fim de implementar o programa de trabalho. A execução das atividades envolve dispêndios no Brasil e no exterior. Como seria estabelecida a proposta orçamentária para o exercício seguinte? Estructure o programa de trabalho, com a descrição de objetivos, fixação de metas e estimativa de recursos. Forneça igualmente o cronograma de desembolso."

Atenção: utilize qualquer área de atividades do Ministério, como, por exemplo, a de cooperação técnica, a de promoção comercial, a de difusão cultural, a de informação científica e tecnológica, a de manutenção das repartições no exterior, etc.

2. "Como se processa a movimentação de recursos no exterior? Indique, de maneira sucinta, como devem proceder os responsáveis nas Missões Diplomáticas e nas Repartições Consulares para efetuar pagamentos. Há algum valor limite prévio ou ocorre somente uma limitação temporal para o encerramento das despesas?"

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E ECONOMIA BRASILEIRA

Suponha uma entrevista de imprensa do Senhor Ministro de Estado com correspondentes estrangeiros no Brasil. Dentre as cinco perguntas abaixo, escolha *três* e redija minutas de respostas a serem submetidas ao Senhor Ministro de Estado. O texto deverá ter feição definitiva, em linguagem formal, apropriada à circunstância simulada. Cada resposta não deverá ter mais de trinta linhas. O examinando poderá realizar consulta a material informativo.

1. Fonte norte-americana considera que os atritos bilaterais no campo econômico-comercial entre o Brasil e os EUA teriam chegado a um ponto crítico. Haveria discrepâncias com respeito às novas rodadas de negociações co-

merciais multilaterais no âmbito do GATT, barreiras protecionistas a várias exportações brasileiras no mercado estadunidense, política brasileira de subsídios, reserva do mercado brasileiro na área de informática, tratamento ao capital estrangeiro no Brasil, percepção dispar quanto ao tratamento da dívida externa, etc. Como V. Excia. situaria hoje as relações econômico-comerciais entre os dois países?

2. Autoridades brasileiras têm afirmado que as negociações relativas ao reescalonamento da dívida externa brasileira junto ao FMI e aos bancos credores devem deixar espaço para a retomada do crescimento econômico brasileiro. A imprensa tem noticiado dificuldades de entendimento quanto aos termos de uma nova "carta de intenções" a ser encaminhada ao FMI, com relação à política econômica brasileira. O ex-Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, em recente artigo, considerou que o estoque da dívida externa da América Latina é impagável, nas atuais condições de mercado, sugerindo projeto por parte do governo norte-americano similar ao "Plano Marshall", como forma de regatar a Região da estagnação econômica e de eventual instabilidade política. Como V. Excia. analisa estas notícias? Qual o papel que poderia desempenhar, em foros internacionais, o Ministério das Relações Exteriores no encaminhamento da questão da dívida externa?

3. Representantes do Ministério das Relações Exteriores têm ressaltado a vinculação entre questões financeiras e questões comerciais no campo internacional. Quais os argumentos que estariam fundamentando a ilação entre os dois temas e quais os propósitos diplomáticos brasileiros com o referido posicionamento?

4. Representantes dos países desenvolvidos propõem, em foros internacionais, classificação "graduada" entre os países em desenvolvimento. O Brasil, à semelhança da Coreia do Sul, Espanha e Taiwan, seria um "newly industrialized country". Por que o Itamaraty não encontra mérito nessa tentativa de graduação?

5. Por que estimular o intercâmbio comercial com os países do III Mundo que não dispõem de divisas conversíveis e se defrontam com a necessidade de poupar divisas conversíveis para o pagamento do serviço da dívida externa? Não seria mais produtora dinamizar o intercâmbio com os países desenvolvidos, nossos credores financeiros? Como o Itamaraty visualiza esse dilema?

XII CAD e XIII CAD

Estiveram abertas, de 15 de fevereiro a 15 de março, as inscrições para o XII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas provas estão previstas para fevereiro de 1986. O XIII CAD recebeu matrículas de 5 de agosto a 3 de setembro, estando os exames marcados para agosto de 1986 (*).

X CAE

Dando prosseguimento ao Curso de Altos Estudos, o Instituto Rio-Bras-

co recebeu os trabalhos escritos e procedeu à arguição dos candidatos, inscritos em 1984.

A Banca examinadora, presidida pelo Embaixador Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, foi dividida em duas Câmaras, a primeira composta do Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Ministro Gelson Fonseca Júnior e Ministro José Francisco Rezek, e a segunda do Embaixador Luiz Felipe de la Torre Benitez Teixeira Soares, Embaixador Sérgio Paulo Rouanet e Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Marco Aurélio dos Santos Chaudon

Cláudio Cesar de Avellar

Guilherme Raymundo Barbedo Arroio

Luiz Henrique Pereira da Fonseca

José Vicente de Sá Pimentel

Elim Saturnino Ferreira Dutra

Arnaldo Abilio Godoy Barreira Cravo

Sérgio Silva do Amaral.

Durante o estágio de atualização, foram proferidas as seguintes conferências: "O Itamaraty", pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário Geral do MRE, "A Nova Política de Planejamento", pelo Dr. Fernando Froes de Carvalho, da Secretaria de Planejamento, "A Constituinte", pelo Dr. João Gilberto Lucas Coelho, Deputado Federal, "A Dívida Externa", pelo Professor Décio Garcia Munhoz, do Departamento de Economia da UnB, "As Perspectivas da Nova República", pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do Governo no Congresso Nacional, e "A Política Externa Brasileira diante da Conjuntura Político-Econômica Latino-Americana", pelo Embaixador Rubens Ricúpero, do Gabinete Civil, Subchefia Especial, Palácio do Planalto.

XI CAE

O XI Curso de Altos Estudos, que recebeu inscrições em 1984, realizou a seleção dos trabalhos escritos e arguições no segundo semestre.

Os trabalhos, presididos pelo Embaixador Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, foram divididos em duas Câmaras, a primeira integrada pelo Ministro José Francisco Rezek, Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja e Ministro Gelson Fonseca Júnior, e a segunda pelo Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, Ministro Carlos Augusto Rego Santos Neves e Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Eduardo Hermann

Jaídel Ferreira de Oliveira

Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti

Carlos Felipe Alves Saldanha

O estágio de atualização constituiu-se das seguintes conferências: "Democracia e Política Externa", pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,

Secretário-Geral do MRE, "Política Econômica", pelo Dr. Luiz Paulo Rosenberg, Assessor Técnico para Assuntos Econômicos do Presidente da República, "Os Interesses Estratégicos da Marinha do Brasil", pelo Contra-Almirante José Júlio Pedrosa, do Estado Maior da Armada, "Política Agrária", pelo Dr. Nelson Ribeiro, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, "Panorama da Mineração Nacional", pelo Dr. Breno Augusto dos Santos, "Panorama Energético do Brasil", pelo Dr. Mário Penna Bhering, Presidente da Eletrobrás, "A Concepção Estratégica do Exército Brasileiro", pelo General-de-Divisão Manoel Augusto Teixeira, Primeiro Subchefe do Estado-Maior do Exército, "O Ministério da Aeronáutica e sua atuação na Segurança Nacional", pelo Brigadeiro-do-Ar Ruy Messias de Mendonça, Chefe da Terceira Subchefia do Estado Maior da Aeronáutica e "A Atualidade Política e a Constituinte", pelo Dr. Célio Borja, Assessor Especial do Presidente da República.

XII CAE e XIII CAE

Estiveram abertas as inscrições, de 18 de fevereiro a 18 de março, para o XII CAE, e de 05 de agosto a 05 de setembro para o XIII, estando previstos para 1986 o exame dos trabalhos escritos e as arguições. (*)

(*) Os Editais do XII CAE e do XIII CAE encontram-se na seção de legislação.

CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM DIPLOMACIA EM BISSAU

Dando continuidade às atividades de cooperação com países amigos em desenvolvimento no campo de formação e profissional, o Instituto Rio-Branco participou, em 1985, do Curso de Formação e Aperfeiçoamento em Diplomacia, promovido pelo governo de Guiné-Bissau, de 27 de março a 28 de junho.

O Curso foi dividido em três partes, estando a primeira a cargo do Governo Guineense, que organizou conferências e debates sobre os problemas daquele país; a segunda, referente à Diplomacia Multilateral, a cargo do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR); e, a terceira, sobre assuntos diplomáticos bilaterais e relações internacionais, a cargo do Instituto Rio-Branco.

A seção a cargo do IRBr contou com a participação dos seguintes conferencistas: Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, especialista nas Convenções de Viena e autor dos Comentários à Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (*Prática Diplomática e Consular*); Secretário Abílio Machado Cantuária, Assessor do Chefe do Departamento de Assuntos Consulares, (*Direito Internacional*); Secretário Arthur Vivacqua Meyer, Bacharel em Ciências Econômicas, UEG, "Master of Arts" em Economia, Universidade de Chicago, Doutor em Ciências Econômicas, Universidade Católica Andres Bello, Caracas, Chefe Substituto da Divisão da Ásia e Oceania II, (*Economia Internacional*); Ministro Gelson Fonseca Júnior, Bacharel em Direito, UEG, Mestrado em Assuntos Latino-Americanos, Georgetown University, Professor de Relações Internacionais no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (*Relações Internacionais*).

Foi o seguinte programa a cargo do Instituto Rio-Branco:

Prática Diplomática e Consular

(Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva):

I. A Função Diplomática:

- Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas: análise dos principais aspectos;
- Técnica e procedimento de negociações;
- Redação de instrumentos internacionais;
- A função do diplomata na Chancelaria e no exterior: negociação, informação e representação.

II. Direito e Prática Consular:

- Histórico;
- Convenção de Viena sobre Relações Consulares: análise dos principais aspectos;
- Processo de criação de Consulados: exequatur, carta patente, área de jurisdição consular.
- Funções consulares;
- Organização dos Consulados.

Direito Internacional

(Secretário Abílio Machado Cantuária):

- Fontes do Direito Internacional;
- O Estado: responsabilidade (bases da responsabilidade);
- Organizações internacionais: questões legais (determinação de competências);
- Condições dos indivíduos no Direito Internacional (incluindo o asilo).

Economia Internacional

(Secretário Arthur Vivacqua Meyer):

- A evolução da economia internacional no pós-guerra;
- Os países em desenvolvimento e sua presença no sistema econômico internacional;
- Principais organizações multilaterais na área econômica;
- Problemas atuais e perspectivas.

Relações Internacionais

(Ministro Gelson Fonseca Júnior):

- Teoria das Relações Internacionais;
- Atores do Sistema Internacional;
- As relações internacionais como relação de poder: balança de poder e as suas diversas configurações;
- As macro-estruturas internacionais no século XX e os subsistemas econômico, militar e político.

FORMATURA DA TURMA DE 1984

Durante as comemorações do Dia do Diplomata – em 1985, realizada em 23 de maio, e não dia 20 de abril, devido à enfermidade do Presidente da República, Dr. Tancredo Neves – realizou-se a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1984, em cerimônia presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, na presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Olavo Egydio Setúbal, do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e do Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Lauro Escorel de Moraes.

O presidente da República fez entrega do diploma da medalha de vermeil (Prêmio Rio-Branco) ao primeiro colocado da turma e o Diretor do Instituto Rio-Branco procedeu à chamada dos novos diplomatas brasileiros e estrangeiros. Foram os seguintes os formandos pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1984, por ordem de classificação:

José Estanislau do Amaral Souza Neto
 Tovar da Silva Nunes
 Virgílio Antonio Coutinho França
 Orlando Scalfo Júnior
 Sergio Luiz Canaes
 Carlos Ricardo Martins Ceglia
 Antonio Francisco da Costa e Silva Neto
 Tarcísio Lumack de Moura
 Lauro Eduardo Soutello Alves
 Cláudio César Rodrigues do Nascimento
 João Luiz de Medeiros
 Roberto Abdalla
 Roberto Carvalho de Azevêdo
 Caio Marcio Ranieri Colombo
 Eliana da Costa e Silva Puglia
 Francisco Carlos Soares Luz
 Alexandre de Azevedo Silveira
 Maria Celia Sette Câmara Calero Rodrigues
 Márcia Jabôr Canízio
 Maria Helena Pinheiro Penna
 Ricardo Luis Pires Ribeiro da Silva
 Mônica Maria Meirelles Nasser

Wanja Campos da Nóbrega Bonfá
 Demétrio Bueno Carvalho
 Bárbara Briglia Távora
 Ricardo Guerra de Araujo
 Jorge Geraldo Kadri
 José Gilberto Jungblut
 Sylvia Ruschel de Leoni Ramos
 Eduardo Andrade de Moraes Jardim
 João Carlos Belloc
 Isabel Cristina Corrêa de Azevedo
 Eliane Gama e Abreu de Andrade
 Afonso Celso de Souza Marinho Nery
 Pedro Paulo Hamilton

Bolsistas estrangeiros

André Camelo Salomon (Haiti)
 Cheickna Keita (Mali)
 Djisa Awoyo Senaya (Togo)
 Guadalupe Romero Silva (Honduras)
 Joseph Nkala (Zimbábue)
 Joseph Nkorouna (Gabão)
 Jean Tangara (Mali)
 Bubacar Baldé (Guiné-Bissau)

Foram os seguintes os alunos premiados:
 Prêmio Rio-Branco:

José Estanislau do Amaral Souza Neto
 (Medalha de vermeil, 1º colocado no CPCD)
 Tovar da Silva Nunes
 (Medalha de prata, 2º colocado no CPCD)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva:

Orlando Scalfo Junior
 (Medalha de prata, 1º colocado no Vestibular)
 José Estanislau do Amaral Souza Neto
 (Medalha de bronze, 2º colocado no Vestibular)

Prêmio de Viagem:

Tovar da Silva Nunes
 José Estanislau do Amaral Souza Neto

Na ocasião, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores proferiu o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 Minhas Senhoras,
 Meus Senhores,
 Jovens Formandos,

Muito nos honra Vossa Excelência com sua presença no dia de hoje. Já se tornou uma expressiva tradição, na história desta Casa, a prática de vir o Chefe da Nação presidir a cerimônia em que se reverencia, anualmente, o patrono de nossa diplomacia. E é também nesta data que, dentro do espírito de eficiência profissional e maturidade política legado pelo Barão do Rio-Branco, são acolhidos os diplomatas recém-formados, e que agora iniciam suas carreiras.

Senhor Presidente,

A vinda de Vossa Excelência ao Itamaraty cerca-se, este ano, de circunstâncias excepcionais. De um lado, não há como se ocultar a tristeza de cada um de nós pelo destino do Presidente Tancredo Neves — a quem jamais deixaremos de admirar e homenagear por seus esforços em prol da construção de uma ordem aberta, justa e legítima. De outro lado, subjacente à ampla comoção nacional, as instituições públicas estão a exibir uma vitalidade reveladora do nível de desenvolvimento político atingido pela sociedade brasileira.

Vossa Excelência, Senhor Presidente José Sarney, expressa a aliança de vontades que nos permitirá “encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessário à solução dos conflitos de interesses” — conforme as palavras escritas pelo Presidente Tancredo Neves para sua primeira Reunião Ministerial.

Meus caros Formandos,

Os jovens diplomatas da turma de 1985 têm, ao contrário de seus antecessores dos últimos dezesseis anos, uma característica ímpar: a de serem recebidos por um Ministro que não pertence aos quadros da carreira. Este cruzar de destinos, em momento tão dramático da nossa História, não pode deixar de instigar-nos à reflexão. São de todos conhecidos os valores permanentes que orientam a ação do Itamaraty. Esta Casa destaca-se por sua capacidade de ajustar-se às exigências sucessivas da evolução nacional, e de colocar-se mesmo, não poucas vezes, como fator de progresso político e social.

Desde minha posse, venho dedicando o melhor de meus esforços para consolidar ainda mais esta aliança entre a Chancelaria e a sociedade cujos anseios e aspirações ela expressa. Como homem de raízes plantadas na atividade político-partidária e na livre empresa, pretendo fazer de minha gestão uma ponte através da qual possam transitar e convergir, entre os diferentes segmentos sociais e esta instituição, a maior soma possível de estímulos mutuamente vivificantes. Muito terei a ouvir, no convívio diário com a Casa de Rio-Branco, e igualmente muito desejo poder transmitir daquilo que estimo portar como homem representativo do meu tempo e da minha gente. Desta for-

ma, estou certo de que estaremos todos contribuindo para que se mantenha em contínuo processo de aperfeiçoamento a Chancelaria brasileira.

Transição e evolução, bem como tradição e modernização, constituem, em vários planos, conceitos-chaves do momento histórico que vivemos. Em meu discurso de posse tive ocasião de lembrar que me considero um elo a mais da cadeia de interpretações consecutivas que têm, ao longo do tempo, ajustado o legado de Rio Branco à dinâmica do interesse nacional e às pressões sempre cambiantes do quadro mundial. Enfatizei, também, a necessidade de uma atitude criativa na contínua adequação de nosso patrimônio diplomático às contingências da História.

A política externa brasileira deve apresentar-se unívoca, em métodos e critérios éticos e políticos, com as práticas internas e com o estilo próprio da Nova República. Ao iniciar minha gestão, convocado pelo eminente Presidente Tancredo Neves, fui por ele orientado a pautar a política exterior segundo os objetivos liberalizantes do Governo que se instalava. Nosso desejo comum é que possamos advogar, nos foros internacionais, o que realmente praticamos no plano nacional.

Esse postulado tem conotações simultâneas de mudança e continuidade. Mudança, pelo ânimo de assentar conceitualmente a ação externa sobre a base renovada de instituições fundadas na democracia representativa, no Estado de direito e na justiça social. Continuidade, por outro lado, pois a própria história moderna da diplomacia brasileira revela-a em busca permanente de uma ordem internacional também assente em preceitos legais que assegurem o convívio harmonioso entre as Nações, e resguardecem os direitos das mais fracas face às mais fortes.

A defesa desses direitos jamais deve ser temporizada, pois os conflitos de interesse têm sido a característica maior na disputa pelo produto mundial. Ora condicionados por fatores essencialmente econômicos, ora determinados por fatores basicamente políticos, ora resultantes de entechos culturais, esses conflitos são fenômenos reais.

Em um contexto de entechos crescente de poder e de monopólio da capacidade destrutiva, o Brasil deve inspirar sua doutrina externa em critérios éticos e na força persuasiva do Direito e da negociação. Da defesa da igualdade soberana entre as Nações à adesão à causa da auto-determinação dos povos e da não ingerência, e daí à reivindicação de uma nova ordem econômica internacional, divisa-se um nítido fio condutor. É esta tradição, tantas vezes renovada, que será mantida em minha gestão.

Praticaremos uma diplomacia ciosa de sua origem democrática, e preocupada em projetar no plano externo as aspirações de uma cidadania em processo de restauração. Deverá ser ela também comprometida com critérios modernos de racionalidade e funcionalidade, e calibrada para produzir resultados em diapáson com as expectativas da coletividade. Daí a fundamental importância da participação do Congresso Nacional, das forças empresariais e das entidades sindicais no grande debate sobre os rumos da diplomacia brasileira. Tenho eu mesmo buscado, com dedicação de parcela substancial da minha agenda de

trabalho, estreitar os contatos diretos com representantes de variados setores da comunidade, a fim de ouvi-los acerca das opções que se abrem à nossa atuação além-fronteiras.

Meus caros Formandos,

Desafiador é o cenário com que se defronta a diplomacia brasileira nas proximidades do terceiro milênio. A integração acelerada do país no mercado mundial de bens, serviços e capitais, a mundialização dos seus interesses, ainda que tênue em algumas direções, acarreta como consequência natural um empenho crescente face ao horizonte externo. Partilhando as esperanças de paz e crescimento material que se seguiram à II Guerra Mundial, uniu-se o Brasil, com entusiasmo, aos esforços de ordenamento e legalização das relações internacionais, tanto no plano político quanto no econômico.

Hoje, presenciemos com apreensão a desagregação do grande organismo então constituído. Às expectativas da *détente* sucedeu-se a realidade crua e uma rebipolarização que artificializa o sistema de relações entre todos os países, submetendo-o à deformação brutal do jogo do poder entre as superpotências. A acumulação de arsenais de destruição e a conceituação do planeta como um palco para o holocausto ferem dramaticamente nossos sentimentos éticos de paz e justiça, e contrariam as aspirações fundamentais de progresso que animam a Humanidade como um todo. A diminuição do espaço da decisão partilhada, multilateral, e sua substituição pelo poder dos diretórios excludentes não pode convir às nações ainda em processo evolutivo, como a nossa.

A diplomacia parlamentar detém para o Brasil importância histórica, que se tem renovado ao longo das vicissitudes enfrentadas pela comunidade internacional. Impõe-se que continuemos a valorizar aqueles foros onde se busca a afirmação e manutenção dos princípios basilares do Direito Internacional, e onde o convívio entre as nações é encarado como uma promessa permanente da cooperação e entendimento.

No plano das relações econômicas internacionais, observa-se em nossos dias um fenômeno paralelo de obsolescência do sistema de Bretton Woods e da sua substituição por procedimentos de execução, que tendem a estrangular os fluxos de intercâmbio e a enrijecer a ordem mundial. Os efeitos práticos desse processo têm sido, como todos sabem, nefastos para as nações em desenvolvimento, comprometendo-lhes as oportunidades de crescimento e modernização.

No pronunciamento dirigido à Nação, no dia 22 de abril, Vossa Excelência definiu a retomada do desenvolvimento e do nível de emprego como meta fundamental de ação no setor externo. Atento a essa diretriz, o Itamaraty prosseguirá em seus esforços em prol do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional que melhor atenda às necessidades dos países em desenvolvimento. Não se perderá de vista, ademais, a atividade mais imediata da promoção de exportações e conquista de novos mercados para as exportações brasileiras. Para tanto, mobilizarei a experiência negociadora desta Casa, e o

valioso repertório de informações por ela acumulado na área do comércio internacional.

A busca de ampla margem de consenso em torno da necessidade de mudanças nas regras do jogo nas relações econômicas internacionais está longe de ser mero exercício de retórica. Ela corresponde à própria diversificação ocorrida em nossas estruturas sócio-econômicas. Nas últimas décadas, deixamos para trás a condição de simples país exportador de alguns poucos produtos tropicais, para, através de esforço perseverante de diversificação, atingirmos o estágio de exportador competitivo de ampla gama de produtos manufaturados.

Temos plena consciência da magnitude do desafio que enfrentamos. Embora se notem indícios significativos da recuperação da atividade econômica nos países centrais, a natureza da crise que atravessamos não autoriza concluir que tal melhoria implique a retomada automática de crescimento das nações em desenvolvimento. O Brasil se vê diante de uma conjuntura externa das mais desfavoráveis. As altas taxas de juros, que elevam continuamente o já pesado fardo do serviço da dívida externa, somam-se à intensificação do protecionismo comercial nos países ricos, que inibe o crescimento das nossas exportações.

Não é este o momento para aprofundar-me no exame do vínculo evidente que existe entre o encaminhamento dos problemas a enfrentar na área financeira e das questões no campo comercial. O pagamento de nossos compromissos em matéria da dívida externa pressupõe a manutenção de significativos saldos comerciais. É hora de nossos parceiros desenvolvidos compreenderem que o recurso a mecanismos sempre renovados de proteção a setores com decrescente competitividade coloca em questão a própria viabilidade da estratégia por eles mesmos preconizada para lidar com o problema da dívida.

O encaminhamento das questões financeira e comercial deve ser processado a partir da perspectiva de uma retomada do crescimento dos países intermediários. Nesse contexto, portanto, teremos de explorar, de forma criativa, modificações necessárias no sistema econômico montado em Bretton Woods.

Desenvolvimento, bem-estar social, progresso material e soberania nacional são termos que se complementam. A todos eles é preciso acrescentar, hoje, o imperativo da emancipação tecnológica. Nenhuma nação moderna pode descuidar da inovação tecnológica, entendida como concepção, expansão, codificação e emprego de tecnologia em larga escala. Com sua gama diversificada de recursos naturais, com sua dimensão continental e com sua vantagem competitiva o Brasil, de forma alguma, poderá fugir a essa realidade.

O que se encontra em jogo não é apenas a chave para o crescimento e a prosperidade. Igualmente ameaçadas estão a independência cultural e a estrutura social dos países em desenvolvimento. É por essa razão que o Brasil não pode deixar-se transformar em simples consumidor de tecnologias adaptadas a sociedades de nível material e cultural diferente.

Um mundo em mutação exige instituições dinâmicas, e o Itamaraty será por mim orientado a acompanhar as realidades do país e do mundo exterior. Sei que, da modernização organizacional operada desde os anos 30 à aquisição do instrumental de ação econômica no Governo Kubitschek, esta Casa esteve

sempre em compasso com seu tempo. Fiel a essa tradição de renovada atualização, pretendo conduzir o Ministério das Relações Exteriores em sintonia com o espírito democrático da Nova República. As iniciativas de política externa devem ter representatividade política e interpretar a vontade geral, motivo pelo qual a instituição estará permanentemente aberta ao conhecimento da opinião pública, em particular de seu órgão de controle institucional, que é o Congresso Nacional.

Impõe-se também que as estruturas do Itamaraty, tanto a Secretaria de Estado quanto os postos no exterior, sejam objeto de um exame circunstanciado, à luz das prioridades políticas, econômicas e culturais do Brasil no estrangeiro. A própria carreira diplomática precisa refletir melhor, em sua organização básica e nos critérios de distribuição geográfica, as ênfases contidas na política externa. A diversificação e mundialização dos interesses nacionais pressupõem uma contrapartida nos quadros da diplomacia. Só a familiarização direta, pela alternância em postos na América Latina, na América do Norte, na África, na Europa, na Ásia e no Oriente Médio, poderá proporcionar ao funcionário de carreira uma vivência autêntica desse espírito universalista que nos anima.

Senhor Presidente,

Há 40 anos atrás, no âmbito das comemorações do centenário do nascimento do Barão do Rio-Branco, era criado o estabelecimento de ensino que traz seu nome. Implantava-se o Instituto Rio-Branco com o objetivo específico de prover a formação básica do funcionário diplomático de carreira e assegurar seu contínuo aperfeiçoamento profissional. Fato auspicioso desde então a assinalar foi a democratização operada no processo de seleção do diplomata, doravante admitido as quadros do Ministério tão somente por intermédio de concurso público. Após a realização de 40 exames vestibulares e 7 concursos de provas, o Instituto até hoje formou quase mil diplomatas, ou seja, praticamente a totalidade dos funcionários de carreira em serviço nos quadros do Itamaraty.

Ao longo desses quatro decênios, o Instituto sofreu diversas reformulações, destinadas, entre outras finalidades, a expandir a base geográfica de recrutamento dos candidatos ao exame vestibular, e adaptar seus currículos à acrescida diversificação de temas de interesse para a política exterior brasileira. Com o objetivo de promover a atualização de conhecimentos de interesse profissional, foram instituídos, em 1977, o Curso de Altos Estudos e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cuja conclusão constitui hoje pré-requisito legal para promoção em diferentes níveis da carreira.

A transferência do Instituto para Brasília, efetuada em 1976, representou o ponto de partida para uma série de significativas inovações. Deu-se mais ênfase à profissionalização do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a instituição de estágios em diferentes unidades de trabalho da Secretaria de Estado. Iniciou-se a realização de viagens de instrução em território brasileiro, para ilustração *in loco* de aspectos importantes do desenvolvimento

sócio-econômico do país. O Instituto vem também facultando a frequência do seu Curso Básico a bolsistas estrangeiros, provenientes de 25 outros países em desenvolvimento. Essa modalidade concreta de cooperação Sul-Sul vem contribuindo para o seu justo renome internacional.

Senhor Presidente,
Senhores Formandos,

A data de hoje encerra uma dupla comemoração. Cento e quarenta anos atrás nascia o Barão do Rio-Branco, fundador da moderna diplomacia brasileira e patrono desta Casa. O mais significativo monumento à sua memória, entre tantos que se espalham pelo extenso território que ele ajudou a consolidar, é a transmissão ininterrupta do seu legado pelo Itamaraty. É aqui, na continuidade do trabalho do Instituto Rio-Branco, que melhor se honra a sua memória. É aqui, em cada lugar onde se opera o dia a dia da atividade diplomática, no trabalho jamais concluído de assegurar a defesa dos interesses do Brasil, que Rio-Branco permanece vivo.

Muito obrigado.

PROFESSORES DO IRBr EM 1985

André Aranha Corrêa do Lago

Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Estágio Profissionalizante em Bogotá.

Terceiro Secretário, 15 de dezembro de 1983.

Anna Maria Villela

Professora Titular na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. Assessora Parlamentar no Senado Federal, tendo obtido o primeiro lugar no concurso público para preenchimento de vaga única, na área de Relações Exteriores. Membro da Comissão de Especialistas do Ensino de Direito, constituída em maio de 1984 pela Ministra da Educação e Cultura. Bacharel em Direito, UFMG, 1960; Docteur d'État (Droit privé), Faculté de droit et sciences économiques de l'Université de Paris, 1970; ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de Droit privé, 1963; D.E.S. de sciences criminelles, 1969; certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; e curso de Direito Comparado e terminologia jurídica francês-alemão, 1962; cursos de especialização em Direito Comparado em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul, 1962/73; LL.M., King's College, Universidade de Londres, 1979; pesquisa em vista de livro, posteriormente publicado, no Institute of Advanced Legal Studies, 1979; na Academia de Direito Internacional de Haia: diploma do Centre de Recherches de Droit International et Relations Internationales, 1977 (tema: rios internacionais); cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; curso e treinamento em Direito Internacional, UNITAR/ONU, 1974; estágio patrocinado pela OEA sobre Aspectos Jurídicos e Econômicos da Integração Européia, Université Libre de Bruxelles, 1972; curso sobre Influência da Comunidade Econômica Européia sobre o Direito Internacional Privado dos Países-Membros, Institut Universitaire International de Luxembourg, 1979; cursos e pesquisas no Instituto de Direito Romano, Universidade de Roma, 1981; pesquisas no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), Itália, 1981.

Monitória de Direito Civil e Penal na Universidade de Paris II, 1966/68; Professora de Direito do Comércio Internacional no CITRE, MRE, 1977/82; ministrou, na Universidade de Salerno, curso sobre Relações Itália-Brasil, no Direito Internacional Privado Brasileiro, 1981; pronun-

ciou conferência no Instituto Diplomático de Florença; apresentou trabalhos no Congresso Internacional Europa X América Latina, Salerno, 1983, no Terceiro Congresso de Direito Romano, 1981, Bogotá; no Congresso Internacional sobre Teixeira de Freitas, Roma, 1983; nas Jornadas de Direito Comparado Brasil X Itália, USP, 1984, e em várias outras oportunidades. Organizou vários cursos de extensão na Universidade de Brasília; dirigiu várias publicações coletivas e fez traduções de textos de autores de língua francesa, inglesa e italiana. Exerceu, na Universidade de Brasília, a Direção da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados; a Chefia do Departamento de Direito; a Chefia do Departamento de Relações Internacionais; a Coordenadoria do Mestrado em Direito e Estado; a Direção do Centro de Estudos de Direito Romano e Sistemas Jurídicos. Foi membro do Conselho Universitário da Universidade de Brasília: do Conselho de Ensino e Pesquisa; da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação; da Comissão de Monitorias da Congregação de carreira do ensino de Direito e Relações Internacionais; da Comissão que elaborou o Projeto de curso de mestrado em Direito e da Comissão que elaborou o Projeto de curso de graduação em Relações Internacionais.

Principais publicações: "La Transmission d'Hérédité en Droit Français et en Droit Brésilien", Paris, Librairies Techniques, 1970; "O Divórcio no Direito Internacional Privado", Rio, Forense, 1980; "Integração na América Latina", textos básicos e comentários (editora, colaboradora e tradutora), Brasília, Senado Federal, 1984; "Le Droit International Privé et La Question du Divorce", in *Revue Critique de Droit International Privé*, Paris, Sirey, 1980; "Les Principes de Droit International régissant l'Utilisation des Fleuves Internationaux", in *Revue de Droit International, de Sciences Diplomatique et Politique*, Genebra, 1980; "L'Unification du Droit International Privé en Amérique Latine", Paris, Sirey, 1984, in *Revue Critique de Droit International privé*; "A Convenção da ONU sobre compra e venda internacional de mercadorias e o Direito Romano", in *Sodalitas, Scritti in onore di A. Guarino*, Nápolis. Jovene, 1984; desde 1973, responsável pela rubrica "Brésil", no *Annuaire de Législation Française et Étrangère* e outras diversas contribuições em revistas e obras coletivas publicadas no Brasil e no exterior.

Participou de bancas examinadoras de concursos públicos, defesas de tese, de comissões verificadoras de cursos de graduação e pós-graduação do Conselho Federal de Educação e de outorga de bolsas de estudo pela CAPES.

Membro de várias instituições acadêmicas no Brasil e no exterior.

Antônio Augusto Cançado Trindade

Formação Acadêmica Grau Ph.D. pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, com a tese "Developments in the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (em 2 vols., 1728 págs.): tese premiada com o "Yorke Prize", concedido pela Faculdade de Direito da Univer-

sidade de Cambridge como a melhor das teses de Ph.D. (Doutorado) defendidas naquela Universidade, na área do Direito Internacional, no biênio 1977-1978. Grau LL.B. em Direito Internacional, Universidade de Cambridge (1973). Diploma em Direito Internacional e Comparado, Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Strasbourg (1974). Certificado em Direito Internacional do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975). Certificado de Pesquisa em Direito Internacional do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1º prêmio em Direito Civil, 1971). Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1969).

Livros: — "Princípios do Direito Internacional Contemporâneo" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981); — "The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (Cambridge, Cambridge University Press, 1983 — livro baseado na tese de Ph.D. do autor); "Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público", em 3 volumes (Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores, 1984); — "O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984); — "International Positions of Brazil at the Multilateral Level" (Washington, John Hopkins University, 1982); — "Aspectos do Direito Internacional Público Contemporâneo" (Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1983 — circulação interna). 2. Monografias e Relatórios: — "The Domestic Jurisdiction of States in Practice of the United Nations and Regional Organisations", relatório apresentado ao Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia em 1974, e publicado em 1976 no "International and Comparative Law Quarterly" de Londres (vol. 25); — "O Estado e as Relações Internacionais" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979); — "Delimitação de Competências entre a ONU e os Estados-Membros e suas Implicações para a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais", relatório apresentado às II Jornadas Latinoamericanas de Derecho Internacional em 1980 (Santiago, Universidad de Chile, 1981); dentre outros. 3. Artigos: mais de uma centena de artigos publicados até o presente nos principais periódicos de Direito Internacional de quinze países, dentre os quais: "Archiv des Völkerrechts" (Tübingen, 1977); "Revue belge de droit international" (Bruxelas, 1976); "Jahrbuch für internationale Recht/German Yearbook of International Law" (Kiel, 1979 e 1982); "International and Comparative Law Quarterly" (Londres, 1976 e 1979); "Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques" (Genebra, 1977 a 1984); "Indian Journal of International Law" (Nova Délhi, 1976 e 1978); "Nederlands Tijdschrift voor International Recht" (Leiden, 1977); "Rivista di Diritto Internazionale" (Milão, 1978); "Revue des droits de l'homme — Droit International et comparé" (Paris, 1976 e 1977); "Cahiers de droit européen" (Bruxelas, 1978); "Cambridge Law Journal"

(Cambridge, 1977); "Osterreichische Zeitschrift fur offentliches Recht" (Viena, 1978); "Philippine Law Journal" (Filipinas, 1978); "Malaya Law Review" (Cingapura, 1976); "Anuário Jurídico Interamericano" (OEA, Washington, 1982); "Revista de Direito Público" (São Paulo, 1979); "Arquivos do Ministério da Justiça" (Brasília, 1979 a 1982); "Revista Brasileira de Estudos Políticos" (Belo Horizonte, 1981, 1982 e 1985); "Revista de Informação Legislativa do Senado Federal" (Brasília, 1979 e 1985); "Anuario del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana de México" (Cidade do México, 1984); "Mundo Nuevo" (Universidad Simon Bolivar, Caracas, 1982); "Estudios Internacionales" (Universidad de Chile, Santiago, 1981 e 1983); "Revista da Faculdade de Direito da UFMG (Belo Horizonte, 1976 a 1979); "Estudos Jurídicos" - Revista da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Porto Alegre, 1984); "Política e Estratégia" (São Paulo, 1984); e vários outros. 4. Contribuições e Coletâneas - "O Impacto de Tratados e Resoluções nas Relações Internacionais na América Latina", in *Curso de Derecho Internacional* (organizado pela Comissão Jurídica Interamericana), 1981, vol. VIII, Secretaria Geral da OEA; "Evolução, Balanço e Perspectivas do Sistema Interamericano ao Início da Década de Oitenta", in *Curso de Derecho Internacional* (organizado pela Comissão Jurídica Interamericana), 1982, vol. IX, Secretaria Geral da OEA; Prefácio à reedição dos "Apontamentos para o Direito Internacional", de A. Pereira Pinto (em 4 vols.), Projeto "Memória Jurídica Nacional", Brasília, Imprensa Nacional, 1980; "O Direito Internacional em Debate com Raymond Aron", in *Aron na UnB*, Coleção "Itinerários", Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981; "As Organizações Latino-Americanas e sua Influência nas Relações Internacionais", in *Anuário Jurídico Interamericano*, OEA, 1982. Capítulos dos livros: "Crisi Falkland-Malvinas e Organizzazione Internazionale", Padova, Cedam, 1985; "Derechos Humanos en las Americas - Homenaje a la Memoria de C.A. Dunshee de Abranches", Washington, OEA, 1984; dentre vários outros.

Experiência docente: Professor de Direito Internacional Público no Instituto Rio Branco, desde 1979. Professor Titular do Quadro Docente da Universidade de Brasília, área de Direito Internacional. Professor Visitante na Universidade de Londres, autor de um ciclo de conferências, 1982. Conferencista nas Universidades de Milão, Salerno, Turim e Ferrara, 1982-1983. Professor Titular Visitante na Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela, autor das Conferências "Simón Bolívar" de Direito Internacional, de 1981 e 1982. Professor Visitante no Instituto Diplomático Italiano em Florença, autor de um ciclo de conferências sobre organizações internacionais, 1983. Conferencista no Instituto Universitário Iberoamericano de Estudios Internacionales em Madri e na Universidade de Segóvia, 1983. Conferencista na Escuela de Ciencias Internacionales da Universidad Central de Quito, Equador, e na Universidad Simón Bolívar em Caracas, Venezuela, 1981. Conferencista na Universidad de

la República em Montevideu, Uruguai, 1985. Conferencista do VIII, IX e XII Cursos de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana da OEA (1981, 1982 e 1985). Conferencista no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (1983 e 1985). Conferencista de Direito Internacional Público (ciclo de conferências) no Curso de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1985). Conferencista de Direito Internacional Público (ciclos de conferências) no Curso do Instituto Rio Branco de Formação e Treinamento de Diplomatas no Suriname (1981), no Curso do Instituto Rio Branco de Aperfeiçoamento de Diplomatas em Cabo-Verde (1983), e no Curso do Instituto Rio Branco de Formação e Aperfeiçoamento em Diplomacia no Gabão (1984). Professor Visitante, a convite do Governo dos Estados Unidos (Universidades de Harvard, Tufts, Denver, U.C.L.A. - Berkeley, Stanford, 1980). Relator de temas nas II Jornadas Latino-Americanas de Direito Internacional em Viña del Mar, Chile, 1980; no I Congresso Internacional sobre Relações Europa/América Latina da Universidade de Salerno, Itália, 1983; do XI Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA) na Cidade do México, 1983; do Congresso Internacional em Comemoração ao 40º Aniversário da Organização das Nações Unidas (ONU) organizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Uruguai em Montevideu, 1985; dentre outros. Coordenador de Pesquisas em Relações Internacionais do Projeto "Memória Política Nacional", Convênio Câmara dos Deputados/Universidade de Brasília, 1979. Membro das Congregações de Carreira dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (1979-1983), e da Banca Examinadora de dissertação de Mestrado, área de Organizações Internacionais (1979), Universidade de Brasília. Co-Coordenador e orientador de teses dos Cursos de Pós-Graduação "Relações Internacionais na América Latina", da Universidade de Brasília (1982 e 1984). Presidente da Comissão de Implantação do Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (1981). Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1985). Examinador do concurso vestibular do Instituto Rio Branco (Direito, 1979, 1983, 1984 e 1985), e do concurso vestibular do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, presidente da banca examinadora (1984, 1985). Professor Contratado do Departamento de Ciência Política da UFMG, e Auxiliar de Ensino da UFMG, mediante concurso público (1971-1972).

Participação, a convite, como relator ou debatedor, de inúmeros congressos internacionais na área do Direito Internacional, no Brasil e vários outros países (1975-1985).

Experiência profissional: Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (a partir de agosto de 1985); Delegado do Brasil à XIV Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1984; Delegado do Brasil à Reunião Conjunta do Grupo de Contadora e Grupo De Apoio, Cartagena, Colômbia, 1985; Chefe da Delegação do Brasil à

III Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, La Paz, 1984; Assessor Jurídico do Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra (1978-1979); Membro do Gabinete da Vice-Presidência da República incorporado à Presidência da República (março/julho de 1985); Membro do Grupo de Trabalho do MRE sobre a Reforma da Carta da OEA, Brasília, 1985; Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Código de Conduta para Transferência de Tecnologia, Genebra, 1983; Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites, 1981; Membro do Comitê Consultivo de Peritos em Direito Internacional Público da Universidade das Nações Unidas (ONU), I Conferência, Haia, 1984, e II Conferência, Rio de Janeiro, 1985; Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1979-1983); Representante Correspondente do Brasil junto à UNESCO, para seu Programa de Direitos Humanos; Editor Correspondente do Brasil dos "International Legal Materials", de Washington (desde 1981); Editor Executivo da Revista "Relações Internacionais", Brasília, 1979-1980; Co-Coordenador do VI Seminário sobre Política Exterior do Brasil, MRE/Universidade Federal de Minas Gerais, 1981; Assessor do Serviço de Relações Internacionais da Reitoria da UFMG, 1971-1982; Estagiário na Divisão Jurídica do Conselho da Europa, Strasbourg, 1974.

Associações Científicas e Profissionais: Sociedade Brasileira de Direito Internacional (associado); International Law Association (seção britânica); British Institute of International and Comparative Law; Centre International de Formation et Recyclage des Enseignants de Droit (Strasbourg); American Society of International Law; Société Française pour le Droit International (membro convidado); Asociación Argentina de Derecho Internacional (membro correspondente); Indian Society of International Law (membro convidado); Institute of Advanced Legal Studies (Londres); Cambridge University Philosophical Society; Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (sócio titular fundador e membro eleito do Comitê Diretivo); Fundação Alexandre de Gusmão (membro do Conselho Diretor) do Ministério das Relações Exteriores; Fundação Brasileira de Direito Econômico (membro fundador e ex-Diretor); Inter-American Bar Association (Ex-Presidente do Comitê de Direitos Humanos); Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de Minas Gerais); Colégio de Abogados de La Paz, Bolívia (membro honorário).

Ordem de Rio Branco, Oficial, Brasil; Círculo Diplomático de Brasília (condecorado); dentre outras.

Carlos Roberto Mota Pelegrino

Bacharel em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte (1970). Bacharelado em Letras (Português) pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria da

Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte (1968). Estudos Superiores em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (1971). Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação (1972/1975). Diplôme d'Etudes Supérieures en Droit Public, Institut du Droit de la Paix et du Développement, Université de Nice, França (1973). Integrante, ao lado de outros quatorze professores de nacionalidades diversas, do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional de Haia, havendo apresentado trabalho comprobatório do desempenho individual (agosto/setembro) 1974). Docteur d'Etat em Direito Público, mediante defesa da tese "Evolution et Perspectives de l'Association Latino-Américaine de libre commerce", em 28 de outubro de 1975, Paris, perante juri integrado pelos professores Miguel Franchini-Netto, Renaud de Bottini, Joel Rideau, Jean-Marie Rainaud, e presidido pelo Professor René-Jean Dupuy, do Collège de France, Secretário-Geral da Academia de Direito Internacional de Haia, Membro do Institut de Droit International e patrono da tese aprovado com a menção *Summa cum Laude*. Curso de Direito Internacional Público, Academia de Direito Internacional de Haia (1973). Curso de Direito Internacional e Relações Internacionais, Organização dos Estados Americanos, Rio de Janeiro (1976). Inter-Regional Workshop on Program Management, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque (1978). Cursos de Extensão: Ciclo de Estudos Jurídicos, Faculdade Mineira de Direito da UCMG, Belo Horizonte (1970). Ciclo de Estudos de Direito Civil; Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte (1967); Curso de especialização em Direito do Trabalho, URRAMIG Universidade Rural de Minas Gerais, Belo Horizonte (1970); Validade da filosofia gerencial na Administração Pública, Universidade de Brasília (1976). Magistério Superior: Professor adjunto da Universidade de Brasília, atuando nas áreas de Direito Internacional Público, História das Idéias Jurídicas, Direito dos Contratos e Direito Constitucional, no Departamento de Direito e Análise das Relações Internacionais e Direito Diplomático, no Departamento de Relações Internacionais. A nível de pós-graduação, leciona as disciplinas Entidades Internacionais, Sociologia do Desenvolvimento, Mudanças Sociais e Sociologia Aplicada à Administração. Ex-Professor Titular de Direito Público e Direito Internacional Público na ESAF – Escola de Administração Fazendária, Brasília; Sub-Chefe do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (1976/1978); Professor de Introdução ao Direito Público e Privado, Direito Constitucional e Sistemas Políticos Comparados, para o Curso de Administração Pública e Gerência, para funcionários africanos de expressão portuguesa, ESAF/UNITAR (ONU), Brasília (1981); Coordenador do Projeto de Curso de Relações Internacionais da UnB (indicado pela Congregação de Carreira) – (1976); Coordenador do Curso de Atualização Gerencial, UnB (1977); Membro da Congregação de Carreira do

Curso de Economia e Ciências Sociais da UnB (1977/1978); Consultor da CAPES para seleção de candidatos a bolsa de estudos no exterior; Examinador de Direito Constitucional e Direito Internacional Público e Privado no concurso de Procurador da Fazenda Nacional promovido pela Procuradoria da Fazenda Nacional (1982); Participante do Simpósio sobre o ensino de Direito Internacional e das Relações Internacionais organizado pela Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Rio de Janeiro (1976); Conferencista no curso sobre as imunidades dos Estados estrangeiros e de seus agentes à jurisdição local: "As imunidades pessoais dos agentes diplomáticos, cônsules e das Organizações Internacionais", UnB (1977); Conferencista no II Fórum Nacional de Debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais: "A nova ordem nas relações internacionais", Brasília (1977); Conferencista no III Colóquio América-Latina/Europa – Modelos de integração e relação entre a América Latina e Europa, promovido pela Conselho Europeu de Investigação sobre a América Latina (CEISAL), Comissão das Comunidades Europeias e UnB: "Atualidade do modelo integracionista latino-americano: ALALC/ALADI", Brasília (1982); Delegado-tesista ao III Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Direito Constitucional: "Breves considerações sobre a intervenção do Estado na economia brasileira" (tese aprovada, Belo Horizonte (1982); Conferencista no I Encontro Penal e Processual Militar promovido pelo Grupo Brasileiro da Sociedade Internacional de Direito Penal Militar e Direito da Guerra: "Direito humanitário internacional", Brasília (1982); Conferencista no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval: "O navio de guerra ante o Direito Público Internacional", Rio de Janeiro (1983); Conferencista no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval: "A guerra marítima – seus aspectos jurídicos internacionais" – setembro de 1984.

Outras atividades: Assessor Jurídico do Ministro do Supremo Tribunal Federal; Assessor do Ministro de Estado dos Transportes Eliseu Resende (1980); Oficial de Área do Bureau Regional para América Latina, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas, Nova Iorque (1978/1979), Assessor do Bureau Regional para América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para assuntos de Management/Administrative dos Land-Locked Countries Planning and Economic Development and Integration, Employment and Training, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque (1979).

Advogado da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – (GEIPOP, Brasília (1980). Associações às quais se filia: Ordem dos Advogados do Brasil/MG (sob o nº 16.129); Instituto dos Advogados de Minas Gerais; Fundação Brasileira de Direito Econômico; American Society of International Law; Sociedade Internacional de Direito Penal Militar e Direito da Guerra, (Conselheiro); Sociedade Brasileira de Direito Inter-

nacional; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

Publicações pertinentes: "Evolution et Perspectives de l'Association Latino-Américaine de Libre Commerce" (tese de doutoramento), Nice, França (1975); "Aspects du Commerce du Café entre le Brésil et les Etats Unis d'Amérique" – Institut du Droit de la Paix et du Développement, Université de Nice, França (1973). "Le Règlement Pacifique des Différends dans le Cadre de l'Organisation des Etats Américains", Academia de Direito de Haia (1974); "Empresas Transnacionais" (original em espanhol), in *Informe OEA/Ser. G. CP/inf. 925/76*, Washington (co-autoria) (1976); "Acerca da Responsabilidade Internacional", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 4 UnB (1974); "O Direito de Greve e suas Implicações na Constituição de 1967", in *Revista de Direito*, nº 1, da Universidade Católica de Minas Gerais; "A Natureza do Conflito nas Relações Internacionais" (no prelo); "Breves Considerações sobre a Intervenção do Estado na Economia Brasileira" Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (1982), publicada na Revista da OAB – DF, nº 11, 1984, pág. 81 e segs; "Direito Humanitário Internacional", in *Anais do I Encontro de Direito Penal Militar e Direito da Guerra* (no prelo); "Breve Notícia Histórica de uma Ciência Nova. Relações Internacionais" (no prelo); "Elementos para una teoría de las fuentes de las Organizaciones internacionales, principalmente en la Carta de la OEA", Boletín del Instituto de Investigación Jurídica, Universidad Nacional Autónoma de Honduras, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, año 2, Julio-Agosto de 1982, nº 9, Tegucigalpa, Honduras (1982); "O Navio de Guerra ante o Direito Público Internacional", in *Revista do Superior Tribunal Militar*, nº 9 (no prelo); "Estruturas da Ordem Mundial" (teoria das organizações internacionais não governamentais) – (livro em preparo); "Elementos para uma Teoria das Fontes de Direito das Organizações Internacionais – principalmente na Carta da OEA", in *Revista Scientia Juridica*, tomo XXXII, nº 184-186, julho/dezembro de 1983, Livraria Cruz Editora, Braga, Portugal; "A Guerra Marítima – Seus Efeitos Jurídicos Internacionais" –, Conferência na Escola de Guerra Naval (para o curso de Comando e Estado-Maior), 1984 (circulação restrita); "A Supranacionalidade e a Questão Constitucional" (aceito para publicação pela revista de Direito Público, RT, São Paulo), 1984; "Sobre as Condições de Admissibilidade do Recurso Extraordinário Adesivo" (aceito para publicação pela Revista Forense e Revista de Processo, RT) 1984; "Suspensão de Executividade das Leis" – para publicação em livro de estudos em homenagem ao Ministro Aliomar Baleeiro – a sair em 1985, Ed. Forense.

Clodoaldo Hugueney Filho

Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 1943, filho de Clodoaldo Hugueney e Carintha Fialho Hugueney.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr Bacharel em Direito,

PUC/RJ. *Magister* em Ciências Econômicas, Universidade do Chile. Terceiro Secretário, 15 de fevereiro de 1966. Segundo Secretário, merecimento, 09 de janeiro de 1969. Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982. Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1966. Assistente do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1975. Assessor do Chefe do Departamento Econômico, 1977/79. Chefe da Divisão de Política Comercial, 1983. Santiago, Cônsul-Adjunto, 1969/72. Santiago, Encarregado, 1970 e 1971. Washington, OEA, Segundo-Secretário, 1972/75. Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1974. Londres, Conselheiro, 1979/83. Reunião dos Embaixadores na Europa Ocidental, Roma, 1966 (assessor). I Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da ONU, Nova Iorque, 1967 (membro). Comitê de Manufaturas da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1967 (membro). Reuniões do Grupo de Preferências da UNCTAD, Genebra, 1967 (membro). VIII Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1968 (membro). II UNCTAD, Nova Delhi, 1968 (membro). IX Sessão da Junta do Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1969 (membro). III UNCTAD, Santiago, 1972 (membro). XIV Período de Sessões da CEPAL, Santiago, 1972 (membro). III Período Ordinário de Sessões da OEA, Washington, 1973 (delegado). I Período de Reuniões da Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano, Lima, 1973 (membro). II Período de Reuniões da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro). V Período de Reunião da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro). IV Período de Sessões do CIECC, Santo Domingo, 1974 (membro). VII Sessão do Grupo *ad hoc* de Barreiras Tarifárias, Quito, 1974 (delegado). IX Reunião Ordinária do CIES, Quito, 1974 (delegado). X Reunião do CIES, Washington, 1975 (delegado).

Dad Abi Chahine Squarisi

Bacharelato e Licenciatura em Letras, Universidade de Brasília, 1971; Especialização em Linguística, PUC/RS, 1978; Mestrado em Teoria da Literatura, PUC/RS, 1979; Especialização em Lógica Matemática, PUC/RS, 1979; Curso de Especialização sobre América Latina, UnB, 1980; Curso de Especialização em Direito Autoral, Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Suíça, 1982; Treinamento em ensino audiovisual para professores de Português dos Centros de Estudos Brasileiros no Exterior, UnB, 1972; Membro da equipe de pesquisadores encarregada dos trabalhos de coleta de material, análise e redação relativos ao Projeto de Modernização de Estruturas e Métodos de Ensino do Português para Aloglotas, programado pelo Ministério das Relações Exteriores, sob a responsabilidade do Instituto de Letras da UnB, 1972; Professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Coordenadora de

Seção Didática do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, 1974/76.

Obras publicadas: *Sintaxe* – “Instrução Programada”, Editora Marco, Brasília, 1971; *Cronograma* – “Programa de Português para os Centros de Estudos Brasileiros da América Latina” (co-autora), 1972; “Comunicação em Prosa e Verso” (co-autora), Editora do Brasil, São Paulo, 1973; “Leitura para Conversação”, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro (revisão, ampliação e atualização), Montevideu, 1975; “Viagem pelo Brasil em Imagens” (coordenadora e co-autora), Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, 1975; “Módulos de Ensino Personalizado de Português para o 1º Grau”, CETEB/MEC, Brasília, 1976/77; “Lições de Português para Hispano-Americanos” (coordenação, revisão, atualização e ampliação), Editora Globo, Porto Alegre, 1977; “Módulos de Ensino Personalizado: Literatura Brasileira, 2º Grau; Educação Artística, 1º Grau” (co-autora); “Educação Artística, 2º Grau”, CETEB, Brasília, 1978; “Unidades Instrucionais Planejadas: Documentação e Arquivo; Organização e Métodos de Introdução à Administração Geral”, IDR/GDF, Brasília, 1979; “Unidades de Ensino Personalizado: SUCAM – Natureza de sua Organização” (co-autora); “Português” (co-autora); “Atos Administrativos” (co-autora), FUBRAS – Fundação Franco-brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 1979; “Módulos de Língua Portuguesa”, CETEB, Brasília, 1980; “Curso de Língua Portuguesa”, MEC, 1981; “Instrumentos de Ensino Personalizado de Língua Portuguesa”, FUNCEP/DASP, Brasília, 1981; “Curso de Língua Portuguesa à Distância”, Banco Central, Brasília, 1986.

Conferências proferidas na Fundação Educacional do Distrito Federal, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Montevideu, Clube Brasileiro, em Montevideu, Universidade de Brasília. Crítica Literária nos jornais *José* e *Jornal de Brasília*. Assessora Parlamentar do Senado Federal.

Débora Vainer Baremboim

Licenciada em Lettres Modernes, Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris. Licenciada em Português, Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris. Certificat Didactique des Moyens Audio-Visuels, Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris. Diplôme Supérieur de Linguistique Appliquée, Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris. International Teacher Training Course, International House, Londres. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 15 de dezembro de 1981. Assistente do Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, 1981/83. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1983. II Reunião da Comissão Mista Brasil-Trinidad e Tobago, Port-of-Spain, 1982 (assessor). III Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica, São José, 1983 (assessor). Segundo-Secretário, 28 de junho de 1985. Coordenadora do Curso de Formação de Diplomatas Gaboneses, do IRBr, Libreville, Gabão, julho a setembro de 1984. Encarregada de Negócios, Embaixada do Brasil em Libre-

ville, 1984. Assessora do Chefe do Departamento Econômico, abril de 1985. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr, agosto de 1985. Professora de Francês do IRBr, 1985.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck

Bacharel em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1970; Mestrado em Economia na Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, 1971/72; Mestre em Economia, Boston College, EUA, 1975; Doutorado em Economia, Boston College, EUA, 1972/75. Professora conferencista da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas, 1976/77; Professora Assistente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978; Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Industrial e da Tecnologia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979; Professora no Curso de Planejamento do Desenvolvimento Social do Centro de Treinamento em Desenvolvimento Regional (CETREDE), 1980; Professora no Curso Nacional de Planejamento Social, Programa Conjunto CENDEC/IPEA – UNICEF – ILPES/CEPAL, Brasília, 1981/82; Coordenadora de Pesquisas no Instituto de Pesquisa do Instituto de Planejamento Social (INPES/IPEA), 1976/78; Coordenadora da Área de Pesquisas sobre Indústria de Construção, Programa de Pós-Graduação em Economia Industrial da FEA/UFRJ, 1979/80; Consultora do CETHAC/IDORT, Centro de Estudos e Pesquisas para a Racionalização da Habitação, da Construção e do Desenvolvimento Urbano, Rio de Janeiro, 1979; Coordenadora das disciplinas de Economia e de Introdução à Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978/80; Professora da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, 1979/80; Técnica de Pesquisa e Planejamento do IPEA e pesquisadora do INPES – Instituto de Pesquisas, Rio de Janeiro 1978/80; Coordenadora do Setor de Pesquisa e Informações Sociais do Centro Nacional de Recursos Humanos – CNRH, 1980/81; Representante do IPEA no Grupo Técnico de Assessoria da Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás, 1981/82; Secretário-Executivo Adjunto do CNRH/IPEA, desde setembro/82; Diretora de Ensino do Instituto de Economia do Rio de Janeiro, IERJ, 1979/80; participação na elaboração de uma Proposta de um Programa de Ação de Governo na Região do Programa Carajás, 1981/82; participação em vários seminários e conferências como debatedora, moderadora e conferencista.

Trabalhos publicados: “As Estatísticas sobre Emprego na Indústria da Construção”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, volume 5, nº 2, dezembro de 1975; “Emprego e Salários na Indústria da Construção”, Coleção Relatório de Pesquisa nº 40, IPEA/INPES, 1978; “Desempenho Industrial: Auge e Desaceleração nos anos 70” (em colaboração com Re-

gis Boneli), in Wilson Suzigan (org.), *Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento*, Coleção Série Monográfica nº 28, IPEA/INPES, 1978; “Indústria de Construção: Política Econômica e Expansão do Emprego”, mimeografado, 1979; “Setor Público e Geração de Emprego”, mimeografado, 1980.

Encarnación Ponce Lopes de Pesquero

Escuela Normal de León, Espanha, 1961.

Atividade docente: Academia de Linguas, Berlita, Madrid, 1950/54; Grupo Escolar Ponce de León, León, 1960/62; Grupo Escolar del Mercado, León, 1962/63; Centro de Ensino Elefante Branco, Brasília, 1964; Universidade de Brasília, 1965; Instituto de Língua Italiana (curso de espanhol), 1975; Instituto de Cultura Hispânica, 1975/84.

Fernando José Marroni de Abreu

Curso de Engenharia Química, UFRGS. Curso de Engenharia de Processamento Petroquímico, PETROBRÁS/UFRGS. Economia, UnB. Relações Internacionais, UnB. Curso de Química Ambiental, UFRGS. Curso de Marketing, UFRGS. Curso de Inglês, Instituto Cultural Brasileiro-Norte-Americano. Operational Competence in English, Southern Illinois University at Edwardsville. Certificate of Proficiency in English, University of Michigan. Certificate in English as a Foreign Language, The Royal Society of Arts, Stage III. First Certificate in English, University of Cambridge. Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge. Certificat d'Etudes Pratiques de l'Alliance Française (CEPAL). Certificat Pratique de Français Commercial et Economique de la Chambre de Commerce et Industrie de Paris. Diplôme Supérieur de Français des Affaires de la Chambre de Commerce et d'Industrie de Paris. Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Nancy. Diplôme d'Etudes Françaises, Université de Nancy. Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises, Université de Nancy. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 16 de dezembro de 1982.

Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1983. Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, 1985. Professor Assistente de Política Externa Brasileira Contemporânea, IRBr, 1983-1985. Coordenador do I Curso de Formação de Diplomatas, IRBr/UNITAR, Bissau, Guiné-Bissau, 1985.

Gelson Fonseca Júnior

Rio de Janeiro/RJ, 06 de setembro de 1946, filho de Gelson Fonseca e Cecília Baker Fonseca.

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UEG. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Mestrado em assuntos Latino-Americanos, Georgetown University. Professor de Relações Internacionais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1979 a 1983.

Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970. Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Primeiro Secretário, merecimento, 30 de outubro de 1977. Conselheiro, merecimento, 23 de janeiro de 1980. Ministro de Segunda Classe em junho de 1984.

Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/73. Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973. Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1976/77. Assessor do Ministro de Estado, 1977/83. Washington, Segundo Secretário, 1973/76. I Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1970 (membro). III Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1971 (assessor). I Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, São José, 1971 (assessor). II Período de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1972 (assessor). XV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, México, 1973 (assessor). VIII Reunião Anual do CIES, da OEA, Bogotá, 1973 (assessor).

Ordem de Rio Branco, Oficial, Brasil. Prêmio Rio Branco e Medalha de Ouro, no CPCD/IRBr. Prêmio Universidade do Estado da Guanabara.

Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito de Pelotas, RGS, 1951.

Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, 1969/73; Diretora do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, hoje integrado à Universidade Federal de Pelotas, 1965/69; Professora Catedrática de Direito Internacional Público da mesma Universidade, desde 1961; Professora Titular de Direito Internacional Privado da mesma Universidade, desde 1964; Livre-Docente de Direito Internacional Privado da mesma Universidade, desde 1956; Professora Titular Visitante da Universidade de Brasília, desde 1974; Professora Titular de História da Filosofia, da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pelotas, 1953/65; Professora Titular de Noções de Direito na Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Católica de Pelotas, 1957/65. Professora *honoris causa* da Faculdade de Direito de Curitiba, Diretora do Instituto de Estudos Jurídicos Internacionais, Washington, desde 1967. Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1972/73.

Representante do Brasil (assessor especial) na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, 1968; contratada pela Agência Internacional de Energia Atômica, Viena, para integrar o comitê de juristas que estudou a poluição do mar pelos resíduos radioativos decorrentes de sua utilização pacífica, 1962/63; contratada pela Organização dos Estados Americanos, Washington, para estudar os problemas jurídico-sociais da integração econômica na Bacia do Rio da Prata, 1970; autora do ante-projeto e membro da comissão que estudou o Protocolo Adicional ao Tratado de Itaipu, sobre matéria trabalhista, 1973; Membro da Comissão Interame-

ricana de Direitos Humanos da OEA, Washington, a partir de setembro de 1983; Membro efetivo do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional, Madri.

Livros publicados: "O Objeto do Direito Internacional Privado", Ed. Konfino, Rio de Janeiro, 1956; "A Extradicação no Direito Internacional e no Direito Brasileiro", Ed. Konfino, Rio de Janeiro, 1ª edição, 1960, 3ª edição, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1981; "Conflitos Espaciais de Leis no Plano das Relações Trabalhistas", Ed. Konfino, Rio de Janeiro, 1964; 2ª edição, Forense, Rio, 1980; idem, em espanhol, UNAM, México, 1984; "O Mar e o Direito", Ed. Sulina, Porto Alegre, 1968; "Estudos de Direito Internacional", Ed. Konfino, 1962; "Integração Econômica e Direito Social" (em colaboração com o Prof. Mariano R. Tissembaum), Ed. Konfino, 1971; ensaios, artigos e conferências publicados em revistas especializadas nacionais e estrangeiras e em diversas obras jurídicas coletivas, verbetes na Enciclopédia Saraiva de Direito sobre Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado, 1979/81.

Colar do Instituto de Coimbra, Portugal; Colar da União das Comunidades de Cultura Portuguesa, Portugal; Colar da Sociedade de Geografia de Lisboa, Portugal; Colar do Colégio dos Advogados da Liberdade, Trujillo, Peru; Medalha Pro Ecclesia et Pontifice, outorgada por SS. o Papa João XXIII, 1961; Medalha Rui Barbosa, MEC, Brasil, 1949; Medalha Clóvis Bevilacqua, MEC, Brasil, 1959; Medalha Sílvia Romero, SEC/DF, Brasil, 1960; Medalha do Mérito Universitário, Universidade Federal de Pelotas, 1976; Ordem de Rio-Branco, Comendador, Brasil, 1977; cidadã honorária de Pelotas, RS; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Comendador, Brasil, 1982.

2ª Vice-Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, DC, EUA, a partir de setembro de 1985. Relatora Geral de um dos quatro temas (*Imunidade de Jurisdição Territorial do Estado*) do XV Congresso do Instituto Luso-Hispano-Americano de Direito Internacional (ILHADI), realizado em São José da Costa Rica, em março de 1985.

Tradução do francês da obra "O Direito do Trabalho na América Latina", do professor Héctor Hugo Barbagelata, Ed. Forense, 1985, Rio de Janeiro. Ensaio intitulado "Os Direitos Sociais como Direitos Humanos no Sistema Interamericano", in *Direitos Humanos - Derechos Humanos* - *Human Rights*, livro em homenagem ao professor Carlos A. Dunshee de Abranches, ed. OEA, 1985, Washington, DC, EUA.

Heloisa Vilhena de Araújo

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Doutorado em Literatura Brasileira, King's College, Universidade de Londres.

Terceiro Secretário, 1963; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1973; Conselheiro, 1979.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1964/66; Assistente

do Chefe da Divisão do Pessoal, 1972/73; Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional I, 1973/75; Assistente do Chefe do Departamento das Américas, 1975/76; Assessor do Diretor do IRBr, 1983/84. Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II, 1985. Paris, Vice-Cônsul, 1966; Paris, Cônsul-Adjunto, 1967/69; Paris, Encarregado, 1968; Sófia, Encarregado de Negócios, 1968; Moscou, Segundo Secretário, 1969/82; Sófia, Encarregado da Legação, 1972; Londres, Primeiro Secretário, 1976/79; Londres, Conselheiro, 1979/80; Lima, Conselheiro, 1980/82.

Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares

Sena Madureira/AC, 12 de novembro de 1945, filho de Orioaldo da Silva Valladares e Alaide Nascimento Valladares.

Bacharel em Administração Pública. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília. D.E.A. de Sociologia Política e Relações Internacionais. Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris).

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971. Segundo Secretário, antigüidade, 05 de novembro 1975. Primeiro Secretário, merecimento, 21 de julho de 1979. Conselheiro, merecimento, 29 de junho de 1984.

Secretaria de Estado, 1971/73. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1973/74. Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1984. Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania-I, 1984. Chefe da Divisão da África-II, 1985. Paris, Segundo Secretário, 1975/79. Maputo, Encarregado de Negócios, 1978 e 1979. Paris, Primeiro Secretário, 1979/80. Assunção, Primeiro Secretário, 1980/83. Lusaca, Encarregado de Negócios, Reunião Plenária da Comissão Mista Permanente de Comissão e Investimento Brasil-Paraguai, 1971 (assessor). Primeira Reunião da Subcomissão Mista Brasil-Uruguai de Desenvolvimento Agropecuário, Brasília, 1972 (membro).

Ordem de Rio Branco, Cavaleiro, Brasil.

Ileana Florica Ghiatza Fadul

Bacharel em Filosofia, Associação Universitária Santa Úrsula, 1973; Certificat d'Études du 3ème Degré Littéraire, Alliance Française, Rio de Janeiro, 1968; Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3ème degré), Université de Nancy, Rio de Janeiro, 1970; Stage de Formation de Professeur à l'enseignement du Français par les méthodes audio-visuelles élaborées par le CREDIF, Rio de Janeiro, 1977.

Atividade docente: professora de Francês: Instituto Bennett de Ensino, 1976; Colégio São Patrício, 1977; Associação de Cultura Franco-Brasileira, 1971/83; "La pensée française à partir de 1945", Faculdade da Cidade, Rio de Janeiro, 1983; *ateliers* para preparação dos cursos de Nancy II e III, Alliance Française, Rio de Janeiro, 1976/83.

Publicações internas da Aliança Francesa sobre literatura e cultura francesas; traduções de Francês para a Revista de Civilização Brasileira.

Jadiel Ferreira de Oliveira

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 07 de novembro de 1963. Segundo Secretário, antigüidade, 31 de dezembro de 1966. Primeiro Secretário, antigüidade, 20 de julho de 1976. Conselheiro, merecimento, 18 de agosto de 1981.

Assistente do Chefe da Divisão de Imigração, 1975/76. Assessor do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1976/77. Assistente do Chefe da Divisão Consular, 1979/80. Assessor do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1980. Chefe, substituto, da Divisão Consular, 1982. Chefe da Divisão de Imigração, 1982/83. Caracas, Vice-Cônsul, 1965/67. Caracas, Encarregado do Serviço Consular, 1965. Damasco, Segundo Secretário, 1967/69. Damasco, Encarregado de Negócios, 1968 e 1969. Bucareste, Encarregado da Legação, 1969. Damasco, Encarregado de Negócios, 1971. Budapeste, Segundo Secretário, 1973/75. Budapeste, Encarregado de Negócios, 1974. Luanda, Encarregado de Negócios, 1978. Delegação do Brasil às Conversações sobre Transportes Rodoviários, Lima, Quito e Bogotá, 1964 (membro). I Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-França, Caiena, 1981 (delegado). II Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, Brasília, 1981 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Brasília, 1983 (delegado). Professor de Prática Diplomática e Prática Consular, IRBr, 1985.

James Crawford Ferguson

Bachelor of Arts, Filosofia e Francês, Universidade de Bangor, País de Gales; Master of Arts, Lingüística e Inglês, Universidade de Leeds, Inglaterra.

Leitor de Inglês, Lycée A. Sorel, Honfleur, França, 1969/70; Professor de Inglês, St. Francis Secondary School, Makeni, Serra Leoa, 1971/72; Conferencista (Filosofia e Francês), McMaster University, Hamilton, Ontário, Canadá, 1972/74; Conferencista, Universidade de Madagascar, 1975/80; Tradutor autônomo, intérprete e professor, Paris, 1980/81.

Jean François Cleaver

Licenciatura em Português e Espanhol na Université de Provence (1973), com menção, sendo os Certificados de: Letras Espanholas; Letras Portuguesas; Civilização Portuguesa e Brasileira; Língua, Literatura e Civilização Luso Brasileira. Mestrado em Civilização Espanhola, com menção, na Universidade supra-citada (1974), sendo o Certificado: "Historia y Pensamiento de 1598 a 1898" e a Tese: "Las Hurdes, Breve Ensayo Sociológico". Escola Internacional da Aliança Francesa, Paris: Estágio intensivo de ensino áudio-visual do Francês Língua Estrangeira (período: 02.07.73 a 10.08.73; carga horária: 100 horas). Universidade de Brasília (UnB): Curso de extensão da Universidade de Brasília sobre Planejamento Educacional (período: 05 a 07.10.83; carga horária: 20 horas). Participação como Intérprete: Avaliação do Equipamento Psicológico da Criança a ser

Alfabetizada, MEC/SEPS, (período: 20 a 23.04.81); Carga horária: 20 horas Prof. Inizan, da França. Curso de Psicomotricidade para Professores de Educação Física, CRH João Pinheiro (período: 28.06 a 09.07.82; carga horária: 70 horas), Dr. Le Boulch, da École Supérieure de Commerce de Paris. Freinet e a Pré-escola, MEC/SEPS (período: Agosto 83; carga horária: 50 horas), Profa. Herman-Bredel, (idem, França). Etnopedagogia e Alfabetização, MEC/SEPS (período: 21 a 30.05.84; carga horária: 56 horas), Prof. Mauviel, da França. A Escola Aberta e a Educação Pré-Escolar, MEC/SEPS (período: 16 a 24.08.84; carga horária: 20 horas), Prof. Herman Bredel idem, França). Planejamento da Educação Pré-escolar Local: MEC/SEPS (período: 28 a 30.08.84; carga horária: 20 horas), Prof. Dinello, Univ. Libre de Bruxelles.

Experiência profissional: funções de Tradutor Intérprete; MEC/INEA, Dezembro, 1985. Atividades: acompanhamento de pesquisas e seminários. Local: MEC/SEPS AE (Convênio de Cooperação Técnica com a França) (período: de 1981 até o presente). Atividades: tradução, versão, interpretação consecutiva, elaboração de relatórios e documentos bilíngües, assessoramento de *experts* franceses. Local: Aliança Francesa de Bogotá, (período: 01.02.77 a 31.01.79), Atividades: Professor de tradução e versão literárias (Francês-Espanhol) nos cursos de preparação aos exames para estrangeiros da Sorbonne e da Aliança Francesa de Paris. Atividades de tradução, versão e/ou interpretação junto às seguintes entidades: Conselho Federal de Educação – atividade: versão, 1984; Fundação Visconde de Cabo Frio – atividade: interpretação consecutiva e versão, de 1980 até o presente. CENESP – atividade: interpretação consecutiva, 1983; Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF – Presidência/ARINT – atividade: tradução e versão, 1982 a 1983; Secretaria da Educação de Minas Gerais (Assessoria de Educação Física e Desportos Escolares) – atividade: interpretação consecutiva, 1982; Embaixada da Argélia – atividade: tradução Espanhol/Francês, 1980. Função Docente: Instituto Rio-Branco (M.R.E.); atividade: Professor de Língua Francesa, no CPCD, de 27.02.85 até o presente. Ministério da Educação e Cultura/SEPS – atividade: Professor de Língua Francesa, no âmbito do Convênio técnico supra-citado, de 05.08.80 até o presente. Ministério da Saúde – atividade: Professor de Língua Francesa, 12.03.80 a 30.11.80. Escola Americana de Brasília – atividade: Professor de Línguas Francesa e Espanhola, 16.01.80 a 18.08.80. Centro de Cultura Hispânica de Brasília – atividade: Professor de Língua e Literatura Espanholas, de 09.04.79 a 03.11.79. Eletornorte – atividade: Professor substituto de Língua Francesa; de 13.08.79 a 11.10.79. Aliança Francesa de Bogotá – atividade: Co-Diretor, Professor de Língua Francesa e de tradução/versão, animador cultural, de 01.02.77 a 31.01.79. Escola Francesa de Brasília – atividade: Professor substituto de Língua e Literatura Francesas, História e Geografia, 16.11.76 a 14.01.77. Centro de Cultura Hispânica de Brasília – atividade: Professor de Língua Espanhola, de 01.08.76 a 30.11.76. Centro de

Ensino Universitário de Brasília (CEUB) – atividade: Professor de Língua e Literatura Francesas, 14.08.76 a 07.12.76. Aprovação em Concursos: Instituto Pedagógico para o Ensino Secundário (IPES), Aix em Provence, França, 1971. Ministério da Educação Francês (CAPES) – Habilitação de Nível Superior para o exercício da docência no 2º Grau; aprovado nas provas teóricas (1975), aprovado nas provas práticas (1976); após um ano letivo de ensino supervisionado no Centro Pedagógico Regional de Marseille, de 15.09.75 a 30.04.76.

John Stanley Trzeciak

Bacharel em Ciências Sociais, Universidade de Southampton, Inglaterra. Professor no British Institute de Turim e Bolonha, Itália. Professor de Inglês para Estrangeiros em Londres e Reading.

José Carlos Brandi Aleixo

Ph.D em Ciência Política, Georgetown University, Washington, D.C., 1968. Licenciatura em Tecnologia, Universidade Pontifícia de Comillas, Santander, Espanha, 1962. Licenciatura em Letras Clássicas, PUC/RJ, 1957. Licenciatura em Filosofia, Faculdade de Nova Friburgo, RJ, 1955. Diploma do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra, 1975.

Congressos da IPSA, 1976/82. Seminários do Programa de Estudos das Relações Internacionais Latino-Americanas, 1979/81.

Professor de Ciência Política, Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, UnB, 1969/81. Ex-Chefe do Departamento de Política, UnB, 1969. Ex-Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, 1976/78. Coordenador do Curso de Especialização sobre Relações Internacionais na América Latina.

Principais trabalhos publicados: "The Catholic Church and Elections", 1969. "A Integração Latino-Americana – Considerações Políticas e Históricas sobre suas Bases, Processo e Significado", 1970. "A Política Demográfica do Brasil", in *Revista de Ciência Política*, 1974. "Migrações Internacionais de Pessoal Qualificado", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1974. "Pedro Aleixo – Testemunhos e Lições", 1976. "O Conflito El Salvador-Honduras e a Integração Centro-Americana", in *Revista de Ciência Política*, 1977. "Democracia Representativa", in *Revista de Informação Legislativa*, 1977; "A Complexa Natureza das Relações Internacionais", in *Jornal de Brasília*, 1979. "A Democracia no Mundo Contemporâneo e no Brasil", 1981. "O Voto do Analfabeto", in *Revista de Informação Legislativa*, 1981. "Características Gerais da Política Externa do Brasil", in *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 1982. "O Voto do Analfabeto no Brasil", in *Revista de Ciência Política*, 1983. "Líneas Generales de la Política Externa del Brasil", in *Estudios Internacionales*, 1983. "A Nova Estratégia dos Não-Alinhados", in *Política Estratégia*, 1983. "Simón Bolívar e o Brasil", in *Síntese*, 1983. "Visão e Atuação Internacional de Simón Bolívar", Brasília, 1983. "Valor e Papel do Con-

gresso", in *Revista de Informação Legislativa*, 1984. "Integração na América Latina", in *Revista de Informação Legislativa*, 1984. "Mercado Comum Centro-Americano", in *Revista de Informação Legislativa*, 1984. "A comemoração, no Brasil, do Bicentenário do Nascimento de Simón Bolívar", Brasília, 1984. "Visión y Actuación Internacional de Simón Bolívar", Caracas, 1984. "O Brasil e a América Central", Brasília, 1984.

Membro da Pi Sigma Alpha The National Political Science Honor Society dos Estados Unidos da América. Membro titular do Instituto Brasileiro de Filosofia. Membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos. Membro da International Political Science Association. Membro da Latin American Studies Association. Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Ordem do Rio-Branco, Oficial.

José Francisco Rezek

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966. Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFMG, 1967. Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América, 1965. Diplomas da Universidade de Harvard em curso de extensão: Instituições Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico. Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação, 1967/1968, 1970. Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional de Haia, 1968. Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris, 1970. Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do Governo francês, 1973. Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, em Direito Público Comparado, com o patrocínio do Conselho Britânico, 1978/1979, Diploma in Law pela Universidade de Oxford, 1979.

Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais mediante concurso público, 1970, Professor de Direito Internacional Público, no curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais, no curso de Doutorado, da Faculdade de Direito da UFMG, 1970. Professor Titular na UnB; Professor de Direito Internacional Público nos cursos de graduação e pós-graduação, e de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Universidade de Brasília, desde abril de 1971. Membro da Comissão Examinadora em concurso público para Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Público promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1971. Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, 1974/1976. Membro da Comissão Examinadora de tese de doutoramento em Direito Internacional, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1976. Membro da comissão de implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1974/1975. Membro da Congregação de Carreira do Curso de Mestrado em Direito da Comissão de Honra e

integrante de debates no 1º Fórum Nacional de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 1976. Coordenador do Curso de Extensão sobre a "Integração Latino-Americana", promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 1977. Coordenador do Curso de Extensão sobre a "Imunidade dos Estados Estrangeiros e de seus Agentes à Jurisdição Local", promovido pela Universidade de Brasília, 1977. Professor de Direito Internacional dos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial do CENDEC, 1977/1980. Conferencista em várias universidades, órgãos públicos e centros de pesquisa. Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1978/1979.

Procurador da República mediante concurso nacional, 1972; promovido por merecimento, 1973 e 1974. Assessor do Procurador-Geral da República, 1972/1978. Membro da Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União, 1974. Representante do Ministério Público Federal na Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Complementar sobre a organização do Ministério Público, 1977. Subprocurador-Geral da República, com exercício junto ao Supremo Tribunal Federal, 1979/1983. Ministro do Supremo Tribunal Federal, 1983. Advogado Judiciário do Estado de Minas Gerais, 1967. Assessor de Planejamento e Controle do Secretário de Estado de Administração, 1969. Secretário Jurídico do Ministro Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal, 1970/1972. Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Senado Federal para Assessor Legislativo, 1972. Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Tribunal de Contas da União para Auditor, 1975. Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Conselho de Justiça Federal para Juiz Federal, 1975. Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial (Justiça-Fazenda-Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema de guarda e destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho, 1974/1975. Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974, 1975, 1976. Presidente da Banca Examinadora em concurso público promovido pela Câmara dos Deputados para Assessor Legislativo, 1977. Representante do Ministério da Justiça no Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de examinar o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra sobre a proteção das vítimas dos conflitos armados, 1977/1978. Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty, 1979. Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para examinar as teses apresentadas por diplomatas inscritos no Curso de Altos Estudos, 1982, 1984. Membro da Comissão

designada pelo Presidente da Câmara dos Deputados para o julgamento das obras que concorreram ao 3º Prêmio Poder Legislativo, 1982.

Principais obras publicadas: "Droit des Traités: Particularités des Actes Constitutifs d'Organisations Internationales", Academia de Direito Internacional de Haia, 1968. "La Conduite des Relations Internationales dans le Droit Constitutionnel Latino-Americain", tese de doutoramento, edição subvencionada pela Universidade de Paris, Dactylo-Sorbonne, Paris, 1970. "Comunicações de Massa na Constituição Brasileira", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 2, Universidade de Brasília, 1972. "As Relações Internacionais na Constituição da Primeira República", in *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 126, Imprensa Nacional, Brasília, 1973. "O Princípio da Nacionalidade e a Aplicação da Lei Penal Brasileira", in *Boletim do Departamento de Polícia Federal*, Brasília, maio, 1973. "Perspectiva do Tratado Institucional", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 3, Universidade de Brasília, 1975. "A Questão da Nacionalidade após a Lei nº 6.092/74", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 4, Universidade de Brasília, 1976. "Perspectiva do Regime Jurídico da Extradicação", in *Estudos de Direito Público em Homenagem a Aliomar Baleeiro*, Universidade de Brasília, 1976 (segunda edição in *Relações Internacionais*, nº 1, Câmara dos Deputados, Brasília, 1978). "O Jusc colonialismo na Teoria da Responsabilidade Internacional", in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 5, Universidade de Brasília, 1976. "Organização Política do Brasil", Universidade de Brasília, Unidade I da série Estudos de Problemas Brasileiros, 1981. "A Disciplina Internacional da Nacionalidade", in *Letras Jurídicas - Revista do Instituto dos Advogados do Distrito Federal*, nº 1, Brasília, 1977; "Aspectos Elementares do Estatuto da Igualdade", in *Atualidades da Revista Forense*, nº 3, Rio de Janeiro, 1977 (2ª edição in *Boletim do Ministério da Justiça*, nº 277, Lisboa, 1978; 3ª edição in *Revista Jurídica* nº 88, Porto Alegre, 1978). "Conselho de Estado. Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros" (direção geral, introdução e notas), edição da Câmara dos Deputados e do Ministério das Relações Exteriores, 1º vol. (1842/1845), 1978; 2º vol. (1846/1848), 1979; 3º vol. (1849/1853), 1981; 4º vol. (1854/1857); Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília. "A Nacionalidade à Luz da Obra de Pontes de Miranda", in *Revista Forense*, nº 263, Rio de Janeiro, 1979. "Variantes da Extradicação e Direitos Humanos", in *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 151, Imprensa Nacional, Brasília, 1979. "Constitucionalidade do Empréstimo Compulsório de 1980", in *Revista Forense*, nº 277, Rio de Janeiro, 1982. "Limites Constitucionais da Liberdade de Trabalho", in *Revista do Serviço Público*, vol. 110-2, DASP-FUNCEP, Brasília, 1982. "Reciprocity as a Basis of Extradition", in *British Yearbook of International Law*, nº 52, Oxford, 1982. "Alcance do Veto Fundado em Contrariedade ao Interesse Público", in *Revista Forense*, nº 278, Rio de Janeiro, 1982. "Traité de Droit International Humanitaire" (parte II, cap. V), obra coletiva encomendada pela UNESCO ao Institut Henry Dunant, Genebra, no prelo. "Direito dos Tratados", Forense, Rio de Janeiro, 1984.

Grande-Oficial da Ordem de Rio-Branco, Brasil. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil. Comendador da Ordem do Mérito Militar, Brasil. Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Brasil.

Kori Carrasco Dorado

Bacharel em Humanidades. Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Curso de Idiomas, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Departamento de Linguística e Idiomas, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Licenciatura e Mestrado em Letras, Universidade de Brasília. Cursos de Arte Espanhola, Gramática em grau superior, Literatura Espanhola em grau superior, História da Espanha, Escuela de Verano Española, Madri. Curso de Teatro, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Cursos de Poesia Brasileira do Período Modernista, Surrealismo na Literatura Francesa, Teatro Brasileiro e Dramaturgia, Universidade de Brasília.

Professora de Lógica para vestibulandos, Universidade de La Paz, 1969. Monitora de Língua Portuguesa, UnB, 1978/79. Professora de Português para Estrangeiros, UnB, 1979. Professora de Língua e Literatura Espanholas, Instituto de Cultura Hispânica, desde 1978.

IV Reunião Nacional de Poetas, La Paz, 1975. I Congresso de Escritores e Poetas, La Paz, 1975. IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVII Simpósios de Literatura, Brasília, 1977/85. XXVIII Assembléia de Delegados da Confederação Mundial das Organizações dos Profissionais de Ensino, Brasília, 1980. Membro do Teatro Universitário de "San Andrés", Universidad do Teatro Universitário de "San Andrés", Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 1969/71. Membro do "Teatro Alianza Francesa", La Paz, 1971/84. Secretária de Difusão e Promoção da Nova Literatura, do Primeiro Diretório da União Boliviana de Escritores, La Paz. Autora de livros de poesia e artigos diversos, publicados em La Paz. I Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Outubro/1985, RJ.

Luiz Villarinho Pedroso

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-Ub/RJ. Curso Superior de Guerra, ESG.

Cônsul de Terceira Classe, 22 de janeiro de 1959. Segundo Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961. Primeiro Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1967. Conselheiro, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21 de setembro de 1977. Assistente do Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1962. Assistente do Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, 1969. Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/72. Chefe, interino, da Divisão da América Central, 1970. Chefe da Divi-

são de Programas de Promoção Comercial, 1981/83. Chefe, substituto, do Departamento de Promoção Comercial, 1981/83. Washington, Segundo Secretário, 1962/65. Lima, Segundo Secretário, 1965/68. Lima, Chefe do SECOM, 1966. Lima, Primeiro Secretário, 1968/69. Genebra, Delegação Permanente, Primeiro Secretário, 1972/73. Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1972/73. Caracas, Conselheiro, 1974/75. Washington, OEA, Conselheiro, 1975/76. Washington, Ministro-Conselheiro, 1977/81. Washington, OEA, Encarregado de Negócios 1978. Negociações com a Polônia de Acordo Substitutivo do Ajuste de Pagamentos e do Acordo de Comércio, 1954 e 1960 (membro). Grupo de Trabalho para o Serviço Diplomático, Rio de Janeiro, 1959 (membro). À disposição do Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia, em visita a São Paulo, 1960. Negociações de Acordo de Comércio e Pagamentos com a Tchecoslováquia, 1960 (membro). Delegação do Brasil em visita às Colônias Hong Kong e Cingapura, 1961 (secretário). Comissão de Organização da visita do Presidente da Itália, 1961 (membro). Grupo de Trabalho de Arame Farpado, Rio de Janeiro, 1962 (representante do MRE). Missão Especial do Brasil às cerimônias comemorativas do Centenário da Batalha de Callo Lima, 1966 (membro). XXV Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Rivera, Espanha, 1966 (delegado-suplente). Delegação da Petrobrás à Reunião da "Assistência Recíproca Petroleira Estatal Latino-Americana", Lima, 1968 (membro). LVI Conferência Interparlamentar, Lima, 1968 (membro). I Reunião de Consulta Aeronáutica com o Peru, Lima, 1968 (delegado). XIII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, 1969 (membro). IX Conferência da ALALC, Caracas, 1969 (membro). Comissão Preparatória da participação do Brasil na "EXPO-70", Osaka, 1969 (secretário-geral). Reunião da Comissão Especial de Consulta e Negociações, CIES, Washington, 1970 (delegado). III Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, 1971 (delegado). II Reunião Ordinária da Comissão Especial de Consulta e Negociação, CIES, Punta del Este, 1971 (membro). VII Reunião Extraordinária Anual do CIES, Panamá (1971) (delegado). Reunião do Grupo *ad hoc* de Técnicos Governamentais encarregados de estudar a possibilidade de criação de um Instituto Interamericano de Ciências da Pesca, Lima, 1972 (chefe). Conferência Interamericana Especializada sobre a aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento na América Latina, Brasília, 1972 (delegado). VII Congresso Indigenista Interamericano, Brasília, 1972 (delegado). I Congresso Interamericano Extraordinário de Turismo, Rio de Janeiro, 1972 (delegado). VIII Reunião Anual do CIES/OEA, Bogotá, 1973 (delegado). Reunião do Grupo de Trabalho sobre normas técnicas do Comitê de Produtos Industriais, GATT, Genebra, 1973 (chefe). XXXIV Sessão da Conferência Internacional da Educação, Genebra, 1973 (delegado). Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados, Genebra,

1974 (delegado-suplente). Comitê dos Peritos Governamentais de Alto Nível de Países em Desenvolvimento, membros da CEPAL, encarregado de avaliar a I metade da II Década para o Desenvolvimento da ONU, Bogotá, 1975 (representante). XVI Período de Sessões da CEPAL, Port-of-Spain, 1975 (chefe). IX Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear, Caracas, 1975 (chefe). VIII Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, Estados Unidos da América, 1978 (delegado). Reunião de Técnicos Governamentais sobre o sistema geral de preferência norte-americano, da OEA, Washington, 1978 (chefe). Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil. Professor de Promoção Comercial, IRBr, 1985.

Marília Luiza Peluso de Oliveira

Curso de Geografia (Bacharel e Licenciado), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, 1959/1962. Complementação do Curso de Bacharel, realizado no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 1979. Pós-Graduação: Curso de Especialização em Planejamento Urbano, realizado na Universidade de Brasília, 1978. Curso de Mestrado em Planejamento Urbano, realizado na Universidade de Brasília, 1980/82. Título de Mestre em Planejamento Urbano, obtido com a aprovação da dissertação intitulada "O Mercado Imobiliário Urbano na Periferia do Distrito Federal: Um Estudo de Caso – A Cidade Ocidental", 1983.

Funções: Professora nomeada da Cadeira de Geografia do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, SC, 1962/64. Professora Catedrática das Cadeiras de Geografia Geral do Brasil e Regional, do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, SC, 1965. Chefe do Departamento de Geografia do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, SC, 1967/70. Professora de Geografia do Brasil, do Instituto Rio-Branco, Brasília-DF, 1983/85. Professora de Geografia da América Latina, no Seminário sobre América Latina, realizado no Instituto Rio-Branco, Brasília-DF, 1984/85. Serviços de assessoria técnica prestados à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) para o trabalho "Organização do Território e da População do Distrito Federal", 1984/85. Professora de Geografia do Brasil II e Geografia Humana e Econômica, na Universidade de Brasília, 1985. Professora de Introdução à Ciência Geográfica e Geografia Humana e Econômica na Universidade de Brasília, 1985.

Bolsas: Bolsa do CNDU, durante a elaboração da dissertação para o Mestrado. Bolsa Especial de Pesquisa para o Desenvolvimento Científico Regional, categoria Pesquisador 3, Nível C, concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o intuito de elaborar pesquisa de campo intitulada "As modificações recentes na estrutura urbana nas cidades de porte-médio do Centro-Oeste brasileiro e

o caso dos loteamentos periféricos". Cursos de Extensão: "Urbanização do Brasil, Aspectos Jurídicos", realizado na UnB (duração: 14 horas), 1978. Seminário "Organização Regional do Brasil", realizado na UnB (duração: 24 horas), 1978. Arquitetura, Urbanismo e Participação do Cidadão", promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, ministrado pelo sociólogo Manuel Castells (duração 12 horas), 1982. "Processos Urbanos e Organização do Espaço", realizado na UnB (duração: 18 horas), 1982. Seminário "Agricultura Ano 2000, perspectivas para o Brasil", organizado pelo Ministério da Agricultura, e o Projeto PNUD/FAD/BRA, realizado em Brasília, no período de 5 a 9 de dezembro de 1983.

Associações a que pertence: Associação dos Geógrafos Brasileiros — Diretora Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção DF, 1980/1982; Diretora Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção DF, 1984/1986.

Trabalhos Publicados: "Notas sobre a Organização Espacial Periférica do Distrito Federal", *In Projeção*, 4(27): 40-47, 1980. "Esboço de Análise da Segregação Espacial na História do Brasil", *In 1º Ciclo de Palestra*, AGB — DF — 1981. Sinopse da dissertação para o Mestrado publicado em *Habitat*, 2(4): 7, jul./ago./set./out., 1983. Referência à dissertação para o Mestrado em *Esaf Informa*, II (8): 2, dezembro de 1983. Relatório parcial da pesquisa "As modificações recentes na estrutura urbana nas cidades de porte-médio do Centro-Oeste brasileiro", referente à cidade de Sinop — divulgação restrita. "Ceres, uma pequena cidade da fronteira agrícola", aceita para publicação no Cahiers O.R.S.T.O.M., Série Sciences Humaines, em 1986, *In CODEPLAN*. "Caracterização do Território e da População do Distrito Federal", vol. 9. Ceilândia; vol. 4. Brazlândia, Brasília, 1984. "Contradições e conflitos no espaço de classes: centro *versus* periferia", *in* PAVIANI, Aldo (org.), em preparação.

Palestras proferidas: "Esboço de Análise da Segregação Espacial na História do Brasil", *in* 1º Ciclo de Palestras promovido pela AGB — seção DF; entre 7 e 28 de maio de 1981. "Marginalidade e Dependência: Algumas questões sobre a identificação das populações marginais e o problema do mercado de trabalho", *in* 2º Ciclo de Palestras, promovido pela AGB — seção DF, entre 1 e 25 de novembro de 1981.

Coordenadora dos debates no 1º Seminário de Atualização em Geografia, patrocinado pela AGB — seção DF, em setembro de 1982.

Trabalhos na comunidade: "Sugestões para a abordagem da Geografia do Brasil no 1º e 2º graus", aula no Curso de Atualização para professores de Geografia do 1º grau, patrocinado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção local/DF, julho de 1985.

Michio Yamaguchi

Bacharel em Direito, Keio University, Tóquio, 1932. Professor de Japones em São Paulo, Goiás e Brasília. 22 de novembro de 1980, Julho de 1983: Fundador da Associação de Intercâmbio Cultural Brasil Japão,

(AICBJ); Eleito para Conselho Fiscal efetivo. Julho de 1983 — julho de 1985: Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Julho de 1985: Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Março de 1983: Fundador do Instituto Midori, escola da língua japonesa em Brasília, DF. Diretor e professor do Instituto Midori.

Luiz Augusto de Castro Neves

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, UF/RJ. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial. Curso de Mestrado em Economia, University College, Universidade de Londres. Curso de Altos Estudos, IRBr. Diploma em Língua Inglesa pela Universidade de Cambridge. Terceiro Secretário, 1968. Segundo Secretário, 1972. Primeiro Secretário, 1978. Conselheiro, 1981.

Assistente junto à Assessoria Especial do Ministro de Estado, 1969/71. Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1977/79. Assistente do Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1978/80. Chefe, substituto, da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1980. Membro da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1981/85. Subchefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1985. Governador-suplente do Brasil na Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, 1982/85. Professor da Universidade de Brasília, desde 1979. Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1972. Buenos Aires, Segundo Secretário, 1973. Londres, Segundo Secretário, 1974/77.

Patrick Kevin Redmond

Bacharelato em Letras, Universidade de Cluain Mhuire, Institute of Higher Studies, Galway, Irlanda, 1954; Licenciatura em Teologia, Alfonsianum, Roma, 1959.

Atividades profissionais: Diretor do Colégio Agrícola, Pedro Afonso, GO. Professor de Inglês, Colégio São Clemente, Fortaleza, CE. Tradutor e intérprete, Teresina, PI. Professor de Inglês e coordenador do treinamento de professores, Curso BRASAS, 1977/79. Cursos ministrados no Ministério do Interior, 1977/78; no Ministério da Agricultura, 1979; na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, 1979; no Ministério das Comunicações, 1980/81. Cursos de Inglês no Banco do Brasil e Banco Lar Brasileiro. Professor do Instituto Britânico Independente.

Raphael Valentino Sobrinho

Formação e atividades universitárias: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Prêmio Rodrigues Alves Filho (1958), Prêmio Vicente Rão (1956 e 1957), Prêmio Theodureto de Camargo Filho (1957), Prêmio Waldemar Ferreira (1956 e

1957), Prêmio Francisco Emílgio da Fonseca Pacheco (1958), Prêmio do Instituto dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (1958), Prêmio Philadelpho de Azevedo (1956, 1957 e 1958), Prêmio basileu Garcia (1956 e 1957), Prêmio Livreiro Saraiva (1958), Prêmio João Arruda (1959), Prêmio da Associação dos Advogados de São Paulo (1958), Prêmio da Editora Lex (1958), todos da Universidade de São Paulo. Membro Associado da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (1969). Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, Universidade de Paris (1959 e 1960). Doutor em Economia Política, aprovado com distinção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Livre-Docente, por concurso, aprovado com distinção, da cadeira de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco, 1978. Mestre em Economia e História Econômica ("Area Studies"), pelo University College, da Universidade de Londres (1979). Professor de Direito Internacional Público, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, 1968. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1968. Professor de Relações Internacionais, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1969. Professor de Problemas Internacionais Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1969. Professor de Direito Constitucional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1969/1970 e 1972. Professor de Problemas Econômicos Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1970/74. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1974. Livre-Docente de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conferencista da Escola Naval, Cursos de Direito Internacional, 1968/1972 e de Economia Internacional, 1969/74. Professor de Relações Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Política Internacional, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972/74. Professor de Economia Política, Universidade do Estado da Guanabara, 1973/74. Professor de Economia do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco, 1983/84. Examinador de Economia do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1983. Pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984).

Publicações: "A Plataforma Continental", Revista do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1964. "O Estado Comerciante nas Relações Internacionais", Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, 1964. "A Denegação de Justiça e o Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América", Revista Brasileira de Direito Processual Civil, Saraiva, 1966. "A Irrigação e a

Revolução Agrícola no Brasil", Estudos APEC, 1969. "O Nordeste Brasileiro na Perspectiva Internacional", Estudos APEC, 1969. "O Nordeste e as Três Verdades do Desenvolvimento", Estudos APEC, 1971. "O Brasil ante a Alternativa Comercial Européia", Estudos APEC, 1971. "Ajuda Internacional e Desenvolvimento", in *As Nações Unidas e os Problemas Internacionais*, Fundação Getúlio Vargas, 1974. "Política e Comércio Internacional", Estudos APEC, 1974. "O Macrodesafio das Exportações", Estudos APEC, 1974. "A Função Empresa na Integração Latino-Americana" (tese de livre-docência), APEC, 1975. "Direito Internacional Público" (em co-autoria), Escola de Guerra Naval, 1974. "A Estratégia Atual da Política Externa Brasileira", Livraria José Olímpio Editora, 1975. "Growth with Inflation in Brazil (1968-1973): its causes, origins and consequences" (Londres, Universidade de Londres, Institute of Latin American Studies, tese de mestrado, 1979; edição pública no prelo, com prefácio do Professor Gilberto Freyre). "Theories of diffusion and dependency" e "Brazil, a country study" (co-autor), in Christopher Saunders (ed.), *The Political Economy of New and Old Industrial Countries* (Londres, Butterworths, 1981). "O Charme Discreto da Destruição Criadora", Caderno Especial do Jornal do Brasil, 10.02.85 – p. 5. "O Suicídio dos Méritos do Capitalismo", Caderno Especial do Jornal do Brasil, 14.04.85, p.2. "A Política Exterior do Brasil", Digesto Econômico (janeiro-fevereiro 1985, pp. 44-66), Ano XLI, nº 310.

Atividades profissionais – Promoções diplomáticas: Terceiro Secretário, concurso, 20.01.1964. Segundo Secretário, merecimento, 31.12.1967. Primeiro Secretário, merecimento, 19.01.1973. Conselheiro, merecimento, 29.06.1979. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21.12.1983. Postos e missões: Membro da Comissão de Estudos do Direito do Mar, 1963 (representante do Ministério das Relações Exteriores). Assistente do Secretário-Geral para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1964. À disposição do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965/66 (Subchefe da Assessoria Internacional). À disposição do Ministério do Interior, 1967/72 (Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional). À disposição da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Lima, 1971 (membro). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1971 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Bogotá, 1972 (delegado). Conferência da ONU sobre Meio-Ambiente, Estocolmo, 1972 (assessor). Coordenador de Ensino do Instituto Rio-Branco, 1973/1974. Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Londres, 1974/1979. Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, 1979/1982. XXVI Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Conferência Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Londres, 1975 (delegado). XI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica e da XXXIV Sessão do Conselho da

IMCO, Londres, 1975 (chefe). Grupo de Trabalho Orçamentário da International Maritime Consultive Organization (IMCO), 1975 (representante). XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (delegado). XXVII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Reunião do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe). Reunião do Grupo Preparatório do Conselho Internacional do Trigo (chefe). Reunião do Subgrupo de Peritos do Grupo de Trabalho Intersessional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Oslo, 1975 (chefe). Negociações sobre transporte aéreo com o Department of Trade, Reino Unido, 1975 (membro da delegação). XXVIII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). IX Assembléia da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Comitê de Proteção do Meio-Ambiente Marinho, Londres, 1975 (chefe). Participante do Seminário sobre Reforma Monetária Internacional, patrocinado pelo Institut Atlantique de Paris, em Jouy-en-Josas, 1975. II Sessão da II Conferência Intergovernamental sobre a Implantação de um Sistema Global de Comunicações Marítimas via Satélite, IMCO, Londres, 1976 (delegado). Chefe do Setor Econômico-Financeiro da Embaixada em Londres (1976/1982). À disposição do Gabinete do Ministro da Fazenda para exercer a função de Consultor Especial do Presidente do Banco Central do Brasil, a partir de setembro de 1982. Representante da Embaixada em Londres nas Reuniões de Coordenação dos Chefes de Setores Econômicos das Embaixadas junto aos países da Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas (1976-1982). Representante da Embaixada em Londres no Seminário do Financial Times, preparatório da Reunião de Chefes de Estado em Cancún (1981). Representante da Embaixada em Londres no Royal Institute of International Affairs (Chatam House), Londres, de 1976 a 1982. Integrante das Delegações brasileiras para conversações informais com o Department of Trade sobre concessão de garantias do Export Credit Guarantee Department, do Reino Unido (1976-1982). À disposição da Delegação Interparlamentar Brasileira que visitou o Reino Unido a convite da Seção Britânica da União Interparlamentar (1978). À disposição do Vice-Presidente eleito do Brasil, em visita oficial ao Reino Unido, em 1979. À disposição do Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil em visitas oficiais a Londres (1980 e 1982). À disposição do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministro da Fazenda, em sucessivas visitas a Londres, para conversações financeiras (1976 a 1982). Conferencista e representante da Embaixada em Londres no Overseas Development Institute, de Londres. Participante do Seminário "The Political Economy of New and Old Industrial Countries", promovido pela Universidade da Sussex, 1980. Negociador do Projeto IV de endividamento externo brasileiro, em Londres e Paris, 1983.

Condecorações: Medalha do Centenário de Lauro Müller, Brasil. Membro

Honorário da Real Ordem Vitoriana, Reino Unido. Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil. Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Regis Novaes de Oliveira

Rio de Janeiro/RJ, 23 de maio de 1937. Filho de Emore Dantas de Oliveira e Giselda Novaes de Oliveira.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UDF.

Terceiro Secretário, 07 de dezembro de 1961. Segundo Secretário, antigüidade, 22 de novembro de 1966. Primeiro Secretário, merecimento, 05 de maio de 1972. Conselheiro, antigüidade, 02 de março de 1979.

Assistente do Chefe da Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais, 1963. Assistente do Secretário-Geral, 1963. Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1971/74. Assistente do Chefe da Divisão de Organismos Internacionais Especializados, 1974. Washington, OEA, Terceiro Secretário, 1964/66. Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1966. La Paz, Terceiro Secretário, 1966/67. La Paz, Segundo Secretário, 1967/68. La Paz, Encarregado de Negócios, 1966/67. Atenas, Segundo Secretário, 1969/70. Roma, Primeiro Secretário, 1975/78. Trípoli, Encarregado de Negócios, 1978 e 1979. Trípoli, Primeiro Secretário, 1978/79. Trípoli, Conselheiro, 1979/81. Genebra, Côsul, 1981/83. À disposição do Cerimonial durante a visita do Presidente dos EUA, 1962. Comissão Organizadora da VII Conferência Regional da FAO, Rio de Janeiro, 1962 (membro). Grupo Preparatório da Conferência de Plenipotenciários sobre Relações Consulares, 1963 (membro). I CIE, Washington, 1964 (membro). IX Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, Washington, 1964 (membro). II CIE, Rio de Janeiro, 1965 (membro). X Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, Santo Domingo, 1965 (membro da Comissão Especial). LI e LIII Sessões do ECOSOC, Genebra, 1971 e 1972 (membro). II Sessão do Comitê de Recursos Naturais, ECOSOC, Nairobi, 1972 (membro). Reunião de Peritos Não-Alinhados sobre Recursos Naturais, Santiago, 1973 (observador). Comissão Mista Brasil-Espanha, Brasília, 1974 (membro). Conferência sobre Direito Internacional Humanitário, Genebra, 1975 (membro). V Reunião do Conselho de Administração do UNEP, Nairobi, 1977 (membro).

Ordem de Rio Branco, Cavaleiro, Brasil. Medalha Lauro Müller, Brasil. Ordem do Condor dos Andes, Oficial, Bolívia. Ordem do Sol, Cavaleiro, Peru. Ordem da Estrela, Cavaleiro, Iugoslávia.

Ricardo Drummond de Mello

Belo Horizonte/MG, 02 de dezembro de 1943. Filho de Carlos Alfredo Dias de Mello e Carmem Drummond de Mello.

Bacharel em Ciências Econômicas, FCE-UEG. Curso de Pós-Graduação sobre Planejamento do Desenvolvimento Econômico. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971. Segundo Secretário, antigüidade, 15 de julho de 1976. Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980.

Assistente do Chefe da Divisão Consular, 1971. Assistente do Assessor do Ministro de Estado, 1972. Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1973/74. Sub-Chefe da Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas (DEPE), (1984/85). Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1974/76. Londres, Segundo Secretário, 1977/79. Praga, Primeiro Secretário, 1980/83. Praga, Encarregado de Negócios, 1981. Reunião de Consulta Brasil-Argentina sobre Transporte Aéreo, Buenos Aires, 1974 (delegado). Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC, Buenos Aires, 1975 (delegado). Comitê Permanente de Buenos Aires, CEBAC, 1975 (integrante). VII Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC, Buenos Aires, 1976 (delegado). VI Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC, Rio de Janeiro, 1976 (delegado). X Sessão da Assembléia da IMO, Londres, 1977 (delegado). Conferência extraordinária da IMO para adoção de dois Protocolos às Convenções SOLAS E MARPOL, 1978 (delegado). Reuniões do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1977/79 (delegado). XIV, XV, XVI, XVII, XVIII Sessões do Comitê de Cooperação Técnica Marítima Consultiva Intergovernamental (IMO), Londres, Reino Unido, 1977/80 (delegado). X Sessão Extraordinária do Conselho e na XI Sessão da Assembléia da IMO, Londres, 1979. XXXVII, XXXVIII, XL, XLI e XLII Sessões do Comitê de Segurança Marítima da IMO, Londres, 1979 e 1980 (delegado). I Sessão da Assembléia das Partes da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - INMARSAT, Londres, 1979 (delegado). Conferência da IMO de Adoção da Convenção sobre Treinamento e Salvamento Marítimo, Hamburgo, 1979 (delegado). Assembléia da Comissão Internacional da Baleia, Brighton, 1980 (delegado). Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, Praga, 1980 (delegado). Negociações da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda com o Governo da Tchecoslováquia, Praga, 1982 (delegado). Delegado à Assembléia Anual do BID, Viena, 1985.

Rubens Ricupero

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, USP. Estágio na AIEA, Viena.
Cônsul de Terceira Classe, 1961. Segundo Secretário, 1964. Primeiro Secretário, 1970. Conselheiro, 1973. Ministro de Segunda Classe, 1978. Ministro de Primeira Classe 1982.
Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1961/63. Assessor do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1961/63. Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1971/74. Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1977/80. Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1980/81. Chefe do Departamento das Américas, 1981/85. Subchefe Especial do

Gabinete Civil da Presidência da República, 1985. Viena, Terceiro Secretário, 1963/64. Viena, Segundo Secretário, 1964/66. Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/69. Buenos Aires, chefe do Serviço de Promoção Comercial, 1967/69. Quito, Segundo Secretário, 1969/70. Quito, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970. Quito, Primeiro Secretário, 1970/71. Quito, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971. Washington, Conselheiro, 1974/77.

Professor de Teoria das Relações Internacionais, UnB, 1979/85. Professor de Integração Regional, UnB, 1980/82. Professor de História das Relações Diplomáticas do Brasil, IRBr, 1980/84. Professor de Problemas Diplomáticos Contemporâneos, UnB, 1982/85. Professor do Curso de Mestrado em Relações Internacionais da UnB, 1984/85. Membro da Comissão de Seleção para o Curso de Mestrado em Relações Internacionais da UnB, 1985. Membro da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do IRBr (Cursos III, IV, V, VI, VII e VIII, de 1980 a 1984). Professor dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas realizados pelo IRBr em colaboração com a UNITAR no Suriname e no Gabão. Professor Emérito da Academia Diplomática do Peru.

Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional. Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória. Membro do Conselho da Fundação Bial de São Paulo. Membro do Conselho Consultivo do Centro Alceu Amoroso Lima. Membro do Conselho Diretor da Fundação Alexandre de Gusmão.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva. Prêmio Rio Branco.

Sérgio França Danese

Bacharel em Letras Modernas (Português, Francês e Espanhol), Universidade de São Paulo. Curso de Pós-Graduação em Letras Ibero-Americanas, Universidade Nacional Autônoma do México. Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1985.

Terceiro Secretário, 15 de dezembro de 1981. Segundo Secretário, 28 de junho de 1984.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1981/82. Assistente do Chefe do Departamento das Américas, 1982/85. Assessor do Gabinete Civil da Presidência da República, 1985.

Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil, Instituto Rio Branco, 1982/85.

"A Diplomacia na República Velha: uma perspectiva", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, XXVII, 105-108, pp. 47-59.

Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil.

Sara Burkitt Walker

Bachelor of Arts, Línguas Modernas (Francês e Espanhol), Universidade de Oxford, 1960/63. Master of Arts (estudos latino-americanos), Univer-

sidade de Londres, 1966/67. Royal Society of Arts Certificate in the Teaching of English as a Foreign Language, 1972. Professora de Inglês, C.E.G. Émile Dupont, Alençon — Ome, França, 1963/64. Professora de Línguas Modernas, Sutton High School, Surrey, Inglaterra, 1964/66. Conferencista em Técnicas de Versão, British Council London Overseas Student Centre, 1965/1967. Professora no British Council, Curso de Verão, Universidade de Poznan, Polônia, 1967. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, 1967/69. Professora-Chefe, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Brasília, 1969/1972. Diretora de Ensino, Instituto Britânico Independente (IBI), Brasília, desde 1973. Oficial da Ordem de Rio Branco, Brasil.

Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo

Licenciatura em Letras Modernas, Português-Inglês, Universidade Católica de Goiás, 1965/68. Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 1977. Doutorado em Linguística, Universidade de Lancaster, Inglaterra, 1983. Cursos de especialização em Linguística: Análise Sociolinguística, UnB, 1978; Tópicos de Filosofia da Linguagem, UnB, 1979; Variação Linguística no Léxico do Português, UnB 1981. Cursos de pós-graduação: "Summer Linguistics Program", Universidade do Texas em Austin, 1979; Atualização em Sociolinguística, Universidade do Texas em Austin (bolsa de estudos), 1978/79; Programa Regional de Especialização em Educação — FREPES, Universidade Católica de Minas Gerais, 1974/75.

Subchefe do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, 1969. Orientadora técnico-pedagógica do Instituto de Idiomas Yázigí, Rio Verde, GO, 1971/72. Diretora do Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Diretora da Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/74. Professora de Língua Portuguesa, Linguística e Didática Especial do Inglês, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/75. Professora de Língua Inglesa e Didática Especial do Inglês, Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Professora de Filosofia Portuguesa, Universidade Católica de Goiás, 1969. Professora de Língua Portuguesa, Linguística e Sociolinguística, UnB, 1975/84.

Apresentação de trabalhos nos seguintes encontros: Second Symposium on Portuguese Traditions, University of California, 1979. 8th LACUS (Linguistic Association of Canada and the United States) Forum, Toronto, 1981. IV, V e VI Encontro Nacional de Linguística, PUC/RJ, 1979, 1980 e 1981. Conferencista na Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, UnB, Casa Thomas Jefferson, 1972/81. Trabalhos publicados: "A Odisséia" (adaptação em prosa), Rio, Mattos Peixoto, 1964. "What could it be", in *Nota Bene*, Lake Eric College

Literary Annual, 8, 1965. "Curso Prático de Língua Portuguesa: I — a coordenação; II — a subordinação, 2 vols.; III — concordância verbal e nominal; IV — a variabilidade linguística", Brasília, MEC/DSU, 1977/78. "Projeto Logos II: Língua Portuguesa" (participação), MEC/DSU/CETEB, 1978. "A língua portuguesa no Brasil", in *Letras de Hoje*, 34, 1978. "O pronome 'se' apassivador?", in *Meridiano*, Universidade do Texas, 7/8, 1978. "Adequação das máximas de conversação de Grice: brevidade", in *Anais do IV Encontro Nacional de Linguística*, PUC/RJ, 1979. "O fator cultural na compreensão da leitura" (co-autora), id. ib. "Linguagem masculina e feminina: o emprego da gíria", in *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*, PUC/RJ, 1980. "A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social", id. ib. (também in *Ensaaios de Linguística Aplicada ao Português*, Brasília, Thesaurus, 1981). "Por que a tradutologia precisa do sociolinguista", in *Estudos de Tradutologia*, Brasília, Kontakt, 1981. Diversidade linguística: uma nova abordagem do processo educacional", in *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, CNPq, (12 (4), 1981. "Análise e diagnose de erros no ensino da língua materna", in *Anais do VI Encontro Nacional de Linguística*, PUC/RJ, 1981. "O fator cultural na compreensão da leitura" (co-autora), in *Ensaaios de Linguística Aplicada ao Português*, Brasília, Thesaurus, 1981. "On nonstandard subject-verb agreement in Portuguese", in Gutwinski, W. and Jolly, G. (eds.), *The Eighth LACUS Forum 1981*, Columbia, Hornbeam Press, 1982. "Language change and social networks: an exploratory study of rural migrants in Brasília", X World Congress of Sociology, Mexico City, August 16-21, Sociological Abstracts suppl, 1982. "Congresso Mundial de Sociologia", in *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, CNPq, 13(5), 1982. "Review of Language and social networks, Milroy, L. Oxford, Basil Blackwell, 1980", in *Linguagem*, 1, 1983. "The sociolinguistic situation in Brazil", in *Sociolinguistics* (Newsletter), 14(1), 1983. "Aprendizagem da língua materna: abordagem interdisciplinar do tema", in *Anais do Seminário sobre Aprendizagem da Língua Materna*, MEC/INEP, Brasília, 1984. "Problemas de comunicação interdialeto", in *Tempo Brasileiro*, 78/79, 1984. "The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistics study in Brazil", in *Cambridge Studies in Linguistics: supplementary volume*, Cambridge University Press (no prelo). "Leitura e cultura: a contribuição da sociolinguística", in *Anais do I Encontro Interdisciplinar de Leitura*, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (no prelo).

LEGISLAÇÃO

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 18 de fevereiro e 18 de março de 1985, as matrículas para o Décimo Segundo Curso de Altos Estudos (XII CAE).

2. O XII CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio-Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) defesa oral do trabalho perante Banca Examinadora *ad hoc*; e
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XII CAE será solicitada mediante o preenchimento e o envio ao Instituto Rio-Branco, até o dia 18 de março de 1985, de formulário conforme o modelo anexo ao presente edital.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto, suficientemente desenvolvido de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. O Diretor do Instituto Rio-Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil.

6. O Diretor do Instituto Rio-Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares sobre o tema a ser desenvolvido.

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema de seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação do Diretor do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio-Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antigüidade.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio-Branco, impreterivelmente, até o dia 28 de fevereiro de 1986, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas.

10. O trabalho deverá refletir, preferivelmente, a experiência profissional do autor. No que respeita à sua apresentação, cabem as seguintes observações:

- a) inexistem limites rígidos para sua extensão, sendo conveniente, contudo, que o texto (exclusão feita de índices, gráficos, mapas, notas bibliográficas e anexos) se situe entre 80 (oitenta) e 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas, em papel de formato ofício;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará a avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que não apresentem as qualidades mínimas indispensáveis. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma Presidência. Cada câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 30 de abril de 1986, a Banca Examinadora comunicará o resultado de sua avaliação ao Instituto Rio-Branco, que dele dará conhecimento aos interessados.

14. Os candidatos que tiverem seus trabalhos recusados nessa primeira fase poderão apresentar, em Curso posterior, versão revista e aperfeiçoada dos mesmos, ou propor novo tema.

15. Os candidatos cujos trabalhos forem aceitos serão convocados, pelo Instituto Rio-Branco, para a fase final do XII CAE, que se realizará em Brasília, entre 26 de maio e 6 de junho de 1986, e se constituirá na defesa oral dos trabalhos escritos e no estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A aprovação no Curso de Altos Estudos será por conceito, que refletirá a avaliação do candidato no preparo do trabalho escrito, na condução de sua defesa oral e no seu desempenho durante o estágio de atualização.

Brasília, em 22 de janeiro de 1985.

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e da Portaria da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1985 as matrículas para o Décimo Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XII CAD).

Décimo Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão matricular-se no XII CAD os Segundos Secretários lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital.

3. É a seguinte a relação das disciplinas do XII CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Prática Diplomática e Consular
- iv) Organização e Métodos de Trabalho
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Economia Brasileira, Tendências do Desenvolvimento nacional.

4. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e demais material informativo, para orientação dos estudos durante o Curso.

5. Haverá exames finais das matérias acima relacionadas, em fevereiro de 1986, de acordo com o seguinte cronograma:

- dia 12 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- dia 13 — Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE;
- dia 14 — Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira.

6. As provas serão escritas, sem qualquer identificação de autor, e serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito "suficiente" ou "insuficiente". Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem o mínimo de dois conceitos "suficiente" no conjunto das três provas.

8. Concluída a avaliação, os alunos não aprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao Diretor do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado.

10. O Diretor do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima e, até o dia 2 de junho de 1986, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irrecorrível.

11. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada ao Diretor do Instituto.

12. Está prevista, em princípio, para fevereiro de 1986 a abertura de inscrição para XIII CAD, com provas a serem realizadas em fevereiro de 1987.

DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Os alunos matriculados no XII CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo atualizados os textos básicos a elas referentes, durante o desenrolar do Curso.

14. A aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas constitui, nos termos do artigo 15, item IV, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão do Segundo Secretário no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Primeiro Secretário.

Brasília, em 22 de janeiro de 1985.

Retificação

Editais de 10.01.84, de 13.07.84 e 22.01.85

Nos Editais publicados na Circular postal nº 7.820, de 10.01.84; nº 8.007, de 13.07.84 e nº 8.163, de 22.01.85, acrescentar, após o parágrafo 18, os dois seguintes parágrafos:

19. Os candidatos não aprovados na fase final do presente CAE poderão requerer matrícula em Curso posterior, sendo-lhes vedada, entretanto, a reapresentação do mesmo trabalho.

20. O Instituto Rio-Branco recorda que, a partir de 15 de agosto de 1982, a aprovação no Curso de Altos Estudos passou a constituir, nos termos do artigo 15, inciso II, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão dos Conselheiros no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Ministro de Segunda Classe.

Brasília, em 16 de maio de 1985.

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 5 de agosto e 5 de setembro de 1985, as matrículas para o Décimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XIII CAE).

2. O XIII CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio-Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) defesa oral do trabalho perante banca Examinadora *ad hoc*; e
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XIII CAE será solicitada mediante o preenchimento e o envio ao Instituto Rio-Branco, até o dia 5 de setembro de 1985, de formulário conforme o modelo anexo ao presente edital.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. O Diretor do Instituto Rio-Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil.

6. O Diretor do Instituto Rio-Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares sobre o tema a ser desenvolvido.

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema de seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação do Diretor do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio-Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio-Branco, impreterivelmente, até o dia 1º de setembro de 1986, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas.

10. O trabalho deverá refletir, preferivelmente, a experiência profissional do autor. No que respeita à sua apresentação, cabem as seguintes observações:

- a) inexistem limites rígidos para sua extensão, sendo conveniente, contudo, que o texto (exclusão feita de índices, gráficos, mapas, notas bibliográficas e anexos) se situe entre 80 (oitenta) e 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas, em papel de formato ofício;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;

- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará a avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que não apresentem as qualidades mínimas indispensáveis. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo sempre sob a mesma Presidência. Cada câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 31 de outubro de 1986, a Banca Examinadora comunicará o resultado de sua avaliação ao Instituto Rio-Branco, que dele dará conhecimento aos interessados.

14. Os candidatos que tiverem seus trabalhos recusados nessa primeira fase poderão apresentar, em Curso posterior, versão revista e aperfeiçoada dos mesmos, ou propor novo tema.

15. Os candidatos cujos trabalhos forem aceitos serão convocados, pelo Instituto Rio-Branco, para a fase final do XIII CAE, que se realizará em Brasília, entre 17 e 28 de novembro de 1986, e se constituirá na defesa oral dos trabalhos escritos e no estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a

conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A aprovação no Curso de Altos Estudos será por conceito, que refletirá a avaliação do candidato no preparo do trabalho escrito, na condução de sua defesa oral e no seu desempenho durante o estágio de atualização.

19. Os candidatos não aprovados na fase final do presente CAE poderão requerer matrícula em Curso posterior, sendo-lhe vedada, entretanto, a reapresentação do mesmo trabalho.

20. O Instituto Rio-Branco recorda que, a partir de 15 de agosto de 1982, a aprovação no Curso de Altos Estudos passou a constituir, nos termos do artigo 15, inciso II, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão dos Conselheiros no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Ministro de Segunda Classe.

Brasília, em 10 de julho de 1985.

EDITAL

Retificação

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público as modificações que se seguem ao Edital de 10 de julho de 1985, relativo ao Décimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XIII CAE):

- a) com referência no parágrafo 13 do citado Edital, modifica-se de 31 de outubro de 1986 para 17 de outubro do mesmo ano a data para a Banca Examinadora comunicar ao Instituto Rio-Branco o resultado de sua avaliação;
- b) com referência ao parágrafo 15 do citado Edital, modifica-se de 17 a 28 de novembro de 1986 para 10 a 21 de novembro do mesmo ano o período para a fase final do XIII CAE (defesa oral e estágio de atualização);
- c) com referência ao parágrafo 9º do citado Edital, embora seja mantida a data-limite de 1º de setembro de 1986 para a entrega dos trabalhos, seria apreciado que, na medida do possível, os mesmos fossem entregues antes dessa data.

Brasília, em 7 de julho de 1986.

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e da Portaria da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 5 de agosto a 5 de setembro de 1985, as matrículas para o Décimo Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XIII CAD).

Décimo Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão matricular-se no XIII CAD os Segundos Secretários lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital.

3. É a seguinte a relação das disciplinas do XIII CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Prática Diplomática e Consular
- iv) Organização e Métodos de Trabalho
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Economia Brasileira, Tendências do Desenvolvimento Nacional.

4. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e demais material informativo, para orientação dos estudos durante o Curso.

5. Haverá exames finais das matérias acima relacionadas, em agosto de 1986, de acordo com o seguinte cronograma:

Dia 12 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;

Dia 13 — Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE;

Dia 14 — Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira.

6. As provas serão escritas, sem qualquer identificação de autor, e serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito "suficiente" ou "insuficiente". Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem o mínimo de dois conceitos "suficiente" no conjunto das três provas.

8. Concluída a avaliação, os alunos não aprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao Diretor do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado.

10. O Diretor do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima e, até o dia 2 de dezembro de 1986, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irrecorrível.

11. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada ao Diretor do Instituto.

12. Está prevista, em princípio, para fevereiro de 1986 a abertura de inscrição para o XIV CAD, com provas a serem realizadas em fevereiro de 1987.

DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Os alunos matriculados no XIII CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo atualizados os textos básicos a elas referentes, durante o desenrolar do Curso.

14. A aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas constitui, nos termos do artigo 15, item IV, do Decreto nº 86.019, de 21 de maio de 1981, requisito indispensável para a inclusão do Segundo Secretário no Quadro de Acesso, para fins de progressão funcional a Primeiro Secretário.

Brasília, em 10 de julho de 1985.

PORTARIA Nº 558 DE 05 DE MARÇO DE 1985.

(Publicada no Diário Oficial de 13.03.1985)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 6º do Decreto nº 68.885, de julho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada *ex vi* do Decreto nº 75.350, de 4 de fevereiro de 1975,

Resolve:

Aprovar o Anexo Único desta Portaria, Regulamento do Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores.

PORTARIA Nº 561, DE 19 DE AGOSTO DE 1985.

(Publicada no Diário Oficial de 29.08.1985)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada *ex vi* do Decreto nº 75.350, de 5 de fevereiro de 1975,

Resolve:

Alterar o item *b* do artigo 5º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, publicada no Diário Oficial de 13 daquele mês, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º Para sua inscrição, os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

a)

b) contar no mínimo dezenove anos e no máximo trinta anos, no dia 31 de dezembro do ano do concurso;"

PORTARIA Nº 564 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1985

(Publicada no Diário Oficial de 2.12.1985)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no Artigo 15 do mesmo decreto,

Resolve:

Aprovar as instruções e os programas do Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio-Branco, a ser realizado em 1986.

O Diretor do Instituto Rio-Branco divulgará, por Edital, as instruções e os programas, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

EDITAL DE 28 DE NOVEMBRO DE 1985

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, de 24 de fevereiro a 24 de março de 1986, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedece-

rá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 564, de 28 de novembro de 1985, que acompanham o presente Edital.

2. As inscrições poderão ser feitas:

a) na sede do Instituto Rio-Branco, no Ministério das Relações Exteriores, e b) nos Centros Regionais de Inscrições do Instituto Rio-Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

3. É fixado em 25 o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1986, a serem providas pelos candidatos aprovados de acordo com a ordem de classificação.

EDITAL

O Diretor, substituto, do Instituto Rio-Branco, de acordo com o disposto na Portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores nº 555, de 29 de novembro de 1984, torna público que satisfaz o requisito do item f do parágrafo 3º do Edital do Exame Vestibular de 1985 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, publicado no Diário Oficial de 07 de dezembro de 1984, o candidato que comprove ter obtido no mínimo 60/ (sessenta por cento) da carga horária ou dos créditos exigidos para a conclusão, em nível de graduação, de curso superior oficialmente reconhecido.

Of. nº 2/85

Brasília, 11 de janeiro de 1985.